

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Vítor Mateus Viebrantz

**CONTRA A “POLÍTICA DE URUBU”: ARGUMENTOS DE  
ARNO OSWIN SUDBRACK POR “UMA SAÍDA HONROSA”  
PARA O BRASIL CONTRA A EXTRADIÇÃO DE GUSTAV  
FRANZ WAGNER (1978-1979)**

Passo Fundo

2022

Vítor Mateus Viebrantz

**CONTRA A “POLÍTICA DE URUBU”: ARGUMENTOS  
DE ARNO OSWIN SUDBRACK POR “UMA SAÍDA  
HONROSA” PARA O BRASIL CONTRA A  
EXTRADIÇÃO DE GUSTAV FRANZ WAGNER (1978-  
1979)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado(a) em História. Orientador: Prof. Dr. Adelar Heinsfeld.

Passo Fundo/RS

2022

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este estudo à memória das vítimas do Holocausto: das perseguições, dos experimentos, dos fuzilamentos, da eutanásia, dos trabalhos forçados, das torturas, dos confinamentos em guetos, dos estupros e violações sofridos durante os desumanos dias que o nazismo assombrou e assolou a Europa e o mundo.

Dedico especialmente à memória daqueles que foram cruelmente assassinados pelo sádico Gustav Franz Wagner, para que nunca a humanidade negligencie as violências sofridas e as resistências que manifestaram.

Dedico também o estudo à humanidade, para que NUNCA mais permita repetir opções extremistas no poder, levando o ser humano praticar e presenciar atos tão desumanos uns contra os outros.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradecer aos meus pais Elisete e Elísio por sempre estarem junto de mim, me apoiando e acompanhando nos desafios da vida! Pela ajuda e interesse deles em contribuir na pesquisa e pelo amparo que tive deles durante a minha vida.

Agradecer imensamente ao Programa Universidade para Todos (ProUni) pela oportunidade de graduação, pois sem seu custeio seria inviável um filho de agricultores estudar na universidade. Agradecer também aos seus idealizadores, pois sem seus deferimentos o ProUni não teria deixado de ser uma proposta para ser uma grande plataforma da educação superior nacional, mesmo que atualmente infelizmente esteja aviltada pelo governante eleito em 2018.

Agradecer ao Instituto Histórico de Passo Fundo e a Fabiane Beltrami da Silva, que contribuíram no acesso as fontes.

Agradecer aos meus professores da graduação, pessoas de grande sabedoria e humanidade, que me ajudaram construir conhecimento ao longo desses cinco anos de História UPF. Agradecer a professora Dra. Gizele Zanotto, que contribuiu na orientação do projeto de TCC. E de grande estima, agradecer ao professor Dr. Adelar Heinsfeld, orientador deste estudo, que com suas contribuições e indicações auxiliou no desenvolvimento do meu “eu” pesquisador.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Campo de concentração de Sobibor.....	20
Figura 2 - Clique Alexandre, Leysin-Suíça (1930-1931).....	40
Figura 3 - Arno deitado na cama da Clinique Alexandre enquanto sorri, 1930-1931.....	40
Figura 4 - Arno deitado na cama da Clinique Alexandre, enquanto recebe atendimento de uma enfermeira, 1930 - 1931.....	41
Figura 5 - Arno e enfermeira na Clinique Alexandre, 1930-1931 .....	42
Figura 6 - Casamento de Rosa e Arno, entre 1937 e 1938 .....	44
Figura 7 - Parreiral de uvas na propriedade de Arno e Rosa, Coqueiros, Carazinho (1938) ...	45
Figura 8 - Plantação de milho na propriedade de Arno e Rosa, Coqueiros, Carazinho (1938)	45
Figura 9 - Panorama da propriedade de Arno e Rosa Sudbrack, ao fundo vê-se a plantação de milho, Coqueiros, Carazinho (1938) .....	46
Figura 10 - Propriedade de Arno e Rosa Sudbrack, ao fundo a casa e construções da fabriqueta de vinho, Coqueiros, Carazinho (1938).....	46
Figura 11 - Família de Rosa e Arno Sudbrack .....	48
Figura 12- Hitler's letzte sieben mann, Coqueiros, Carazinho (1946).....	51
Figura 13 - Gustav Franz Wagner ainda jovem.....	58
Figura 14 - O Oberscharführer SS: a besta de Sobibor .....	59
Figura 15 - "Seu Gustavo".....	60
Figura 16 - Fake news sobre a participação de Gustav F. Wagner nas comemorações em Itatiaia (26/05/1978) .....	61
Figura 17 - O suicida: a "besta de Sobibor" .....	66
Figura 18 - Grupos de argumentos pela não extradição .....	96

## LISTA DE SIGLAS

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

DEOPS - Departamento de Ordem Política e Social

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHPF – Instituto Histórico de Passo Fundo

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

NSDAP - *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*

RS – Rio Grande do Sul

SA – *Sturmabteilung*

SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional

SNI - Sistema Nacional de Informações

SS – *Schutzstaffel*

STF - Supremo Tribunal Federal

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Distribuição dos filiados a seção brasileira do NSDAP por data e estado .....	25
Tabela 2 – Distribuição dos filiados aos núcleos do NSDAP no Rio Grande do Sul por Moraes (1996) .....	28
Tabela 3 – Distribuição dos filiados aos núcleos do NSDAP no Rio Grande do Sul por Lucas (2011) .....	29
Tabela 4 – Estrutura do NSDAP no Rio Grande do Sul e lideranças dos núcleos.....	30

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. IDEIAS EXTREMISTAS: PANORAMA DO NAZISMO E NEONAZISMO.....	16
1.1 O nazismo e seus horrores (1925-1945).....	16
1.2 O “nazismo tropical” (1931-1940).....	23
1.3 Os neonazismos (1960-2022).....	32
1.4 Sintomas de permanência: manifestações de 1978.....	34
2. O REMETENTE E O DEFENDIDO: UMA PERSPECTIVA BIOGRÁFICA DE ARNO OSWIN SUDBRACK E GUSTAV FRANZ WAGNER.....	38
2.1 Arno Oswin Sudbrack: o nazista convicto.....	38
2.2 Gustav Franz Wagner: a “besta de Sobibor”.....	57
3. ARNO OSWIN SUDBRACK CONTRA A “GRITARIA INTERNACIONAL” E A “POLÍTICA DE URUBU” POR UMA SAÍDA HONROSA AO BRASIL.....	67
3. 1. As correspondências se apresentam.....	67
3.2 Uma prosopografia das relações.....	69
3. 3 Contra a “gritaria internacional” e contra a “política de urubu”.....	76
3. 4 Uma “saída honrosa” aos pedidos de extradição de Gustav Franz Wagner e um golpe mortal na “política de urubu”.....	82
CONCLUSÃO.....	98
FONTES.....	101
REFERÊNCIAS.....	104

## INTRODUÇÃO

O projeto desta monografia se chocava com um acontecimento delicado da época: em início de setembro de 2021 uma notícia um tanto quanto inusitada circulou o mundo através da imprensa: Irmgard Furchner, de 96 anos, ex-secretária do campo de concentração nazista de Stutthof havia fugido da Justiça da Alemanha. Segundo as acusações, ela teria sido cúmplice do assassinato massivo de mais de dez mil prisioneiros judeus, guerrilheiros poloneses e prisioneiros de guerra soviéticos, entre os anos de 1943 e 1945<sup>1</sup>. Esse episódio chamava e chama atenção: em pleno decorrer da segunda década do século XXI, ex-nazistas, pessoas que participaram das pavorosas transgressões do Terceiro Reich, em nome do nazismo, seguem ora não julgados ou livres.

Todavia, um caso tão chocante quanto o relatado polemizou no Brasil quando da escritura da monografia: no início de fevereiro de 2022, Bruno Aiub, influenciador digital conhecido como Monark, declarou publicamente enquanto entrevistava dois deputados federais que “nazista tinha que ter o partido nazista, reconhecido pela lei”<sup>2</sup>. Essa declaração, além de toda repercussão política que causou no país, levanta o debate sobre a presença e mesmo alforria que as ideias nazistas e extremistas ainda possuem no Brasil. Desta maneira, as lacunas que ainda existem sobre o assunto estremecem a historiografia demandando uma contínua discussão daqueles acontecimentos, suas repercussões e suas permanências ao longo do final do século XX e presente, no sentido de se superá-las e debelar o nazismo e neonazismos.

Tanto o primeiro ocorrido quanto o segundo se conectam com o nazismo, sendo o primeiro relacionado com uma partícipe do nazismo alemão e o segundo uma manifestação do que se define pós-nazismo. Nesse sentido, o presente trabalho pretende analisar os argumentos que Arno Oswin Sudbrack, que se afirmava “nazista convicto” e membro do *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* (NSDAP) - Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães no Brasil, utiliza para defender a não extradição do ex-oficial nazista

---

<sup>1</sup> UOL. *Secretária nazista de 96 anos foge de julgamento e é 'caçada' pela polícia*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2021/09/30/apos-fuga-secretaria-nazista-de-96-anos-e-encontrada-pela-policia.htm>. Acesso em: 21 de nov. de 2021.

<sup>2</sup> G1. *Flow Podcast desliga Monark após fala sobre nazismo e apaga vídeo do canal*. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2022/02/08/flow-podcast-monark.ghtml>. Acesso em: 17 de mar. 2022.

da *Schutzstaffel*<sup>3</sup> (SS) Gustav Franz Wagner, que havia se escondido no Brasil no pós-Segunda Guerra Mundial. Buscando apontar uma “saída honrosa” que fosse positiva ao país, através de cartas que enviou para pessoas que julgava influentes nos anos de 1978 e 1979, buscando compreender através do conceito da “banalidade do mal” esse posicionamento.

Assim sendo, o objetivo deste estudo é compreender o arcabouço da argumentação de Arno Oswin Sudbrack em defesa da negativa à extradição de Gustav Franz Wagner do Brasil, entre meados de 1978 e 1979. Proporcional a discussão levantada inicialmente – da ex-nazista fugitiva e do comentário de Monark – e de permanências de manifestações e posturas nazistas ou neonazistas no mundo e no Brasil pós-Segunda Guerra Mundial e recentemente, analisar a argumentação de um indivíduo que não participou ativamente dos combates da Segunda Guerra Mundial, nem esteve presente diante das atrocidades humanas cometidas pelos nazistas aos judeus e demais grupos perseguidos, defendendo um ex-oficial nazista sob a argumentação política, justifica o estabelecimento deste estudo. Além disso, busca-se contribuir para a ampliação dos estudos do processo de extradição do nazista Gustav F. Wagner e do conceito de banalidade do mal indicado em Arendt (1999).

O presente estudo se entrança nas concepções da História Política e seu movimento de renovação, entendendo essa dimensão do campo da História como palco da articulação da vida humana, das relações dos sujeitos e da sociedade com o poder. Afastando-se das concepções factuais, objetivistas, positivas, elitistas e nacionalistas que as concepções de História política “tradicional” tinham. A História Política defendida aqui vem de encontro das ideias presentes em *Por uma história política*, organizada por René Rêmond (2003), em um movimento de aproximação da participação política dos diversos atores, possibilitando suas expressões e influências nos processos históricos relacionados ao poder.

Entendemos assim que a História Política renovada, defendida aqui, permite compreender não apenas as grandes estruturas políticas, típicas da historiografia dita “tradicional”, mas também as articulações que os indivíduos efetuam no todo social, através de suas autonomias e heteronomias. Nessa ampliação da compreensão da dimensão da História Política, o sujeito é incluído e considerado ativo no seu processo social. Assim, é possível vislumbrar suas aspirações, pensamento, posicionamento, ação, intervenção, submissão ou

---

<sup>3</sup> A *Schutzstaffel*, ligada ao Partido Nazista, era uma organização paramilitar na Alemanha Nazista e na Europa ocupada pelos alemães durante a Segunda Guerra Mundial. Liderada por Heinrich Himmler, era responsável pelo terror de Estado, perseguições à adversários políticos e pelos campos de concentração de extermínio.

acatamento. Ele é sentido ativo e, mesmo diante de um aparelho estatal e ou estruturas de poder, ele e suas expressões simbólicas são considerados como partícipes do processo social (LIMA, 2012; MEDEIROS, 2017).

Nesse sentido, é fundamental compreender o conceito de poder como central nas análises da História política, conforme aponta Medeiros:

a história política toma como objeto de investigação tudo o que se relaciona com o poder e com a sua devida repartição, não se restringindo à esfera do Estado. Nessa perspectiva, o poder não se confunde com a repressão. É tanto repressão quanto persuasão e busca de legitimidade (2017, p. 266).

Compreende-se, desta forma o conceito de poder em consonância com a proposta renovadora da História política de ampliação para além das relações com o Estado, mas do poder como elemento das relações sociais de convencimento, identificação e imposição. Assim, anuímos com Lima, quando define:

o poder, elemento fundamental na constituição social humana, e seu exercício, apresentam diferentes formas de manifestação e prática. Mas usualmente, se refere à política. É desse fator que emerge a dupla importância da História Política. Em primeiro lugar, essa construção histórica evidencia uma das formas pelas quais a sociedade se organiza, e possuindo uma “consciência” que gere sua manifestação, é um dos vetores de leitura social. Em segundo lugar, a História Política é portadora da delicada missão: identificar, compreender e demonstrar as relações de poder, onde dominantes e dominados interagem. O trabalho historiográfico ao se voltar ou para os dominantes, ou para os dominados, ou ainda para as relações entre os mesmos, oferece embasamento para a construção de imaginários sociais (2012, p. 3).

Ou seja, a História política renovada aqui defendida compreende a organização da sociedade considerando também os “micro-poderes” (FOUCAULT, 1984) existentes e as relações que os diversos partícipes constituem nos seus espaços individuais e/ou coletivos.

O conceito de nazismo que adotamos compreende-o para além de uma ideologia político-partidária e econômica, se ampliando para uma ideologia que também se calca em preceitos raciais e pseudocientíficos. Conforme aponta Medeiros (2020) o programa de ideias nazistas envolve um complexo de nacionalismo, anticomunismo e antisemitismo. Bertonha,

contribui abarcando os apelos aos “desejos obscuros da mente humana” (2008, p. 321) que o nazismo se apropria, utilizando-se de uma “máquina simbólica e propagandística” (BERTONHA, 2008, p. 324). Portanto, compreendemos o nazismo como uma ideologia complexa, carregada de simbolismo, manifestação de ideias radicais de direita.

Mesmo que derrotado militarmente, os ideais do nazismo permaneceram latentes na Europa e em diversos países pelo mundo pós Segunda Guerra Mundial, principalmente relacionada com as manifestações nacionalistas, de extrema direita e anticomunistas (VIZENTINI, 2000). Essas ideias, conforme aponta Bertonha continuam “espalhados em moléculas por todo corpo social” (2008, p. 330) e conforme aponta Gertz (2013) no Brasil, essas ideias tiveram partidários que sobreviveram os anos do Estado Novo (1937-1945) e a própria Ditadura Militar (1964-1985). Ele, indica que essas ocorrências neonazistas têm razões objetivas, entre elas, uma “maior densidade de ocorrências e/ou uma maior densidade de referências sobre o tema em nível mundial, com a consequente vulgarização do tema também no Brasil [...]” (GERTZ, 2013, p. 94). Portanto, o nazismo e suas expressões recentes de carácter neonazistas, mesmo deslocadas do contexto social, econômico e político onde formulou-se essa ideologia, se apropriam de alguns elementos dela seja para fins políticos coletivos ou para a materialização de ideias radicais e extremistas de direita.

Uma dessas apropriações é a questão xenófoba e racial contra grupos que se legitima no patriotismo e no nacionalismo. Isto é, supostamente para defender a pátria, grupos e sujeitos utilizam-se da aversão e violência contra etnias e minorias. Sendo essa uma das características utilizadas pelos grupos que se apropriam do nazismo para pregar ideias extremistas e preconceituosas (VIZENTINI, 2000; BERTONHA, 2008; GÉRTZ, 2013).

Nesse sentido, nos apropriamos do conceito de banalidade do mal, da filosofia Hannah Arendt (1999). Construído nos cenários do julgamento do nazista Adolf Eichmann, iniciado em 1961, em Jerusalém, o conceito versa sobre o não pensar diante do cometimento de maldades, onde o sujeito opera sem refletir sobre as consequências, ou seja, sem desejar ou presumir o mal que está causando ou defendendo.

O fenômeno dos atos maus, cometidos em proporções gigantescas – atos cuja raiz não iremos encontrar em uma especial maldade, patologia ou convicção ideológica do agente; **sua personalidade destacava-se unicamente por uma extraordinária superficialidade** (ARENDT, 1993 apud ANDRADE, 2010, p. 109, grifo nosso).

Destacando a dimensão da superficialidade compreendemos o conceito no sentido que a filósofa propõe de que os sujeitos que mesmo diante de maldade, da crueldade, acabam banalizando a circunstância para cumprir com suas obrigações e/ou lograr seus interesses.

Em relação as produções bibliográficas sobre o nazismo partimos principalmente de Schilling (1995) e Medeiros (2020), sendo que o primeiro contribui com a trajetória histórica política, econômica e social da formação ideológica nazista e o segundo, com uma análise das bases ideológicas e psicológicas. De Dietrich (2007), Lucas (2011), Moraes (1996), Soares (2016) e Gertz (1987) tomamos contribuições sobre o fenômeno do nazismo no Brasil, sua organização, rompimentos e desdobramentos no período que vai das décadas de 1930 até o final da Segunda Guerra Mundial, na antecedência e vigência dos anos do Estado Novo.

Sobre as manifestações nazistas das décadas posteriores e/ou neonazistas, partimos dos estudos de Gertz (2013; 2012), dimensionando as relações com os espaços de colonização de descendentes de alemães. Também se parte dos textos de Vizentini (2000), Trindade (2000), Krause-Vilmar (2000) que estão na obra *Neonazismo, negacionismo e extremismo político* organizada por Vizentini e Milman (2000), tratando das questões pertinentes as manifestações e ações locais nazistas e suas recentes ocorrências, ampliando o horizonte de compreensão para uma visão problematizadora dessas permanências. Uma análise histórico-psicológica do nazismo e de manifestações nazistas pós-Segunda Guerra Mundial pertinente ao nosso estudo está em Bertonha (2008). Acerca do processo de extradição de Gustav Franz Wagner, sob um ponto de análise jurídico dialoga-se com Abal (2012). Na dissertação, Abal (2012) analisa a trajetória de dois nazistas que se refugiaram no Brasil (sendo um deles Gustav F. Wagner) e os pedidos e processos de extradição que eles sofreram por parte de alguns países europeus e de Israel.

Tomamos como fonte principal a produção epistolar de Arno O. Sudbrack entre maio e de 1978 e março de 1979, em relação a questão da extradição do nazista Gustav Franz Wagner. O contato com ela ocorreu através do Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF), que possui em salvaguarda a documentação que pertence ao acervo de Fabiane Beltrami da Silva. Também estão junto das correspondências documentos da família.

Em relação aos documentos epistolográficos relacionados, será adotada a análise qualitativa, que é compreender a “escrita de si” (FOUCAULT, 1992), ou seja, a manifestação

de interesses, concepções e argumentos relacionados a experiência subjetiva e cotidiana de mundo do sujeito escritor. Compreendendo Foucault que “escrever é, pois, 'mostrar-se', dar-se a ver, fazer aparecer o rosto próprio [...]” (1992, p. 150), temos que a análise das cartas possibilita apreender o indivíduo que está construindo seu discurso e singularidade.

A escritura de cartas é algo que pertence ao privado do sujeito, onde ele expressa a sua visão e defende suas disposições, se lançando como um partícipe da vida social e da relação estabelecida com seus remetentes. Conforme aponta Neves:

a carta constitui uma ambivalência: é a exterioridade de uma interioridade. E ainda: é uma exibição de uma invisibilidade, materializa uma gama muito variada e ampla de sentimentos e pensamentos. É a carta, uma forma de tornar público o privado, de lançar, na sociedade, o indivíduo (1988, p. 191).

Essa exteriorização do interior do indivíduo indicada, implica na composição de um cenário de apreensões que ele possui sobre si mesmo e/ou determinadas situações que o fazem escrever. Assim,

as cartas expressam dimensões culturais do sujeito, que poderiam ser chamadas de momento biográfico. Cada indivíduo participa de diferentes ‘esquemas de ação e de pensamento que possuem seus modos de tradução simbólica e constituem sistema referenciais valorizados’ (MALATIAN, 2011, p. 200).

Ou seja, através do sistema simbólico que o indivíduo participa, seus registros dão-se naquele tempo e espaço e nas suas relações sociais e culturais articuladas entre indivíduo e contexto (MALATIAN, 2011; GOMES, 2004). Nesse sentido, a correspondência, o remeter cartas, implica em estar se comunicando com um alguém que vai receber essa missiva.

Assim, “trata-se de documentos escritos com a preocupação de alcançar um destinatário. Tal preocupação os torna testemunhos de redes de comunicação entre indivíduos e grupos” (MALATIAN, 2011, p. 203).

Além disso,

a prática da escrita de cartas, por conta do aspecto relacional que a caracteriza, instala processos de autorreferenciais para além das trocas dinâmicas com o outro [...]. Os eventos narrados devem se apresentar como verdadeiros [...] [ao] leitor” (MALATIAN, 2011, p. 201).

Isto é, para o destinatário está almejada a ideia de que ele seja “convencido” ou sensibilizado com a exteriorização do escritor. E na compreensão dessa intenção, o historiador deve questionar o que levou a escritura da carta, das motivações, das intenções, daquilo que leva um indivíduo escrever e remeter uma carta a esse alguém e as possibilidades de ele dar um retorno, interpretar e aceitar essa defesa de si e/ou agir em relação a ela (MALATIAN, 2011; GOMES, 2004). Portanto, diante de um conjunto de epistolar,

o historiador espia por uma fresta a vida privada palpitante, dispersa em migalhas de conversas a serem decodificadas em sua dimensão histórica, nas condições socioeconômicas e na cultura de uma época, na qual público e privado se entrelaçam, constituindo a singularidade do indivíduo numa dimensão coletiva” (MALATIAN, 2011, p. 200).

Nessa “espiada” das conexões privadas às públicas, das condições, contextos e singularidades relacionais que as cartas permitem compreender, partindo de Malatian (2011), Neves (1988) e Gomes (2004) a análise epistolar requer a construção de pequenas prosopografias dos envolvidos nas trocas das cartas, investigação da rede de comunicação e discussão do contexto e dos elementos da época. Como indica Gomes:

Quem escreve/lê as cartas? Em que condições e locais elas foram escritas? Onde foram encontradas e como estão guardadas? Qual ou quais o(s) seu(s) objetivo(s)? Qual o seu ritmo e volume? Quais as suas características como objeto material? Que assuntos/temas envolvem? Como são explorados em termos de vocabulário e linguagem? (2004, p. 21).

Essas perguntas, também indicadas por Malatian (2011, p. 204), viabilizam a problematização da análise, afastando-se de o que Neves indica como um dos equívocos cometidos ao considerar que o autor da carta é um "sujeito 'livre e instaurador de si'" (1988, p. 192). É compreender desta forma que o sujeito está inserido em um ambiente coletivo e suas

constituições privadas também são partes desse. E que assim a rede de relações epistolares que ele estabelece também está dentro do círculo social que ele vive, das regras e normas que este grupo manifesta.

Isto posto, considerar-se-á as cartas como fontes, o que, conforme indica Malatian (2011, p. 204), demanda do historiador “procedimentos de crítica documental que são usualmente empregados a toda documentação escrita, acrescida da precaução baseada no seu caráter subjetivo [...]”. Considerando então que a argumentação construída por Arno O. Sudbrack tem um perfil de suas próprias aspirações.

Em relação as fontes, conforme indica Le Febvre:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro [...]. Toda uma parte, e sem dúvida a mais apaixonante do nosso trabalho de historiadores, não consistirá num esforço constante para fazer falar as coisas mudas, para fazê-las dizer o que elas por si próprias não dizem sobre os homens, sobre as sociedades que as produziram, e para constituir, finalmente, entre elas, aquela vasta rede de solidariedade e de entre ajuda que supre a ausência do documento escrito? (LEFEBVRE, 1949 apud LE GOFF, 2003, p. 530).

Para produzir “o mel” serão utilizados também comentários e participações de Arno O. Sudbrack na imprensa nacional: periódicos *Manchete*, *Jornal do Brasil*, *Correio Brasiliense* onde constam declarações públicas do mesmo. Álbuns de fotografias e informações de lápides do Cemitério Comunitário de Coqueiros do Sul também contribuirão na construção da análise.

O estudo divide-se em três capítulos: o primeiro contextualiza as questões referentes ao nazismo, enquanto fenômeno político e ideológico, sua desenvoltura no Brasil, pós-nazismo e as manifestações dele em 1978. O segundo capítulo propõe-se construir trajetórias biográficas de Arno Oswin Sudbrack e de Gustav Franz Wagner, buscando contextualizar suas experiências para compreensão dos sujeitos centrais do estudo. E o terceiro capítulo debruça-se na análise e discussão sobre as cartas e argumentação estabelecidas por Arno.

## **1. IDEIAS EXTREMISTAS: PANORAMA DO NAZISMO E NEONAZISMO**

No presente capítulo objetiva-se descrever o nazismo e o neonazismo em seu desenvolvimento político-ideológico, com o processo de suas consequências na Europa e no mundo. Também se discute a sua “tropicalização” ao Brasil e os sintomas de sua permanência no final da década de 1970, com as manifestações de 1978.

### **1.1 O nazismo e seus horrores (1925-1945)**

Os caminhos nacionalistas tomados pelas nações europeias ao final da Primeira Guerra Mundial deflagraram, junto com outros interesses políticos e econômicos, a construção de regimes totalitários e autocráticos pela Europa ao longo das décadas de 1920 e 1930. O surgimento do fascismo e do nazismo e seus elementos de violência, militarização e racismo, levou aquele continente e outras regiões do globo à Segunda Guerra Mundial (VISENTINI, 2012). Um evento brutal e decisivo na história da humanidade do século XX. Com o seu final, os ideais dos regimes fascista e nazista foram “abafados”, pelo menos militarmente (HASTINGS, 2011). Todavia, as concepções e convicções pregados por tais regimes continuam a ecoar na trajetória daqueles que ainda defenderam (defendem) nacionalismos xenófobos, violência e perseguição à grupos minoritários (VISENTINI, 2012).

Conforme aponta Schilling (1995), o nazismo surge como um regime que incorpora toda negação às tendências da idade burguesa e liberal, abaladas pela Primeira Guerra Mundial e rancorosas pelos seus tratados que deixaram a Alemanha derrotada, humilhada e debilitada. Nesse sentido, os eventos da crise de 1929 e à bancarrota econômica, “fez com que saíssem dos porões da sociedade os bruxos e magos fascistas [nazistas], que tentariam incinerar todas as grandes conquistas da humanidade” (SCHILLING, 1995, p. 40). O regime nazista e seu autoritarismo transgrediriam a ideia de ser humano, fazendo com que os sujeitos abandonassem suas individualidades em prol da coletividade, regulada pelo Estado para a consolidação dos

ideais do *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* (NSDAP) e sua figura central, Adolf Hitler, o *Führer*.

A consolidação de um governo autocrático e um regime de violência e perseguição deu-se também sob orientações ideológicas pseudocientíficas e raciais, nas quais o povo ariano (dos quais seriam os germânicos seus descendentes exímios) seria superior e por isso deteriam o direito de um “espaço vital” (o *Lebensraum*<sup>4</sup>). Conforme aponta Medeiros,

influenciado pelos contextos social e político da época, e também pela popularização de ideias envolvendo uma ancestralidade alemã de raça superior, Hitler desenvolveu uma ideologia complexa, pautada no **nacionalismo, no anticomunismo e no antissemitismo** (2020, p. 616, grifo nosso).

Esses três conceitos são centrais no Estado agressivo que, a partir de 1934, na Alemanha, lança-se à militarização e matança de pessoas inocentes como os judeus de forma sistemática.

Destacamos ainda, presente na ideologia nazista os apelos psicológicos que serão fundamentais nos cometimentos de crimes contra a humanidade. Segundo Bertonha os apelos “aos desejos obscuros da mente humana (agressividade, masoquismo, sexualidade)” (2008, p. 321) são centrais na compreensão do sadismo dos nazistas e do *Reich*. Ele acrescenta que “boa parte do sucesso do fascismo [e do nazismo] no entre guerras (e mesmo hoje, [...]) deveu-se a sua capacidade de, utilizando-se da simbologia e de outros recursos de propaganda, apropriar-se dos medos e tensões humanos e conduzi-los ao fascismo” (BERTONHA, 2008, p. 322).

Esses apelos ao simbolismo e ao psicológico vão convergir em um regime extremamente violento interna e externamente: enquanto as tropas nazistas vão avançando sobre os países invadidos vão subjugando as populações locais e os prisioneiros de guerra. “Nas terras ocupadas pelos alemães, tirania e terror”, descreve o historiador Gilbert (2016, p. 397). Ele cita, quando referenciando a invasão alemã a Polônia em 1939, um escrito de um oficial alemão para sua esposa:

‘A mais selvagem ficção sobre a propaganda de horrores não é nada comparada à realidade, às quadrilhas organizadas que assassinam, roubam e saqueiam com o que

---

<sup>4</sup> Conceito geopolítico cunhado por Friedrich Ratzel no século XIX.

chamam de tolerância das mais altas autoridades’. Ele acrescentou: ‘Eu me envergonho de ser alemão!’ (GILBERT, 2016, p. 388).

Essa narrativa expressa a perversidade que os soldados alemães manifestavam contra os inimigos, fazendo com que um oficial, presenciando os fatos praticados pelos seus “companheiros” tivesse remorso pela truculência exercida.

Retornando aos três preceitos indicados por Medeiros (2020, p. 616), no núcleo dessa violência, fundamentado nos preceitos pseudocientíficos e psicológicos do arcabouço nazista, estava a sistematização da perseguição aos judeus europeus. Conforme aponta Schilling (1995) o antissemitismo nazista difere do praticado até o século XVII, que era de ordem religiosa. As ideias nazistas, principalmente defendidas por Adolf Hitler em *Mein Kampf*<sup>5</sup>, se embasam na corrente naturalista do século XIX, onde “o judeu passa ser identificado como um elemento racionalmente nocivo cuja ‘contaminação’ é uma ameaça sempre ao ariano” (SCHILLING, 1995, p. 34). Além dessa representação nociva, o judaísmo era associado ao comunismo, sendo eles culpabilizados pela ideologia nazista de ruir o nacionalismo alemão ao propagar as ideias de esquerda marxistas.

A sistemática perseguição aos judeus dá-se desde que o Partido Nazista ainda não é partícipe do poder, através das Tropas de Assalto (*Sturmabteilung*<sup>6</sup>) (SA), quando atacavam judeus e seus comércios. Quando da chegada ao poder, Hitler e o Partido Nazista instituem políticas estatais de isolamento e proscricção social aos judeus. Manifestas principalmente nas Leis de Nuremberg, de setembro de 1935, que ao incorporar diversas teorias raciais, constituíam estrutura legal para perseguir os judeus, quando ao instituir regras para a pureza da cidadania alemã e proibições entre alemães e judeus, condenavam essa população não pela sua religiosidade, mas pela nascença (SCHILLING, 1995).

Com o estouro da Segunda Guerra Mundial, a questão da perseguição aos judeus se acentua. Com o avanço das tropas nazistas os judeus refugiam-se cada vez mais ao leste Europeu. Todavia, quando os nazistas passam controlar esse território a perseguição

---

<sup>5</sup> Publicado em 1925, é autobiografia ideológica de Adolf Hitler onde ele expressa e defende suas ideias anticomunistas, antissemitas e nacionalistas. É a obra central para a compreensão do fenômeno nazista na Alemanha.

<sup>6</sup> Era a milícia paramilitar do Partido Nazista, dirigida por Ernest Röhm. Era conhecida pelas violências em ações contra minorias, especialmente contra judeus, comunistas e opositores políticos. Após os expurgos da Noite das Facas Longas, em 1934, seu poder foi minado pela SS.

sistematiza-se numa espécie de logística industrial. Em meados de 1941, com o avanço da Guerra, Heinrich Himmler e Reinhard Heydrich com a anuência dos demais membros do governo colocam em prática a Solução Final, levando à cabo um bárbaro projeto de eliminação e genocídio dos judeus e outras minorias, operacionalizada através da Operação Reinhard.

Os oponentes políticos, prisioneiros de guerra e outras minorias já eram mantidos em campos de concentração, com o desenlace do que passou se chamar Holocausto, se organizou na Alemanha nazi e nos países ocupados por ela, principalmente Polônia<sup>7</sup>, os campos de concentração de extermínio. Neles judeus e outras minorias eram deslocados para trabalhos forçados, sendo tratados com extrema crueldade, mal alimentados e sofriam barbaridades pelos oficiais nazistas, incluindo médicos que realizavam experiências macabras nessas pessoas.

A Solução Final previa uma sofisticada logística de transporte e deslocamento de judeus dos diversos locais ocupados para os campos de concentração. Nestes, para além da violência e crueldade, ocorreu a sofisticação dos métodos de assassinatos: ocorreriam mortes em massa. Através das câmeras de gás e fuzilamentos assassinavam-se diariamente milhares de pessoas inocentes, que tinham seus corpos incinerados ou enterrados em valas coletivas.

Entre esses campos de concentração de extermínio, na atual fronteira entre a Alemanha e a Polônia, foi construído o de Sobibor. Próximo a esse pequeno vilarejo, em 1942, na vigência da Operação Reinhardt, a SS iniciou os procedimentos desse que seria um campo destinado ao extermínio principalmente de judeus (ABAL, 2012; UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM, s.d. a). Em maio de 1942, as câmeras de gás já estavam prontas para os assassinatos.

---

<sup>7</sup> Pois para lá muitos refugiados judeus haviam se exilado. Todavia, com a ocupação nazista esses foram encurralados em guetos, como o de Varsóvia, organizado em 1940. Desses, mais tarde, foram sistematicamente deslocados principalmente para os campos de concentração de extermínio, onde eram assassinados.

Figura 1 - Campo de concentração de Sobibor



Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51245351>. Acesso em: 25 mar. 2022.

Compreendo a fotografia como fonte histórica, temos os diversos elementos que seu uso representa. Conforme indica Pinheiro, “é necessário trabalhar a fotografia como um texto, um texto em que está presente o significante e o significado, em que os dois não são dissociáveis” (2011, p. 114). Ou seja, é necessário considerar aquilo que está reproduzido na imagem e aquilo que ela está informando, ao passo que para interpretar essa construção, os dois elementos são entendidos conjuntamente.

Como indica Mauad:

na qualidade de texto, que pressupõe competências para sua produção e leitura, a fotografia deve ser concebida como uma mensagem que se organiza a partir de dois segmentos: expressão e conteúdo. O primeiro envolve escolhas técnicas e estéticas, tais como enquadramento, iluminação, definição da imagem, contraste, cor etc. Já o segundo é determinado pelo conjunto de pessoas, objetos, lugares e vivências que compõem a fotografia. Ambos os segmentos se correspondem no processo contínuo de produção de sentido na fotografia, sendo possível separá-los para fins de análise, mas compreendê-los somente como um todo integrado (1996, p. 83).

Reforçando a dimensão dupla da imagem entre suas expressões e significações, a fotografia, conforme indicado, reproduz opções e informações fundamentais à História nas representações sobre o passado. Nesse sentido, entendendo-a como vestígio do passado e assim como fonte histórica, tomemos a concepção de Le Goff (2013) de documento monumento e como Mauad define, teremos “imagem/documento e imagem/monumento”, sendo que:

no primeiro caso, considera-se a fotografia como índice, como marca de uma materialidade passada, na qual objetos, pessoas, lugares nos informam sobre determinados aspectos desse passado - condições de vida, moda, infraestrutura urbana ou rural, condições de trabalho etc. No segundo caso, a fotografia é um símbolo, aquilo que, no passado, a sociedade estabeleceu como a única imagem a ser perenizada para o futuro. Sem esquecer jamais que todo documento é monumento, se a fotografia informa, ela também conforma uma determinada visão de mundo (1996, p. 81).

Destarte, com essa concepção da relação História e fotografia, podemos verificá-la como uma construção, intencional ou não, mas que informa o futuro através de sua complexidade de significante e de significado. Assim, problematizando a imagem da Figura 1, o fotógrafo estava interessado em demonstrar a grandeza e complexidade do Campo de Concentração de Sobibor. Desta forma, reúne elementos que possam contribuir para essa mensagem: vê-se as cercas que limitavam o campo, as estruturas internas dele, a presença do guarda nazista vigiando e as pilhas de lenhas quais os judeus trabalhavam. Esses que são elementos essenciais do cotidiano dos campos, que são os elementos essenciais para nossa discussão acerca desse espaço de assassinatos.

A chegada dos judeus ao campo de concentração se dava principalmente através de trens, sendo eles em seguida classificados entre aqueles com condições de trabalhar e aqueles que seriam assassinados. Em Abal (2012, p. 41-42) citamos a memória do prisioneiro judeu Philip Bialowitz, que sobreviveu ao campo de concentração em Sobibor, que descreve sua chegada:

Eu fui levado a Sobibor em um caminhão, junto com meu irmão, duas irmãs e uma sobrinha (...). Um oficial alemão perguntou se haviam profissionais ou negociantes entre nós. Meu irmão agarrou minha mão e me puxou para a frente com ele. Ele disse aos alemães que ele era um farmacêutico e eu era seu assistente. O oficial aprovou e disse para que ficassem os de lado, onde cerca de outros cinco profissionais estavam. Desta forma meu irmão me salvou de ser enviado às câmaras de gás com quase todos quem estávamos, inclusive minha sobrinha e minhas duas irmãs. Com lágrimas nos olhos, meu irmão e eu dissemos adeus aos nossos parentes pela última vez. Minha sobrinha tinha apenas sete anos de idade, mas ela veio e me abraçou sabendo que ia morrer.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> BIALOWITZ, Philip. Depoimento. [26 de julho, 2010]. Entrevista concedida a Felipe Citolin Abal via telefone. In: ABAL, 2012, p. 41-42.

Essa memória, remete ao processo de classificação daqueles que chegavam ao campo. Demonstra o interesse dos oficiais nazistas nos humanos que tinham condições de trabalhar forçadamente, já que a mão de obra era fundamental na manutenção do campo. E expressa a desconsideração em relação a vida daqueles e daquelas que não tinham esse perfil, encaminhados para morrer.

O Tomasz Blatt, também sobrevivente do campo de Sobibor, descreve como as operações de assassinato nas câmaras de gás eram nefastas e cotidianas, comentando o aspecto do horror da iminência da morte:

Tenho certeza de que, mesmo quando os judeus entravam nas câmaras de gás, eles não conseguiam acreditar [no que estava por acontecer]. Quando o primeiro jato de gás entrava [na câmara], provavelmente eles ainda não entendiam o que estava acontecendo. Depois que [éramos obrigados a] cortar o cabelo dos prisioneiros [que iriam entrar na câmara], os nazistas nos mandavam sair dali e, já no caminho de volta para o campo em que estavam nossas barracas, eu ouvia o barulho do motor, o motor do gás funcionando em alta potência. Eu escutava o motor de gás e os gritos. As pessoas que estavam sendo assassinadas começavam a gritar muito alto, era um som de "Ahhh...." muito alto, mais alto que o barulho do motor. Eles [os alemães] tinham um motor grande lá. Depois de uns 15 minutos diminuía o barulho, diminuía até ficar tudo em silêncio. Assim era Sobibor (UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUMb).

A memória de Blatt sinaliza que o processo de violência atingia tão brutalmente as vítimas e era tão profundo que mesmo diante do espaço físico onde seriam mortos, ainda não lhes era nítida a ideia de que suas vidas ali findavam. Esse aspecto brutal participava do dia a dia do campo:

No outono de 1942 os oficiais de Sobibor, usando escravos judeus, começaram a exumar as covas coletivas e a queimar os cadáveres em "fornos" ao ar livre, feitos com trilhos de trem. Os alemães também utilizavam uma máquina para moer os fragmentos de ossos e reduzi-los a pó (UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUMa).

A desconsideração em relação a vida das vítimas se repetia em relação à sua presença física, ao queimar e/ou enterrar coletivamente os assassinados se apagavam suas memórias e passagem na Terra.

Além das mortes nas câmaras de Sobibor, os maus tratos por parte dos oficiais nazistas eram constantes, aplicando espancamentos, violência física e homicídios com tiro a “queima roupa”. Em 1942, segundo Abal (2012), o austríaco Gustav Franz Wagner chega ao campo e sua atuação nele como oficial será marcada pelo seu sadismo com os prisioneiros. Segundo UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUMa, mais de 167 mil pessoas foram assassinadas em Sobibor.

Os horrores do nazismo contra os judeus, minorias e na guerra, além das suas pregações ideológicas centradas no “nacionalismo, no anticomunismo e no antissemitismo” (MEDEIROS, 2020, p. 616) causaram uma catástrofe mundial, levando o mundo a um conflito doloroso e extremamente custoso em vidas e no processo histórico posterior. O extremismo das ideias nazistas sobre o antissemitismo, manifesto no Holocausto, conforme indicado em Gilbert (2016) assassinou em torno de 6 milhões de judeus. As consequências dos ideais nacionalistas, anticomunistas, de expansão do *Lebensraum* que levaram à uma guerra mundial, fez com que ela custasse em torno de 33 milhões de mortos entre civis e militares, pelo mundo inteiro (GILBERT, 2016). Em Dresden, na Alemanha, um memorial da guerra provoca a reflexão, conforme Gilbert (2016, p. 476): “Quantos morreram? Quem saberá o número?”.

Para além dos números de mortes causados pela guerra e pelos horrores nazistas, o nazismo foi responsável pela opressão política e ideológica de muitas pessoas. A perseguição as minorias, aos judeus principalmente, desgraçaram a vida de humanos, de famílias, grupos. E mesmo política e militarmente derrotado em 1945, o nazismo lançou raízes pelo mundo e deixou permanências que se expressam ao longo do final do século XX e nos contemporâneos dias do século XXI.

## **1.2 O “nazismo tropical” (1931-1940)**

O nazismo enquanto partido político expandiu-se para além das fronteiras alemãs, chegando a 83 países (DIETRICH, 2007). Através de seu órgão *Auslandsorganisation der*

*NSDAP* – organização para o exterior do NSDAP - o partido reuniu em torno de 29 mil pessoas pelo mundo, com movimentos organizados entre relações mais ou menos amigáveis com os governos locais (DIETRICH, 2007).

Conforme aponta Dietrich (2007) e Lucas (2011), o Brasil foi o país fora da Alemanha nazi e dos países ocupados que mais teve membros no partido, sendo 2.900, distribuídos por 17 estados, entre os anos de 1925 até 1938. Essa ocorrência explica-se por diversos processos: pela existência de alemães no país, pelas relações amigáveis (pelo menos até 1938) entre Brasil e Alemanha e pela tolerância do governo às atividades partidárias. Gertz indica esse quadro:

Às boas relações econômicas correspondiam melhorias constantes nas relações políticas [...]. Até 1938, quando foram tomadas a nível nacional as primeiras medidas contra teutos e contra as atividades do grupo nacional-socialista no Brasil, o governo brasileiro demonstrou simpatia crescente em relação ao regime nacional-socialista (1987, p. 63).

Esse relacionamento e simpatia deram viabilidade a presença partidária do NSDAP no Brasil. Nesse clima, a *Auslandsorganisation der NSDAP* deu seguimento para a organização em diversas cidades do Partido. A principal liderança da célula do NSDAP no Brasil era Hans Henning von Cossel. Vejamos abaixo a Tabela 1, onde encontram discriminada a distribuição dos filiados do NSDAP pelo Brasil:

Tabela 1 - Distribuição dos filiados a seção brasileira do NSDAP por data e estado

	SR	Até 1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	Total
SR	4	2	4	9	14	25	2	29	39	8	0	1	0	137
AL	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
AM	0	0	0	0	0	0	0	0	3	1	0	0	0	4
BA	0	0	0	3	2	18	9	0	7	0	0	0	0	39
CE	0	0	0	0	0	2	0	0	2	0	0	0	0	4
ES	0	0	0	8	3	23	0	2	4	0	0	0	1	41
GO	1	0	0	0	0	0	0	0	0	22	0	0	0	23
MG	0	0	1	2	8	24	0	5	25	1	0	0	0	66
MT	0	0	0	0	0	0	0	8	18	5	0	0	0	31
PA	0	0	0	5	5	1	0	7	7	2	0	0	0	27
PB	0	0	0	1	4	12	0	4	0	0	0	0	0	21
PE	1	0	0	3	2	26	4	2	3	2	0	0	0	43
PR	2	0	1	5	21	52	1	64	30	9	0	0	0	185
RJ	4	8	19	97	121	135	4	11	35	11	2	0	0	447
RS	4	10	11	43	79	100	22	100	50	20	0	0	0	439
SC	0	30	20	23	103	136	22	128	40	26	0	0	0	528
SE	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
SP	6	6	14	41	46	313	8	168	111	53	3	16	0	785
Total	22	56	70	241	408	867	72	529	374	160	5	17	1	2822

SR = Sem referência de data de filiação ou endereço.

Fonte: MORAES, Luís E. S. *Ein volk, ein reich, ein führer! A seção brasileira do partido nazista e a questão nacional*. 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996. p. 193.

Partindo dos dados da Tabela acima e das análises em Moraes (1996), Gertz (1987) e Lucas (2011): indica-se que as atividades partidárias se concentraram principalmente no eixo Rio de Janeiro e São Paulo, sendo esses os locais onde haviam mais associados. Esse fato, deve-se, segundo os autores, pela concentração de sócios que eram envolvidos com atividades industriais, sendo o eixo Rio-São Paulo o principal centro industrial do país. Esse dado desconstrói a falsa crença que os estados sulinos, onde a colonização de imigrantes alemães no século XIX foi mais intensa e haviam teuto-brasileiros, eram os locais onde o partido nazista mais se manifestou. Além de essas regiões serem tradicionalmente ligadas a agricultura, atividade que não condizia com a realidade da maioria dos partidários (que eram ligados a atividade industrial), a orientação da *Auslandsorganisation der NSDAP* era de que deveriam ser aceitas associações apenas de alemães nascidos na Alemanha (em conformidade com as leis de pureza de sangue de 1935) (LUCAS, 2011; GERTZ, 2012).

Tomamos aqui o conceito de Dietrich (2007) de “nazismo tropical”. A historiadora, em sua tese, defende que o processo de organização do Partido no Brasil, através de sua organização para o exterior foi específico:

No caso do contexto histórico [brasileiro] [...], o nazismo derivado da Alemanha sofreu interferência do nosso 'clima ideológico', metáfora utilizada para descrever a efervescência de diferentes correntes de ideias que perpassavam o Brasil na década de 1920 e 1930 (DIETRICH, 2007, p. 124).

o resultado deste processo de amoldamentos entre o nazismo original e o implantado no Brasil foi, utilizando o conceito de Roberto DaMatta, uma 'química singular' que, ao nosso ver, poderia ser caracterizada como uma mistura ideológica, cultural e linguística. Tal química é o que se chama aqui de 'tropicalização do nazismo', que seria a ideologia [partidária] nazista 'vestida' sob a roupa do contexto histórico brasileiro, entrando em contato com esse contexto e se modificando em um processo temporal (décadas de 1930 e 1940) (DIETRICH, 2007, p. 125-126).

Para autora, como indicado, no Brasil o Partido Nazista encontrou adeptos, organizou-se e sua manifestação deu-se num amarroamento de elementos do brasileiro e do nazismo. Desta forma, pode-se compreender o fenômeno do NSDAP no Brasil a partir da expansão do partido pelo mundo, mas também pela própria plataforma interna, que permitiu, por volta de dez anos, a existência tolerante do partido estrangeiro em terras nacionais.

Diante da presença e organização do NSDAP no RS, o governo sul-rio-grandense posicionou-se transigente quando a organização de uma célula no estado. No ano de 1931, conforme indica Lucas (2011), ocorreu o estabelecimento do primeiro núcleo, na capital Porto Alegre. Segundo Gertz (1987) esse grupo era radical, o que levantou certo constrangimento com outros grupos alemães da cidade e de teuto-brasileiros.

Entre os anos de 1931 e 1941, partindo de Moraes (1996, p. 193) e Lucas (2011, p. 68) o estado teve 439 filiações. Lucas (2011) ao estabelecer uma amostragem de 175 filiados<sup>9</sup>, constatou que: maioria, 63,4%, dos filiados eram de nacionalidade alemã, sendo apenas 4 brasileiros (2,2%) (p. 145); 49,7% haviam se filiado ao NSDAP no Brasil e apenas 8 (4,6%) na Alemanha (p. 146); a faixa etária dos filiados com maior percentual é entre 41 e 45 anos, somando 9,7% (p. 147) e, na amostragem dela, as irmãs evangélicas representavam 21,7% dos filiados por faixa de atividade profissional, sendo agricultores apenas 2 (1,1%) (p. 150). Esses dados apresentados indicam a complexidade da organização partidária no estado e que o RS

---

<sup>9</sup> Em sua tese de doutorado a historiadora define essa amostragem justificando que esses 47% dos 439 filiados no RS, continham informações mais completas sobre três variáveis que contemplavam a hipótese de trabalho dela: instrução, faixa etária e profissão. Dada a complexidade das informações que ela apresenta, utilizamo-las.

também foi palco dos amarroamentos dos elementos brasileiros com o nazismo, no processo de “tropicalização” indicado por Dietrich (2007).

Em 1937, no dia 25 de julho, sob os auspícios do governo estadual de Flores da Cunha, que havia sido partícipe da Revolução de 1930, mas que no momento se atritava com o presidente Getúlio Vargas, comemorou-se o Dia do colono e da imigração alemã no Brasil (DIETRICH, 2007) em Porto Alegre. Naquela oportunidade o governador elogiou Adolf Hitler e o nacional-socialismo, colocando-se a favor da possibilidade de os teuto-brasileiros conhecerem os “pensamentos que fizeram com que acontecesse a reacensão da Alemanha”<sup>10</sup> (DIETRICH, 2007).

Dietrich (2007) indica ainda que no caso do RS o grupo mostrava tendências antissemitas. Caso que se expressou em diversos momentos, quando da expulsão de Roberto Löw da direção do jornal Serra Post, pois era de origem judaica (DIETRICH, 2007). O grupo também defendia que na sociedade sul-rio-grandense havia um processo de “enjudiamento”. Dietrich (2007, p. 236) traz uma citação de um relatório do diplomata Ulrich Kuhlmann, do consulado de Porto Alegre, ao Ministério das Relações Exteriores de Berlim em 1938, no qual ele descreve sua preocupação com a presença judaica pelo estado:

Realmente não seria difícil escrever um relatório verdadeiramente fiel sobre o Judentum (judaísmo) daqui e sua influência cada vez mais forte. Cada vapor traz numerosos novos grupos de imigrantes judeus, as cidades grandes “se enjudaizam” mais a cada ano e também nos lugares pequenos os judeus se expandem de maneira cada vez mais nojenta. A imprensa passa cada vez mais para as mãos de judeus, as organizações médicas “se enjudaizam” devagar, mas de maneira certa, especialmente desde os últimos anos quando aconteceu uma onda crescente anti-semita na Europa, o comércio nas grandes cidades se tornou de ano a ano cada vez mais um monopólio judaico (em Passo Fundo, por exemplo, há poucas lojas não judias de significativa importância), as novas gerações judias vão para os liceus, começam então a conquistar o ensino superior [...].<sup>11</sup>

<sup>10</sup> *Der Auslanddeutsche*. Zeitschrift für die Runde vom Auslandsdeutschtum Herausgegeben vom Deutschen Ausland-Institut Stuttgart. Jahrgang 20. Oktober 1937. Heft 10. IFA/S, Alemanha. In: DIETRICH, 2007.

<sup>11</sup> Bericht von gez. Dr. Ulrich Kuhlmann an das Auswärtige Amt in Berlin. 17/08/1938. Deutsche Konsulat Porto Alegre. R27916. AA/B, Alemanha. In: DIETRICH, 2007, p. 234.

Esse comentário do diplomata revela que as ideias nazistas de antissemitismo se “tropicalizaram” ao contexto estadual, relacionando a penetração dos judeus no comércio, nas universidades e núcleo médico.

Além disso, a distribuição dos núcleos do Partido pelo estado também é verificável esse processo:

Tabela 2 – Distribuição dos filiados aos núcleos do NSDAP no Rio Grande do Sul por Moraes (1996)

Número de Militantes	Cidade/ Localidade	Total Absoluto	Total Relativo
até 5	Alegrete. Arroio do Meio, Bom Retiro, Burica, Candelária, Gramado, Jacuí, Livramento, Montenegro, Palmitos, Passo Fundo, Porto Feliz, São Gabriel da Estrela, Sampaio, Santa Maria, São Pedro, São João da Reserva, São Sebastião do Cai, Taquara, Uruguaiana.	48	10,9
entre 6 e 15	Estrela, Hamburgo Velho, Marcelino Ramos, Novo Hamburgo, Pelotas, Rio Grande, São Leopoldo	82	18,7
entre 16 e 30	Cachoeira - 20 Carasinho - 25 Getúlio Vargas - 16 Santo Ângelo - 16	77	17,5
entre 30 e 50	-	-	
Mais de 50	Capital - 221	221	50,3

Sem Referência - 11

Fonte: MORAES, Luís E. S. *Ein volk, ein reich, ein führer! A seção brasileira do partido nazista e a questão nacional*. 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996. p. 195 (grifo nosso).

Tabela 3 – Distribuição dos filiados aos núcleos do NSDAP no Rio Grande do Sul por Lucas (2011)

<i>Ortsgruppen</i>	<i>Stützpunkte</i>	<i>Zellen</i>
Bello Centro (distrito de Montenegro)	Agudo (distrito de Cachoeira)	Cruz Machado
Cachoeira	Barro (distrito de José Bonifácio)	Guaíba
Carazinho	Candelária	
Cruz Alta	Canela (distrito de Taquara)	
Estrela	Estância Velha (distrito de São Leopoldo)	
Gramado (distrito de Taquara)	Hamburgo Velho (distrito de Novo Hamburgo)	
Ijuí	Lajeado	
José Bonifácio	Marcelino Ramos (distrito de José Bonifácio)	
Montenegro	Morro Redondo (distrito de Pelotas)	
Novo Hamburgo	Não-me-toque (distrito de Carazinho)	
Pelotas	Rio Grande	
Pindorama (distrito de Cruz Alta)	Rio Negro (distrito de Bagé)	
Porto Alegre	Sapiranga (distrito de São Leopoldo)	
Santa Cruz		
Santa Maria		
Santo Ângelo		
São Leopoldo		
São Sebastião do Cai		

Fonte: MORAES, 2005; PY, 1942. In: LUCAS, Taís C. *Nazismo d'além mar: conflitos e esquecimento* (Rio Grande do Sul, Brasil). 2011. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. p. 222 (grifo nosso).



distrito de Não Me Toque<sup>12</sup>. Ou seja, a representação em Carazinho era organizada e estruturada dentro do *Kreis* V, o círculo estadual com sede em Porto Alegre.

Considerando a Tabela 2, percebemos que apesar de Passo Fundo estar no primeiro grupo – de até cinco militantes –, Carazinho já configura no terceiro, reunindo entre 16 e 30. E considerando os números da tabela em seu limite (Passo Fundo com 5 e Carazinho com 25, conforme indicado) infere-se que haviam em torno de 30 membros do NSDAP na região. No capítulo 2, analisaremos como a presença desse grupo na região vai repercutir em Arno Oswin Sudbrack, que se apresenta como um dos membros do Partido em Carazinho.

Em 1937, o jogo político em terreno brasileiro alterou-se com o Golpe do Estado Novo de Getúlio Vargas: um estado autoritário nacionalista. A partir de 1938, com a Campanha de Nacionalização foram proibidos partidos não nacionais, além disso houveram diversas outras proibições que atingiam diretamente o Partido no Brasil, como a proibição de falar alemão e de jornais pró-nazismo. No RS, o governador Flores da Cunha foi deposto com o Golpe, seus sucessores Daltro Filho e Cordeiro Farias passaram perseguir o núcleo sul-rio-grandense, seguindo os projetos do novo regime político nacional. E em 1942, com o rompimento de relações e declaração de guerra à Alemanha nazi e aos países do Eixo a repressão ao Partido intensificou-se ainda mais, com sua completa proibição (DIETRICH, 2007; GERTZ, 1987; MORAES, 1996).

Diante do exposto, da presença do NSDAP no local, regional e nacional e de suas manifestações variáveis em relação ao nazismo alemão quando em terreno brasileiro, nos apropriamos do conceito de Dietrich (2007) de “nazismo tropical”, entendendo-o nos seus desdobramentos políticos, mas também ideológicos. É por vias dessas manifestações das décadas de 1920-1940 que permanências principalmente ideológicas do nazismo se manifestarão ao final da Segunda Guerra Mundial em terras brasileiras.

---

<sup>12</sup> O distrito de Não Me Toque foi emancipado de Carazinho em 18 de dezembro de 1954.

### 1.3 Os neonazismos (1960-2022)

Apesar de o nazismo político, através da *Auslandsorganisation der NSDAP*, ter chegado a 83 países, conforme supracitado, a ideologia nazista espalhou-se ainda mais longe. Essa expansão ainda durante os anos 1930-1940, propagou-se e assimilou-se com ideias extremistas de direita por outros países, encontrando convergência nas ideias centrais indicadas por Medeiros (2020) de autoritarismo, antissemitismo, racismo e nacionalismo. “Ao final da Segunda Guerra Mundial, o movimento era derrotado, manifestando sua dimensão como movimento internacional, evidenciando que esse não é apenas um fenômeno alemão” (VISENTINI, 2000, p. 19). Isto é, mesmo que derrotado militarmente em 1945, o nazismo e suas profundas raízes, lançadas na Alemanha e pelo mundo inteiro, regularmente manifestam-se.

O neonazismo como fenômeno ideológico, indica Visentini, é um “bulbo que hiberna em baixo da terra” (2000, p. 20), ou seja, essas ideias ao encontrar condições sociais, econômicas, políticas e culturais e um “clima” de extremismo elas manifestam-se. Segundo o mesmo historiador, a não superação total do nazismo ideológico e político é um dos elementos que permitiu as permanências dessas constantes expressões: anistia aos industriais alemães envolvidos com o regime, julgamentos aos oficiais nazistas afrouxados (incluindo a existência de muitos deles escondidos em diversos países sem julgamento), passe livre para a continuidade na Europa de dois regimes fascistas (o salazarismo e o franquismo). E também o emprego de ex-oficiais nazistas em operações militares no pós-Guerra, principalmente quando da “corrida” para a Guerra Fria (VISENTINI, 2000).

Esse fenômeno de permanência, ao longo das primeiras décadas depois da Guerra, quando o processo de “desnazificação” ainda era discutido, nas décadas de 1960-1970 chocava-se com o “desencanto” às estruturas do capitalismo que se deterioravam, causando desemprego, uma estagnação demográfica na Europa e a crescente migração de africanos, árabes e asiáticos ao continente, migração essa que passa ser mal vista aos olhos dos europeus (VISENTINI, 2000). Além disso, passados quase trinta anos do fim da Guerra, as sucessivas gerações que não viveram o nazi-fascismo e vão, pelo descuido com o combate ao nazismo, banalizando os acontecimentos.

Diante de todas essas tensões, alguns sujeitos e grupos encontraram e encontram uma válvula de escape nas ideias nazistas e nelas elementos para mobilizar. Nesse sentido, retomando os apelos do psicológico e simbólico do nazismo e do neonazismo, conforme indica Bertonha (2008), quando traz essas questões centrais de ocupar-se das tensões humanas, do simbólico e da propaganda, sendo que

a extrema direita não hesita em recorrer a todos os modernos métodos de propaganda de massa, como os videogames, espaço na Internet e outros, mas não esquece dos velhos métodos que tão eficazes já demonstraram ser na captação dessas energias. É por isso que nazistas e fascistas não cessam de fazer desfiles com bandeiras e estandartes aos gritos de ‘*Heil Hitler*’ [...]. Novamente, a simbologia fascista articula-se para tentar formar uma base de apoio popular para o fascismo (p. 326).

Assim, com a junção de todos esses elementos, o neonazismo regulamente se manifestava nas últimas décadas do século XX e tem se manifestado no XXI. Apropriando-se do aparelho de apelo propagandístico, simbolístico e de violência contra minorias, como uma alternativa/resposta para o contexto histórico vivido.

Em relação esses grupos, partindo de Bertonha (2008), Jesus (2003) e Gertz (2012) estabelecemos uma diferenciação: a dos partidos neonazistas e dos *skinheads*. Os partidos neonazistas estão principalmente ligados as ideias extremistas de direita, sendo uma manifestação política consciente. Já os *skinheads* são aqueles que se apropriam de alguns elementos radicais da ideologia nazista, principalmente da sua carga de ódio, violência e simbolismo, sem ser uma clara opção política em si.

Bertonha indica que o pensamento nazista, seu lado irracional, místico e violento, baseado no anticomunismo, racismo, nacionalismo ainda continua vivo, “espalhado em moléculas por todo corpo social e institucionalizado em pequenos grupos marginais mais interessados em usufruir seu poder místico que nas suas ideias para a sociedade” (2008, p. 330). Em Gertz (2012) complementamos essa ideia quando ele indica a existência de “ondas de referências” nazistas, ou seja, uma “maior densidade de ocorrências e/ou uma maior densidade de referências sobre o tema em nível mundial, com a conseqüente vulgarização do tema também no Brasil [...]” (GERTZ, 2013, p. 94). Isto é aquilo que Visentini chama de “bulbo que hiberna em baixo da terra” (2000, p. 20) está sempre em vias de aproveitar para despertar e expressar-se.

#### 1.4 Sintomas de permanência: manifestações de 1978

O ano em que estudamos não era Monak em seu *podcast* e nem o julgamento de Irmgard Furchner que estavam no picadeiro das discussões acerca do nazismo e de suas expressões recentes – o neonazismo: em 1978, várias exteriorizações relacionadas ao nazismo e neonazismo rebentaram no Brasil. Sintomas das permanências, mesmo longe da Alemanha e Europa, dessas ideias extremistas que em um contexto de Ditadura Militar<sup>13</sup> encontravam espaço para manobrar suas expressões saudosistas ao período hitleriano, à ideologia antissemita, ideias autoritárias e de supremacia ariana.

Ao pesquisar a palavra-chave “nazismo” no site do Arquivo Nacional<sup>14</sup> e recortando o período para 1978, nos deparamos algumas ocorrências ligadas ao nazismo e neonazismo no Brasil. Nos debruçamos aqui sobre um acontecimento que foi central para essas ocorrências e que é fundamental para a compreensão da manifestação epistolar de Arno Oswin Sudbrack: em 20 de abril de 1978, um grupo de amigos reuniram-se em Itatiaia no Rio de Janeiro no Hotel Tyll para comemorar o 90º aniversário de Adolf Hitler.

Esse evento, segundo depoimento de seu organizador Alfred Winkelmann<sup>15</sup> ao jornal *O Globo*, já ocorreria pela segunda vez (25/04/1978, [s.p.]). Partindo do dossiê “Encontro de organizadores neonazistas da Alemanha, Brasil, Inglaterra e Argentina no Hotel Tyll em Itatiaia-RJ” o evento foi divulgado a pelo menos 30 “amigos saudosistas” da Alemanha, Brasil, Inglaterra e Argentina, através de um folheto escrito em alemão. O evento teria início na quinta 20, com um grande almoço de recepção e a tarde discussão de assuntos pertinentes, seguindo pelo final de semana com piqueniques e círculos de discussão (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Dossiê Encontro..., 1978).

---

<sup>13</sup> Entre 1964 e 1985 o Brasil foi governado por militares, que implantaram um regime de caráter autoritário e nacionalista. Além das perseguições políticas e do uso da violência, o período também é marcado pela censura, bipartidarismo e tortura.

<sup>14</sup> Pesquisa feita em 21 de outubro de 2021, no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), utilizando a palavra-chave “nazismo” e filtrando documentação que se conecta ao ano de 1978. Acesso ao SIAN em: [https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado\\_pesquisa\\_new.asp](https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp).

<sup>15</sup> Foi um apoiador do nazismo e neonazista. Segundo informações do *O Globo* (25/04/1978, [s.p.]) junto de seu pai, foi vendedor de veículos militares alemães para o Exército brasileiro. Era alemão. Alfred e sua esposa moravam em Resende, na época Itatiaia, onde estavam construindo um grande complexo de resort, do qual o Hotel Tyll fazia parte.

O *Jornal do Brasil*, descrevia que no dia 20 haviam pelo menos 30 pessoas (24/04/1978, p. 1). No sábado 22, o número havia se reduzido para 16. Neste dia, ao final da tarde, após denúncia telefônica imputando uma reunião comunista, quatro policiais chegaram ao local. O jornal descreve o acontecimento:

No momento, os alemães estavam reunidos: na última sala lateral do hotel. Durante uma hora se podia ouvir do lado de fora a entoação de canções "populares" e hinos, interrompidos pelas conversas em voz baixa. A ação da polícia — avisada por um telefonema anônimo denunciando "urna reunião de comunistas"— começa com lances que nada 'tinham haver com uma "operação policial: bastante tímidos, três deles aguardavam sentados enquanto o colega que se identificou como 'oficial do exército da secreta" conversava com o dono do hotel perto da cozinha. A reunião prosseguia desfalcada de um de seus membros, Josef Adolf Krall. 62 anos, industrial em São Paulo, com residência em Bariloche. Do lado de fora, um dos funcionarios foi proibido de se deslocar para não dispersar os que ainda debatiam a portas fechadas. Mas os demais, garçons e camareiros, tinham livre trânsito, iniciando-se, assim, um leve tumulto (JORNAL DO BRASIL, 24/04/1978, p. 1).

Essa descrição indica alguns elementos fundamentais para compreender o ocorrido: uma denúncia de reunião comunista foi a origem da visita dos policiais, o que era comum no país em que a Ditadura Militar proibia qualquer manifestação de esquerda. A conversa em alemão, a entoação de cantos e discussão, ações típicas dos saudosistas da ideologia nazista e da figura de Hitler e por fim o elemento do tumulto, afinal muitos desses partícipes possivelmente procuravam manter o anonimato.

A repercussão na imprensa nacional, principalmente no Rio de Janeiro foi bastante calorosa. No dossiê supracitado, produzido menos de um mês depois, seu autor demonstrava preocupação com a reprodução dos fatos:

b) Levando-se em conta que aqui - (Cidade de Itatiaia-RJ) [...] tomaram parte de uma reunião, cinco organizações oriundas da Alemanha, Brasil, Inglaterra e Argentina [...] **aventa-se a hipótese do problema estender-se também no Território Brasileiro;**  
c) Em data que não foi possível precisar, foi observada intensa propaganda através da Televisão e Jornais do Rio de Janeiro [...] (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Dossiê Encontro de ....., 1978, p. 2, grifo nosso).

Ou seja, o relator está alertando para a Central de Informações, que era o órgão central do Sistema Nacional de Informações (SNI) na estrutura do regime da Ditadura Militar, que a

repercussão dos fatos poderia tomar proporções nacionais, ser indício para outras manifestações que estavam ocorrendo sem conhecimento do SNI ou que poderia servir de “gatilho” para ocorrências futuras no território brasileiro.

E sua indicação não estava errada! Se referindo ao RS, Gertz (2012, p. 21) indica que diante das “ondas de referências”, como a ocorrida em 1978 com o evento de Itatiaia (e o posterior descobrimento do ex-oficial nazista Gustav Franz Wagner), houveram manifestações nazistas e levantava-se as referências à possíveis “hordas de nazistas estabelecidas no estado, após a guerra” (GERTZ, 2012, p. 21). Em sequência à comemoração do Hotel Tyll: em 4 e 5 de julho na cidade de Santa Rosa (RS) três jovens decidiram utilizar propaganda nazista, pichando alguns locais pátrios na praça central e hastearam bandeiras nazistas (do NSDAP) no centro da cidade (SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES. *Atividade subversiva...*, 1978). No final de julho o Departamento de Ordem e Política Social (DOPS) da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul passou investigar manifestações neonazistas em Ijuí, onde

o proprietário da ótica e joalheria Deckmann, José Luiz Deckmann, na cidade de Ijuí, "com toda tranquilidade produz e comercializa, ostensivamente, através de suas vitrines, cruzes gamadas de prata ou ouro". Outro morador de Ijuí, Host Natigal, de 28 anos, afirmou para o semanário que "para o movimento ganhar força basta apenas que ele seja melhor estruturado", chegando a dizer que a polícia da região compartilha com suas ideias. Outro integrante do grupo de neonazistas é Olavo Rieger, estudante de direito, que declarou: "a vocação nazista vem de berço" (CORREIO BRASILIENSE, 27/07/1978, p. 8).

Além do caso de Ijuí, a capital Porto Alegre também presenciou ocorrências. A revista semanal *Manchete*, publicava que:

Em Porto Alegre, os policiais redobram a vigilância nas ruas do bairro do Bom Fim, reduto de diversas agremiações israelitas. Nessa área, os simpatizantes nazistas quebraram vidros da fachada do Círculo Social Israelita e de uma sinagoga. O tijolo jogado contra o clube estava embrulhado num papel com a inscrição *Heil Hitler*, e nas paredes ficaram gravadas duas cruzes gamadas (MANCHETE, 12/08/1978, p. 126).

O *Jornal do Brasil* (29/07/1978, p. 4), indica que o então presidente da Federação

Israelita do Rio Grande do Sul, Samuel Burd considerava que os "atentados [ocorridos] ao Colégio Israelita, Círculo Social Israelita e uma Sinagoga [em Porto Alegre] já não são uma brincadeira"<sup>16</sup>. A mesma matéria indica ainda pichações nos muros do Instituto de Física da UFRGS, nas quais, segundo a publicação, haviam pedidos de anistia para Wagner (JORNAL DO BRASIL, 29/07/1978, p. 4). Esses eventos descritos nos periódicos indicam que ocorreu uma espécie de encadeamento entre a repercussão da comemoração do aniversário de Adolf em Itatiaia, da descoberta de Gustav Wagner e seu processo de extradição (que discutiremos em seguida) com ocorrências e manifestações neonazistas, exemplificadas aqui com alguns casos no RS.

Nesse sentido, retomamos o conceito de “bulbo que hiberna em baixo da terra” indicado por Visentini (2000, p. 20) e das razões objetivas indicadas por Gertz (2013, p. 94) como “maior densidade de ocorrências e/ou uma maior densidade de referências sobre o tema”. Dessa forma podemos compreender essas ocorrências<sup>17</sup> de 1978, dadas as condições para se manifestar, os neonazistas se apropriaram dos elementos simbólicos, como indicado no caso de Santa Rosa, descararam práticas já correntes como no caso de Ijuí e atos de violência como nos fatos em Porto Alegre, utilizando-se de um contexto que elementos nazistas davam visibilidade às ideias extremistas de antissemitismo, de nacionalismo alemão e apelo ao simbólico que as insígnias do NSDAP carregavam em relação ao medo, agressividade e intolerância.

E como será discutido, em 1978, ainda entre os desdobramentos das comemorações em Itatiaia, o ex-oficial nazista Gustav Franz Wagner, que estava escondido no interior de São Paulo é descoberto. E sua presença acarretará em processos de extradição, sobre os quais Arno O. Sudbrack debruçara sua argumentação.

---

<sup>16</sup> Indicamos no Subcapítulo 1.3 em Dietrich (2007) que os nazistas da década de 1930-1940 tinham atitudes antissemitas. Analisando os fatos indicados pelo *Jornal do Brasil* e pela *Manchete*, cometidos em outro contexto, mas que atingem a comunidade judaica, percebe-se conexão e permanência daquele período com um antissemitismo em 1978.

<sup>17</sup> Outras ocorreram pelo Brasil, optamos por recortar as sul-rio-grandenses pois são próximas espacialmente de onde morava Arno O. Sudbrack.

## **2. O REMETENTE E O DEFENDIDO: UMA PERSPECTIVA BIOGRÁFICA DE ARNO OSWIN SUDBRACK E GUSTAV FRANZ WAGNER**

O capítulo versa sobre os principais envolvidos na trama argumentativa: Arno Oswin Sudbrack, que é o autor das cartas e Gustav Franz Wagner, ex-oficial nazista que estava escondido no Brasil e que Arno busca evitar a extradição. Tratando das suas trajetórias busca se compreender os contornos dos acontecimentos em 1978 e os caminhos argumentativos das correspondências analisadas.

### **2.1 Arno Oswin Sudbrack: o nazista convicto**

As ideias extremistas do nazismo, como discutido no Subcapítulo 1.2, se espalharam para além da Alemanha, chegando inclusive ao Brasil. Nesse sentido, retomamos o conceito de “nazismo tropical” em Dietrich (2007), em relação aos aspectos de singularização das ideias nazistas no contexto e realidade brasileira, percebendo como foi possível dentro do contexto nacional seu desenvolvimento. Também tendo em vista as discussões dos subcapítulos 1.3 e 1.4, verificando as permanências, mesmo após 1945, do ideário nazista como um “bulbo que hiberna em baixo da terra” (VISENTINI, 2000), percebemos manifestações neonazistas no mundo todo e no Brasil. Recuperando esse quadro, entendemos Arno Oswin Sudbrack como sujeito inserido em um processo que vai do desenvolvimento, expansão, derrota e “bulbo hibernante” (relacionado as ideias neonazistas) do nazismo. Isto é, compreendemos Arno como um sujeito que esteve diante do processo nazista, não apenas de momentos pontuais, mas diante dos seus desdobramentos e transformações, por isso o qualificamos como “nazista convicto”, já que assim se considerava (SUDBRACK, 1979, p. 1).

Arno Oswin<sup>18</sup> Sudbrack nasceu em 5 de outubro de 1908 (CEMITÉRIO COMUNITÁRIO..., 2021), era filho de Fernando Jacob Sudbrack (CARAZINHO, 1957, p. 2) e Elisabeth Sudbrack (de nascimento Arend) (FOTOGRAFIA lápide de..., s.d.). Arno ficou órfão de sua mãe Elisabeth aos cinco anos, tendo ela falecido em 1913 (FOTOGRAFIA lápide de..., s.d.).

Conforme consta no recenseamento de 1920, Fernando, pai de Arno, registrou-se em Lajeado, no RS (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA..., 1927, p. 328) e era brasileiro de nascença, ou seja, Arno também era brasileiro, possivelmente tendo nascido em naquele município. Em 1923, Fernando e a família mudaram-se para Carazinho (CARAZINHO, 1957, p. 2), que na época era 4º distrito de Passo Fundo e estava em vias de emancipação. Conforme indica o Termo de Partilha de Fernando, a família era de posses, tendo terrenos na cidade, participação na empresa Aita Silva & Cia e bens em pedras preciosas (CARAZINHO, 1957, p. 2-3).

Em sua juventude, Arno sofreu um desgaste na perna esquerda que lhe rendeu um problema na locomoção por toda sua vida. Em razão desta infelicidade, conforme consta nas anotações suas em suas fotografias, entre 1930 e 1931 viajou até a Suíça onde buscou tratamento médico na *Clinique Alexandre*, na comuna de Leysin, nos alpes (FOTOGRAFIA Clinique Alexandre..., 1930-1931).

---

<sup>18</sup> Em relação ao segundo nome de Arno há variações na utilização. Na sua lápide consta o nome “Osvino”, que foi registrado pelos familiares que construíram a mesma, sendo essa variação uma tradução de “Oswin” no alemão. Como a variação que utiliza o “w” é mais recorrente nas correspondências e utilizada por ele nas assinaturas optamos por grafar assim neste trabalho.

Figura 2 - *Clinique Alexandre*, Leysin-Suíça (1930-1931)



Fonte: ÁLBUM DE FOTOGRAFIAS de Arno Oswin Sudbrack. [Sem título]. S.l., 1920-1940. Acervo de Irmgard Leonhardt. Em papel, fotografias impressas, coladas com anotações descritivas manuscritas.

Figura 3 - Arno deitado na cama da *Clinique Alexandre* enquanto sorri, 1930-1931



Fonte: ÁLBUM DE FOTOGRAFIAS de Arno Oswin Sudbrack. [Sem título]. S.l., 1920-1940. Acervo de Irmgard Leonhardt. Em papel, fotografias impressas, coladas com anotações descritivas manuscritas.

Figura 4 - Arno deitado na cama da *Clinique Alexandre*, enquanto recebe atendimento de uma enfermeira, 1930 - 1931



Fonte: ÁLBUM DE FOTOGRAFIAS de Arno Oswin Sudbrack. [Sem título]. S.l., 1920-1940. Acervo de Irmgard Leonhardt. Em papel, fotografias impressas, coladas com anotações descritivas manuscritas.

Figura 5 - Arno e enfermeira na *Clinique Alexandre*, 1930-1931



Fonte: ÁLBUM DE FOTOGRAFIAS de Arno Oswin Sudbrack. [Sem título]. S.l., 1920-1940. Acervo de Irmgard Leonhardt. Em papel, fotografias impressas, coladas com anotações descritivas manuscritas.

Retomando as concepções em Pinheiro (2011) e Mauad (1996), percebemos as fotografias acima produzidas dentro do significante e dos significados. Assim, partindo delas (Figuras 2, 3, 4 e 5), pode-se perceber que o fotógrafo buscou evidenciar o que estava retratando de forma harmônica. Tanto em relação a grandiosidade da Clínica, quanto nas relações do paciente Arno com as enfermeiras que lhe cuidavam. Ou seja, os significantes das fotografias demonstram a presença de Arno naquele local, que era grandioso e que o paciente e suas cuidadoras estavam de bom relacionamento, afinal seus rostos sorriem.

Assim, pode-se problematizar os significados, que além de estar buscando expressar a experiência de Arno na Suíça, expressa também seus relacionamentos com o local, com as pessoas dali. Outro significado presente é a verificação que os familiares de Arno possuíam grande poder financeiro: afinal além dos altos custos que uma viagem para a Europa incidia, o tratamento em uma clínica suíça naquele período também era certamente custoso. Além disso, pelas imagens vê-se a juventude de Arno, que considerando os anos 1930-1931 (FOTOGRAFIA *Clinique Alexandre...*, 1930-1931), teria entre 22 e 23 anos.

Partindo do período histórico dos anos 1930 e 1931, o contexto europeu é de entreguerras: haviam doze anos que a Primeira Guerra Mundial terminou, um ano (ou dois) que a Quebra da Bolsa de Nova York havia afundado os países europeus (capitalistas) em crises econômicas e sociais e, diante desses momentos dramáticos, estava Adolf Hitler à frente do NSADP ecoando suas ideias na Alemanha, país vizinho da Suíça. Em setembro de 1930, diante do terreno fértil causado pelo esvaziamento dos partidos de centro-direita, do agravamento da situação de miséria e penúria econômica, social e moral relacionada a profunda crise econômica consequente da Quebra, o NSADP atingia 15% dos votos no *Reichstag* (SCHILLING, 1995, p. 59), parlamento alemão. Tornava-se além de um partido difundido, o segundo maior no país.

E nesse contexto, Arno, que era teuto-brasileiro e fluente em alemão estava na Europa. Conforme visto nas Figuras 4 e 5, Arno tinha contato com diversas pessoas que frequentavam a *Clinique Alexandre*: enfermeiras, médicos, outros pacientes e visitantes deles. Considerando a proximidade de Leysin com a Alemanha, a circularidade de ideias entre pessoas e grupos de espaços e sociedades distintas e sua juventude (interesse em discursos e ideologias novas) ele ouviu, leu, experimentou a ideologia nazista no seu berço europeu.

Apesar do tratamento, sua perna esquerda permaneceu com limitação locomotora. De volta ao Brasil, entre a segunda metade e fim da década de 1930, Arno conhece sua futura esposa Rosa Frida, filha de Ana Maria e Alberto Spiesshofer, que haviam saído da Alemanha recentemente e estabelecido em Carazinho (ÁLBUM DE FOTOGRAFIAS..., 1920-1940). Entre 1937 e 1938, ambos se casam e vão morar no interior de Carazinho, que havia sido emancipado de Passo Fundo em 1931.

Figura 6 - Casamento de Rosa e Arno, entre 1937 e 1938



Fonte: ÁLBUM DE FOTOGRAFIAS da família de Arno e Rosa Sudbrack. [Sem título]. S.l., 1941-1990. Acervo de Irmgard Leonhardt. Em papel, fotografias impressas e coladas; anotações descritivas manuscritas.

No centro da Figura 6 vemos o casal Arno e Rosa. Em 1938, nasce Manfredo, o primeiro filho dos quatro que terão, sendo eles Walter, Gisela e Irmgard. Em Coqueiros, que era localidade do 6º distrito de Almirante Tamandaré, possuíam uma propriedade rural nas proximidades do Rio Turvo.

Figura 7 - Parreiral de uvas na propriedade de Arno e Rosa, Coqueiros, Carazinho (1938)



Fonte: ÁLBUM DE FOTOGRAFIAS de Arno Oswin Sudbrack. [Sem título]. S.l., 1920-1940. Acervo de Irmgard Leonhardt. Em papel, fotografias impressas e anotações descritivas manuscritas.

Figura 8 - Plantação de milho na propriedade de Arno e Rosa, Coqueiros, Carazinho (1938)



Fonte: ÁLBUM DE FOTOGRAFIAS de Arno Oswin Sudbrack. [Sem título]. S.l., 1920-1940. Acervo de Irmgard Leonhardt. Em papel, fotografias impressas e anotações descritivas manuscritas.

Figura 9 - Panorama da propriedade de Arno e Rosa Sudbrack, ao fundo vê-se a plantação de milho, Coqueiros, Carazinho (1938)



Fonte: ÁLBUM DE FOTOGRAFIAS de Arno Oswin Sudbrack. [Sem título]. S.l., 1920-1940. Acervo de Irmgard Leonhardt. Em papel, fotografias impressas e anotações descritivas manuscritas.

Figura 10 - Propriedade de Arno e Rosa Sudbrack, ao fundo a casa e construções da fabriqueta de vinho, Coqueiros, Carazinho (1938)



Fonte: ÁLBUM DE FOTOGRAFIAS de Arno Oswin Sudbrack. [Sem título]. S.l., 1920-1940. Acervo de Irmgard Leonhardt. Em papel, fotografias impressas e anotações descritivas manuscritas.

Partindo das concepções de Mauad (1996) e Pinheiro (2011), tomando os significantes das fotografias percebemos que Arno e Rosa eram agricultores. Na Figura 7 está o parreiral de uva que tinham, do qual a produção era utilizada na fabriqueta de vinho que tinham. Nas figuras 8 e 9, estão plantações de milho e nas proximidades se vê ainda a existência de mato, sendo que na Figura 8 aparece um pinheiro de grande porte na esquerda da imagem. A Figura 10 apresenta o local onde era a morada da família e também a fabriqueta de vinho que possuíam. O álbum onde essas fotografias estão coladas, indica que elas foram tiradas no ano de 1938, com anotações do próprio Arno (ÁLBUM DE FOTOGRAFIAS..., 1920-1940). Assim, o significado delas expressa a constituição da propriedade rural do casal, buscando valorizar os esforços de seus donos, pelos cultivos e pela constituição do que conformaria o cotidiano deles.

A localidade de Coqueiros foi organizada a partir de iniciativas do herdeiro do latifúndio Fazenda dos Coqueiros, Homero Guerra, no então município de Carazinho. Sua colonização é de descendentes de alemães provenientes das “colônias velhas” na Região do Rio Caí na Serra Rio-Grandense e das “colônias novas” organizadas na região de Tapera, Selbach, Não-Me-Toque (SCHIMITZ, 2016). A principal atividade dos colonos era a agricultura. Hoje Coqueiros tornou-se Coqueiros do Sul, emancipado em 1992.

*Figura 11 - Família de Rosa e Arno Sudbrack*



Estão de pé, da esquerda para a direita: Gisela, Walter, Manfredo e Irmgard. Sentados, também da esquerda para direita Ana Maria, Rosa e Arno. Destacamos a posição de Arno: em função da sua dificuldade locomotora na perna esquerda, tinha limitação para sentar-se na cadeira e por isso sua perna esquerda não podia ser dobrada.

Fonte: *ÁLBUM DE FOTOGRAFIAS* da família de Arno e Rosa Sudbrack. [Sem título]. S.l., 1941-1990. Acervo de Irmgard Leonhardt. Em papel, fotografias impressas e coladas; anotações descritivas manuscritas.

Nesse contexto rural, de agricultor, de uma sociedade de descendentes de descendentes de alemães que Arno e sua família, que vimos na Figura 11, tinham seu cotidiano. Em 1978, já com 70 anos, em uma das correspondências Arno descreve suas dificuldades de sair de casa, pois seu cotidiano estava envolvido com a família e os afazeres rurais:

[...]  
 Infelizmente não posso me afastar muito tempo da casa, esposa em recon-  
 valescença, filho Walter retardado mental, devo tratar e tar agua e  
 lenha nao cosinha, algum pasto para gado ...

[...]  
 (SUDBRACK, 1978a, p. 2).

Conforme descrito por Arno, seu cotidiano estava envolto nos cuidados com os familiares e com os animais que possuía na criação. Como já discutido, quando esteve na Europa no início da década de 1930, Arno teve contato com o ideário nazista. Esse contato

rendeu frutos: a ideologia nazista, o culto a figura de Adolf Hitler e a participação no NSDAP conquistaram o teuto-brasileiro, fazendo parte do seu cotidiano de agricultor e pai de família, sendo Arno membro do NSADP e um militante dele em Carazinho. Essa interpretação trazemos através de suas manifestações públicas, correspondências e fotografias. Conforme indica Le Febvre, referindo-se à disponibilidade de fontes, “na falta de flores habituais” (apud LE GOFF, 2003, p. 503), o historiador deve utilizar dos vestígios disponíveis: devido à ausência documental sobre as atividades militantes que vão entre 1930 e 1970, debruçamo-nos sobre alguns vestígios que possuímos.

Em correspondência à Alfred Winkelmann, que foi organizador do evento de comemoração do 90º aniversário de Hitler em Itatiaia no Rio de Janeiro, Arno afirma que supostamente era o “membro NSDAP nº. 1.369.694” (SUDBRACK, 1978b, p. 1). Em outra correspondência, Arno declara para o advogado carazinhense João Xavier da Cruz:

[...]  
 15 Sabeis, que [eu] **era socio do partido hitleriano e com convicção**, não obstante de ter nascido aqui no Brasil. Foi uma **distinção, que o mesmo partido á mim fez excepcionalmente**, quando me aceitou e confiou mesmo ser **dirigente deles em Carazinho**, si bem que em politica não tinha experiencia alguma **lá pelo ano de 1933**. Apenas queria pertencer á essa gente, mais por ser no intimo nacionalista alemão  
 20 de acordo com o meu sangue, origem e lingua,  
 [...]  
 (SUDBRACK, 1979, p. 1, grifo nosso).

Portanto, partindo de suas declarações e entendendo os fragmentos das correspondências acima a partir da indicação de Foucault que “escrever é, pois, 'mostrar-se', dar-se a ver, fazer aparecer o rosto próprio [...]” (1992, p. 150), Arno considerava-se nazista. Não só compartilhava da ideologia, mas era membro oficial do Partido: contrariando as orientações do *Auslandsorganisation der NSDAP*, de aceitar somente no partido alemães de sangue (aqueles nascidos na Alemanha, conforme as Leis de Nuremberg de 1935), Sudbrack foi sócio registrado o que indica uma das singularidades variáveis do “nazismo tropical” de Dietrich (2007).

Além disso, a afirmação que era um sócio “com convicção” (SUDBRACK, 1979, p. 1) indica que Arno admirava as propostas, pretensões e aquilo que o nazismo enquanto partido e ideologia propunham, se apropriando delas e relacionando-as ao nacionalismo alemão, mesmo

sendo brasileiro de nascimento. O que coloca em contradição sua afirmação que no seu íntimo ele era alemão e compartilhando sangue, língua e origem (SUDBRACK, 1979, p. 1) sentia-se realmente parte do fenômeno político e ideológico que foi o nazismo europeu. Isto é, por sua descendência teuta, se sentia representado ao ser membro do NSADP na sua construção identitária no *Deutschtum*<sup>19</sup>.

Destacamos ainda que o remetente afirma que, por ele ser brasileiro, foi concedida a exceção de ser membro do partido, o que teria ocorrido em 1933. Isso nos indica que foi por volta daquele ano, possivelmente dois depois do seu regresso para o Brasil do tratamento na Suíça, que ele foi associado (SUDBRACK, 1979, p. 1). E que ele foi um dos dirigentes do Partido em Carazinho, mesmo não sendo habilitoso com a política, num entendimento de que foi aceito por pura paixão que demonstrava à ideologia.

Em relação à essa última indicação sua, recuperando Moraes (1996) e Lucas (2011), Carazinho possuía um *Ortsgruppen*, que era um grupo local da *Auslandsorganisation der NSDAP*, todavia em Lucas (2011, p. 222) há a indicação que são lideranças locais do Partido Fritz Staendle e Kurtz Klimpke, ausentando-se o nome de Arno na lista. Ademais, não há indicação de um *Stützpunkte*, (ponto de apoio) do Partido em Coqueiros, mas a fotografia de 1946 abaixo (Figura 12) indica a existência de um agrupamento fiel a Hitler na localidade.

---

<sup>19</sup> Pode-se definir o *Deutschtum* como a concepção de pertencimento dos diversos grupos étnicos alemães a germanidade e sua suposta grandiosidade.

Figura 12- *Hitler's letzte sieben mann*, Coqueiros, Carazinho (1946)



Fonte: acervo do autor (grifo nosso).

Na Figura 12 vê-se o agrupamento dos “*Hitler's letzte sieben mann*”, conforme indicado na peça central, que se traduz do alemão como “Os últimos sete homens de Hitler”, que estão na parte superior do edifício. Da esquerda para a direita, indicado com a seta vermelha, na quarta posição, que é central, está Arno O. Sudbrack. No chão, também indicada com a seta, segurando um bebê no colo e ao lado de uma criança (que é o filho Manfredo), está a esposa de Arno, Rosa. A fotografia foi tirada na residência do casal no interior da então localidade de Coqueiros, no distrito de Almirante Tamandaré, município de Carazinho, conforme indicado também na peça em 28 de junho de 1946.

A fotografia da Figura 12 indica a existência de pessoas que eram fiéis as ideias de Hitler e do NSDAP em Coqueiros e que muito provavelmente, Arno, dada sua posição central era de algum modo líder deles. A designação “últimos sete homens” indica três importantes questões: primeira, que eram os últimos porque em junho de 1946, a 2ª Guerra Mundial havia já se encerrado no lado europeu, a Alemanha nazi já havia capitulado e Hitler se suicidado, ou seja, esses sete homens que estão no degrau superior da imagem apresentam-se como os seus últimos

fiéis: mesmo diante da derrota nazista, mostravam-se firme às ideias hitleristas. Na imagem, apesar da centralidade dos sete homens outros homens e, principalmente, mulheres e crianças também estavam associadas as diligências. E, por terceiro, que mesmo diante das proibições partidárias estrangeiras e do uso de línguas estrangeiras, como o alemão, impostas pelo Estado Novo de Vargas, seguiu-se as atividades ideológicas e a prática do uso do dialeto (e/ou idioma) entre os sujeitos envolvidos.

Apreende-se dessa forma que Arno estava realmente envolvido com as atividades partidárias e ideológicas do nazismo ao qual associou-se. Seja através de atividades de manifestação partidária e ideológica na localidade onde constituía seu cotidiano ou por sua proatividade intelectual: com troca de correspondências, como por exemplo as que enviou entre 1978 e 1979 defendendo Gustav Franz Wagner e participações públicas em periódicos.

Diante do contexto das comemorações em Itatiaia do 90º aniversário de Adolf Hitler, organizadas no Hotel Tyll de Alfred Winkelmann, da rendição de Gustav Franz Wagner para a polícia paulista, dos pedidos de extradição solicitados e as repercussões de manifestações neonazistas pelo país em 1978, tomamos três periódicos que reproduziram declarações de Arno O. Sudbrack quando participou de uma entrevista para a Revista *Isto É* em julho daquele ano<sup>20</sup>.

O *Correio Brasiliense*, de 27 de julho de 1978, indica que Arno era nazista convicto e destaca a fala dele de que “nada impedirá nosso trabalho” e a de “que existem condições de se reviverem aqueles tempos” (p. 8). O periódico indica que, em sua declaração à *Isto É*, Arno afirmou “manter assídua correspondência com Alfred Winkelmann [...]” (CORREIO BRASILIENSE, 27/07/1978, p. 8).

O *Jornal do Brasil*, em publicação de 29 de julho de 1978, reproduz que: “o velho Arno Sudbrack, 70 anos, em Carazinho, acredita existirem condições de ‘se reviverem aqueles tempos, desde que os filhos dos nazistas mortos se empenhem nessa tarefa’” (p. 4, cad. B).

O terceiro periódico é a Revista *Manchete*, que em sua edição de 12 de agosto de 1978, trazia que “Sudbrack tem certeza de que o Führer não morreu nas ruínas do seu *bunker*, tendo escapado a bordo de um submarino que o teria deixado na Argentina” (p. 126, grifo do texto).

---

<sup>20</sup> Infelizmente, apesar das buscas insistentes não foi localizado nenhum exemplar da Revista que consta a declaração original de Arno. Desta forma optamos por reproduzir fragmentos presentes nos periódicos indicados.

Analisando os fragmentos da declaração que Arno concedeu a *Isto É*, reproduzida em fragmentos nos periódicos indicados, se corrobora a proatividade do nazista em prol dos interesses ideológicos nazistas. Conforme já indicado, em 1978, Sudbrack gozava de 70 anos, sua idade era dada de destaque pelos periódicos, num apelo a ideia de que como era velho, seus comentários indicam a existência de remanescentes nazistas em meio a sociedade brasileira, reforçando as problemáticas das notícias que estavam relacionadas às manifestações neonazistas daquele ano.

As afirmações de Arno reproduzidas pelo *Correio Brasiliense* e pelo *Jornal do Brasil* de que seria possível reviver o nazismo, indicam uma esperança sua de que, pela ideologia, o NSADP era restabelecível, sendo os oficiais nazistas e os nazistas que moravam no Brasil importantes nesse processo. O comentário que é trazido pela *Manchete* em que Arno considerava que Adolf Hitler não havia morrido em Berlim em 1945, mas fugido para a América do Sul, também converge em relação à esta esperança: estando o *Führer* vivo, era auspiciosamente viável restaurar o *Reich* e o nazismo.

Nesse sentido, a afirmação de que “nada impedirá nosso trabalho” (CORREIO BRASILIENSE, 27/07/1978, p. 8) indica a proatividade e os esforços que estariam sendo tomados para reestabelecer o nazismo. Em correspondência com Alfred Winkelmann, Arno indica essa esperança, quando questiona o destinatário: “[...] warum 4. Reich, wenn wir traeger des 3. Reichs sind?” (SUDBRACK, 1978b, p. 1), que pode ser entendido como “porque o 4º *Reich* quando somos cidadãos do 3º *Reich*?”. Ou seja, Arno está convicto de que é realmente viável reestabelecer o *Reich* que foi humilhantemente derrotado em 1945 e com ele restaurar toda ideologia nazista.

Na mesma correspondência, verificamos uma contradição com a declaração que deu a *Manchete*, em relação desfecho da vida de Hitler: “Hitler ist nicht ungebracht worden. Selbstmerd is politischer Art zu vesteher [...]” (SUDBRACK, 1978b, p. 1). Que podemos compreender como “Hitler não foi morto. O suicídio [dele] deve ser entendido em termos políticos.” Ou seja, em uma diferença de menos de um mês, entre a carta e a declaração na *Isto É* (reproduzida em agosto pela *Manchete*), Arno afirma para a imprensa que Hitler não morreu em fim de abril de 1945, contribuindo com a instigação da possibilidade de restaurar o NSADP e o *Reich*, agitando os inclinados à restauração com a possibilidade de Adolf Hitler estar vivo. Já no íntimo, através da carta, se comunicando com seu par Alfred Winkelmann, ele justifica que a morte do *Führer* por suicídio (ou seja, está negando que Hitler ainda vive) na verdade

tem motivação política, deve ser entendida como um ato político de redenção, heroico, no sentido de dar continuidade e unidade àqueles que seriam remanescentes ao *Reich*.

Nesse sentido, recuperamos novamente a ideia de proatividade intelectual de Arno: quando da repercussão da descoberta do ex-oficial nazista Gustav Franz Wagner e da instauração de pedidos de extradição, o agricultor age enviando cartas à indivíduos que julga serem importantes politicamente, buscando evitar que ele seja extraditado. Na carta para o Capitão Joel Mena Barreto, Arno também afirma que quando da descoberta e processos de extradição do também ex-oficial nazista Franz Stangl (na década de 1960) agiu da mesma forma, buscando mobilizar políticos para a negação da extradição (SUDBRACK, 1978a, p. 2). E diante dessa proatividade intelectual, conforme indica Neves:

a carta constitui uma ambivalência: é a exterioridade de uma interioridade. E ainda: é uma exibição de uma invisibilidade, materializa uma gama muito variada e ampla de sentimentos e pensamentos. É a carta, uma forma de tornar público o privado, de lançar, na sociedade, o indivíduo (1988, p. 191).

Entendendo essa projeção do privado para o público na relação com o destinatário que a correspondência implica, visibilizando o que o remetente se julga ser, nas cartas analisadas, Arno afirma que ele é especialista no assunto da extradição:

[...]  
 Como porem o nosso Governo ficou envolvido no  
 caso do sr. Gustav Franz Wagner, acho eu, em casos semelhantes perfeita-  
 25 julgar casos do povo alemão. Infelizmente isto não acontece. De  
 um Presidente Ernesto Geisel nem o esperava, sabeis as razões tão  
 bem como eu. Mas como agora temos um Presidente novo na pessoa do  
 General João Baptista de Figueiredo, que assume uma herança feia  
 desde hontem, **acho eu, que é minha obrigação, ser-lhe util numa**  
 30 **questão de repercussão internacional em assunto do povo alemão.**  
 [...]  
 (SUDBRACK, 1979, p. 1, grifo nosso).

[...]  
 15 **dai acho eu na minha**  
**obrigação, em esta parte contribuir nosso Governo Central** não ceder  
 uma segunda vez á gritaria difamadora de Internacionaes [...]  
 [...]  
 Por isto, para faci-  
 25 litar esta tarefa, **ofereço meus conhecimentos á vossa Redação**  
 para terdes a gentileza de divulgar para vossos distintos leitores

e sobretudo á casta intelectual, podendo chegar por vosso interme-  
dio aos Ministerios competentes,  
[...]  
(SUDBRACK, 1978c, p. 1, grifo nosso).

Sudbrack, conforme indicado nos fragmentos das correspondências acima indicadas, acreditava ser central para o processo de extradição, expressava aquilo que estava em seu subjetivo de que ele era um baluarte do nazismo e defensor das questões da gente alemã no Brasil. Por esse motivo, insistia a seus destinatários que deveriam lhe “abrir” portas para que seu suposto conhecimento e experiência acerca do nazismo chegasse a Brasília, sendo que ele se sentia decisivo nos trâmites legais contra a extradição do ex-oficial nazista Gustav Franz Wagner.

Nesse sentido, expandimos o horizonte de compreensão da História política em Remond (2003) e compreendemos Arno como um dos partícipes da política, dentro dos quadros dos “micro-poderes” (FOUCAULT, 1984) para se legitimar no processo político nacional. Assim, ao considerar suas opiniões e conhecimento essencial para as questões que estavam ocorrendo, Arno se retificava no jogo político da sua realidade como nazista, teuto-brasileiro e bastião dos interesses do povo alemão. Ativando desse modo sua rede de relações com os outros partícipes ou agentes ligados ao poder, os detentores de “micro-poderes”, que para ele seriam fundamentais na articulação para evitar a extradição.

Ainda em relação a esse contexto de inserção política de Arno, desde 1964 o Brasil estava sob uma Ditadura Militar, tendo o regime caráter autoritário de repressão, autoritarismo e censura. Na carta direcionada ao jornalista, nesse contexto de Ditadura, Arno expressa que sofreu cerceamento do regime:

15 Acrescento para sua informação: Uns **sete anos atraz** passei por in-  
~~termedi~~ digo **interrogatorio em Quartel Militar de Passo Fundo**.  
Na ocasião um Tenente me repetiu, que por causa da minha orienta-  
ção politica aqui **não seria preso sob duas condições: que não fi-  
zesse nada contra o Brasil e nada a favor do Communismo**, que en-  
tendendo como bolchevismo. Gritaria eventual deve ser como musica  
acompanhante. Nestas condições acho, que não lhe cria problemas.  
(SUDBRACK, 1978c, p. 2).

Considerando a afirmação do remetente, por volta de 1970-1971, Arno teria sido interrogado em Passo Fundo, que naquele período possuía uma unidade militar. Era governo do General Emílio Médici, período que desde 1969 era de acentuamento da repressão política, inclusive de vigência do Ato institucional número 5, com a expansão da tortura, perseguições políticas, cassação de mandatos e extinção do *habeas corpus*.

Tomando a realidade nacional, em razão de seus posicionamentos políticos “exóticos” em relação a brasilidade defendida pela Ditadura, Arno teria sido interpelado em Passo Fundo. Todavia, como ele mesmo afirma na correspondência, foi liberado já que não tinha objetivo de prejudicar o Brasil, inclusive afirma nas cartas (SUDBRACK, 1978a, 1978c, 1978d) que, evitando a extradição de Gustav Franz Wagner, seria ao Brasil bastante honroso, sendo ele responsável pelo prestígio. E, como aponta, em relação ao comunismo, Arno tinha ojeriza, já que como nazista se opunha ferrenhamente à essas ideias, as quais, na sua interpretação eram bolchevistas<sup>21</sup>.

Diante do exposto, da honra e convicção que Arno sentia quanto a ser nazista (SUDBRACK, 1978c), dos seus esforços políticos na localidade de Coqueiros junto aos *Hitler's letzte sieben mann* e de sua proatividade intelectual que discurremos, interpretamos que essas experiências estavam para ele como parte de uma projeção sua na *Deutschtum*, afinal sentia-se no seu íntimo um nacionalista alemão, um privilégio que sentia possuir por ser teuto-brasileiro (SUDBRACK, 1978c) e desta forma a figura de Adolf Hitler, o NSDAP, os pilares da ideologia nazista de anticomunismo, nacionalismo e racismo que indicamos a partir de Medeiros (2020), as atrocidades do Holocausto e as agressões da Alemanha nazi na Segunda Guerra Mundial, representavam o ideal máximo de patriotismo alemão para ele.

Nesse sentido, compreendemos Arno Oswin Sudbrack nos apropriando do conceito de “banalidade do mal” levantado por Hannah Arendt (1999)<sup>22</sup>. Conceito cunhado na posterioridade dos eventos do julgamento do ex-oficial nazista Adolf Eichmann em Jerusalém. Hannah propõe explicar o mal a partir do “mal banal” que é praticado em ações irrefletidas, que não é intrínseco, tem motivação fora da ação porque ela é desconectada da malevolência. Destoando da concepção de “mal radical”, do filósofo alemão Immanuel Kant, o que era entendido por ser intrínseco no sujeito que o pratica, fundamentando-se no ódio e na

---

<sup>21</sup> Grupo que defendia que a Revolução de 1917 na Rússia deveria pular a etapa da revolução burguesa, passando diretamente às mãos dos trabalhadores as reformas e implementação do comunismo.

<sup>22</sup> O livro *Eichmann em Jerusalém* foi publicado originalmente em 1963, nele constam as considerações nucleares da banalidade do mal. Utilizamos uma versão de 1999, da Editora Companhia das Letras.

malevolência intencional, pensada e aplicada (ANDRADE, 2013). A banalidade do mal considera também a superficialidade dos sujeitos diante do mal praticado, analisando Eichmann e seus crimes, Hannah afirma:

A não ser por sua extraordinária aplicação em obter progressos pessoais, ele não tinha nenhuma motivação. E essa aplicação em si não era de forma alguma criminosa; ele certamente nunca teria matado seu superior para ficar com seu posto. Para falarmos em termos coloquiais, ele *simplesmente nunca percebeu o que estava fazendo* (ARENDR, 1999, p. 310, grifo da autora).

Arendt não propõe diminuir a culpabilidade do nazista, mas indica que sua existência e experiência é tão apegada ao burocrático, à penetração nas engrenagens sociais de trabalhar, servir ao Estado, contribuir com a comunidade e país que suas ações são irrefletidas e levianas. Assim como sua própria personalidade é marcada pela superficialidade, por agir sem refletir e por estar praticando e ser autor da maldade e de atrocidades “debaixo de seu nariz”, sem se quer refletir sobre elas, sem se quer sentir remorso ou culpa, pois estava apenas sendo um cidadão ideal, obediente aos seus superiores e focado com o seu crescimento profissional pessoal.

Considerando essa concepção arendiana, podemos compreender que quando Arno Oswin Sudbrack exalta o nazismo, Adolf Hitler, o NSADP e procura defender Gustav Franz Wagner da extradição, por ele ter sido um patriota alemão, ele acaba sendo superficial na sua argumentação e ponderação, age sem refletir sobre a maldade que ele está celebrando, agindo para atingir seus próprios interesses morais e políticos, banalizando todo mal e horrores que aqueles que ele defendia praticaram e protagonizaram.

Arno morreu em 19 de abril de 1998 (CEMITÉRIO COMUNITÁRIO..., 2021) e está enterrado no Cemitério Comunitário de Coqueiros do Sul, na seção protestante. Sua esposa morreu no ano seguinte e está enterrada ao seu lado (CEMITÉRIO COMUNITÁRIO..., 2021). Atualmente a propriedade rural pertence aos netos.

## **2.2 Gustav Franz Wagner: a “besta de Sobibor”**

A produção epistolar de Arno Oswin Sudbrack que analisamos é voltada para a defesa de uma suposta saída honrosa para o Brasil no caso de extradição do ex-oficial da SS, Gustav Franz Wagner. Esse sujeito, em 1978, estava em voga por ter sido descoberto no Brasil e ter sido identificado como um carrasco dos judeus durante as operações do Holocausto e da Segunda Guerra Mundial, na Alemanha nazi e nos países ocupados por ela.

Figura 13 - Gustav Franz Wagner ainda jovem



Fonte: [https://aventurasnahistoria.uol.com.br/media/uploads/nazismo/gustav\\_soldado.jpg](https://aventurasnahistoria.uol.com.br/media/uploads/nazismo/gustav_soldado.jpg). Acesso em: 04 abr. 2022.

O rapaz que se vê na fotografia acima (Figura 13) é Gustav Franz Wagner. Nasceu na Áustria, em 18 de julho de 1911. Foi oficial nazista da *Schutzstaffel* (SS), sendo *Oberscharführer*<sup>23</sup> do campo de concentração de Sobibor, na Polônia ocupada. Neste campo de concentração de extermínio foi responsável pela morte de mais de 200 mil pessoas (ABAL, 2012).

---

<sup>23</sup> Patente da força paramilitar *Schutzstaffel* durante a vigência nazista na Alemanha.

Figura 14 - O *Oberscharführer* SS: a besta de Sobibor



Fonte: [https://aventurasnahistoria.uol.com.br/media/uploads/nazismo/gustav\\_soldado.jpg](https://aventurasnahistoria.uol.com.br/media/uploads/nazismo/gustav_soldado.jpg). Acesso em: 04 abr. 2022.

Na Figura 14 Gustav F. Wagner está vestido com sua pompa militar de oficial nazista. Essa presunção, somados ao seu sadismo, violência e brutalidade com os judeus e prisioneiros lhe rendeu o apelido de “besta de Sobibor”. Abal (2012) traz memórias das barbáries cometidas por Gustav F. Wagner naquele campo de concentração, descritas pelos prisioneiros:

O mais chocante entre os crimes de Wagner foi, sem dúvida, o assassinato a sangue frio de um bebê diante dos olhos da mãe. Esther Raab, presente no momento do crime, relata que uma prisioneira conseguiu esconder sua gravidez e teve a criança dentro do campo. Em um determinado dia, Wagner entrou na oficina de costura onde ela trabalhava e ouviu o bebê. Wagner a deu a escolha de entregar a criança ou morrer com ela. A mãe, desesperada, cuspiu no rosto do nazista que, enfurecido, atirou na criança diante da prisioneira e, depois, atirou nela também (p. 60-61).

Wagner usava o trem de mineiros para carregar cinzas do crematório do Campo III para o jardim. ‘Fertilizante’, ele disse a Haim, que tinha que espalhar as cinzas e pedaços de osso ao redor dos morangos e vegetais. Wagner pensava que usar judeus para cultivar sua comida era engraçado. Um dia, na contagem dos prisioneiros, ele deu uma mordida em uma cenoura. ‘Olhem’, ele disse aos prisioneiros. ‘Eu acabei de comer vinte judeus’ (p. 62).

Gustav F. Wagner era perverso, conforme depreende-se das memórias acima e sua profunda maldade contra os prisioneiros expressava seu ódio aos judeus e o completo desrespeito à vida humana. Ao término da Segunda Guerra Mundial, o nazista conseguiu

fugir da Europa indo em direção do Oriente Médio (ABAL, 2012).

Em 1950, Gustav Franz Wagner chegou ao Brasil e se deslocou para Atibaia, no interior de São Paulo. “‘Seu Gustavo’, como era chamado pelos seus vizinhos, era um homem recatado e ninguém podia suspeitar de seu passado sanguinário” (ABAL, 2012, p. 75). Wagner trabalhava como caseiro no Sítio São Jorge e por ali, como indicado por Abal (2012), viveu sem levantar grandes suspeitas até o ano de 1978.

Figura 15 - "Seu Gustavo"



Fonte: <http://www.holocaustresearchproject.org/survivor/raab.html>. Acesso em: 04 abr. 2022.

Na Figura 15, que é de 1978, Gustav F. Wagner já apresenta alguns sinais de sua idade avançada, gozando de 67 anos. Naquele ano, o evento de comemoração do 90º aniversário de Adolf Hitler em Itatiaia no Rio de Janeiro acabou, como já discutido, causando polêmica na mídia brasileira. Foi naquele clima que o jornalista Mário Chimanovitch<sup>24</sup>, que trabalhava no *Jornal do Brasil*, foi contatado por Simon Wiesenthal<sup>25</sup> para uma conversa. Mário atendeu ao chamado do “caçador de nazistas”, como era conhecido S. Wiesenthal e foi até Viena. Lá ele

<sup>24</sup> Mario Chimanovitch é jornalista e repórter de ascendência judaica. Na década de 1970, era correspondente do *Jornal do Brasil* no Oriente médio (ABAL, 2012).

<sup>25</sup> Simon Wiesenthal (1908-2005) foi sobrevivente do Holocausto nos campos de concentração nazistas de Janowska, Kraków-Plaszów e Mauthausen-Gusen durante a Segunda Guerra Mundial. Após a Guerra, ficou famoso pelo seu trabalho de investigação e localização de ex-oficiais nazistas, o que lhe rendeu o apelido de “caçador de nazistas” (ABAL, 2012).

lhe apresentou informações sobre o ex-oficial nazista Gustav Franz Wagner, o qual ele desconfiava estar escondido no Brasil (ABAL, 2012).

Os dois então tiveram a ideia de criar uma *fake News*, relacionando com o evento no Hotel Tyll em abril daquele ano: o jornalista publicaria uma matéria afirmando que Wagner estava no evento e que havia sido reconhecido por Wiesenthal, divulgando uma fotografia falsa.

Figura 16 - Fake news sobre a participação de Gustav F. Wagner nas comemorações em Itatiaia (26/05/1978)



Fonte: <https://www.jb.com.br/pais/2019/02/980445-pai-de-ministro-protgeu-nazista.html>. Acesso em: 27 mar. 2022.

Analisando a Figura 16, que traz a notícia publicada em 26 de maio de 1978, percebe-se que ela recebeu enorme destaque no *Jornal do Brasil*, sendo publicada na primeira página do caderno B, em letras de formas com destaque e em destaque também estava o título “Este nazista é um criminoso de guerra”. Logo abaixo o nome de Gustav Franz Wagner também

estava em letras grandes. Destacavam-se os crimes que ele teria cometido, sendo pelos quais acusado: “tortura e assassinio de crianças, homens e mulheres, inclusive em Treblinka e Sobibor” (JORNAL DO BRASIL, 26/05/1978, p. 1, caderno B). Ainda constava a informação que ele havia sido visto no encontro de comemoração em Itatiaia e uma fotografia que seria supostamente sua, a qual, comparando com a Figura 15, que é de Arno em 1978, destoa totalmente.

Apesar do homem na foto não ser Gustav Franz Wagner e ele não ter participado em Itatiaia, a ideia deu certo! Como descreve Abal:

[...] ocorre o fato mais inimaginável. O verdadeiro Gustav Wagner [...], apresentou-se espontaneamente, em 30 de maio de 1978, ao DEOPS no Distrito de Campo Belo, em São Paulo, afirmando ser ele o verdadeiro Gustav Franz Wagner, e não o homem cuja foto estampava os jornais, mas negava ter cometido qualquer crime durante a guerra. Diante da diferença entre as feições do homem reconhecido por Simon Wiesenthal e aquele que se apresentara, a própria polícia duvidou, em um primeiro momento que se tratavam da mesma pessoa (2012, p. 78).

Conforme indica Felipe Abal (2012) Gustav F. Wagner era temeroso de que, dada a repercussão da sua cogitada presença no Brasil, seria metido em uma emboscada pelos agentes do *Mossad*<sup>26</sup> como seus ex-colegas oficiais nazistas Adolf Eichmann e Herbert Cukurs<sup>27</sup>, por exemplo. Ele afirma: “o fato de ter se entregado às autoridades brasileiras não era um meio de se colocar à disposição da justiça, mas sim uma busca por proteção. Enquanto estivesse preso, não seria assassinado ou sequestrado” (p. 78). Ou seja, a intenção da “besta de Sobibor” não era enfrentar seus crimes do passado, mas sim proteger-se de possíveis consequências dele, fato agravante disso é que até fim de maio negou ser algoz e de ter cometido crimes de guerra.

A mentira do ex-*Oberscharführer* foi interrompida quando Stanislaw Szmajzner<sup>28</sup>, que foi prisioneiro em Sobibor, colocou-se frente a frente com o carrasco. O acontecimento foi coberto pela revista *Veja* e pelo jornal *Folha de São Paulo*, sobre o qual concordamos com a

<sup>26</sup> Serviço de informações de Israel, fundado em 1949.

<sup>27</sup> Eichmann foi levado para julgamento em Jerusalém depois de capturado na Argentina em 1960, lá foi enforcado após os trâmites. Cukurs foi morto no Uruguai em 1965, depois de ser enganado por oficiais do *Mossad* que lhe haviam ofertado uma possibilidade de negócios naquele país.

<sup>28</sup> O ex-prisioneiro de Sobibor, “viu na televisão uma reportagem sobre a prisão de Wagner e decidiu encarar aquele que fora seu carrasco. Szmajzner saiu de sua cidade, Goiânia, até São Paulo, onde reconheceu Gustav Wagner como a ‘Besta de Sobibor’” (ABAL, 2012, p. 81).

posição de Abal (2012, p. 81) da importância de reproduzir o diálogo em que Wagner escancara seu sadismo e frieza, manifestando sua personalidade que lhe rendeu o apelido de “Besta de Sobibor”:

Szmajzner: Você lembra de mim? Eu lembro muito bem de você. Eu jamais esqueceria o seu rosto. E você, pode lembrar de mim?

Wagner: Eu lembro sim, eu também lembro de você. **Eu tirei você do trem**, quando você chegou a Sobibor, você e seus três irmãos.

Szmajzner: Isso mesmo, você lembra sim. Só errou uma coisa: dos outros três, só um era meu irmão, os outros dois eram meus primos.

Wagner: **Eu salvei a sua vida, eu separei você para trabalhar na oficina de jóias**, você era ourives, apesar da pouca idade. Eu salvei você porque separei você.

Szmajzner: **Você não salvou a minha vida coisa nenhuma. Você me separou porque estava faltando ourives na oficina e eu era ourives. Meus pais não eram ourives e você mandou meus pais para a câmara de gás.**

Wagner: **Eu não matei ninguém. Eu só cumpri ordens. Eu não tinha posição de comando.** Eu trabalhei com o comandante Paul Stangl, mas só ele mandava. Eu nunca mandei nada em Sobibor.

Szmajzner: Você mandava, sim, e no começo era você quem recebia os trens cheios de judeus, separando os que iam morrer e os que iam esperar para morrer depois, porque ali todos iam morrer, mais cedo ou mais tarde. E você separava os judeus a porretadas, batendo em todos, às vezes com um pedaço de pau, outras vezes com um chicote.

Wagner: Eu separava, mas não batia, você não lembra bem de mim. **Eu sempre fui muito humano e nunca matei ninguém.** Eu só cumpri ordens em Sobibor.

Szmajzner: Seja homem e diga a verdade. Eu sou judeu e sou homem. Você é nazista e não é homem. Seja homem e diga a verdade. **Diga toda a verdade.** Seja macho uma vez na vida. Diga toda a verdade. **Onde está a sua valentia de Sobibor, dos tempos de Sobibor**, quando você matava os judeus, quando você era subcomandante de Sobibor? Você não é macho, você mente, mas você não poderá fazer isso por muito tempo.

Wagner: Você ainda vai me pagar por tudo isso. **Eu mandei em Sobibor**, sim, você sabe disso, e mandei muito. Mas o que é que você está pensando, que tudo acabou, que eu estou acabado? **Eu tenho pena de você.** Minha vida acabou, está bem, mas e a sua? A sua vida não acabou, você vai viver muito tempo e, por isso, vai dar tempo de **você pagar o que você está me fazendo.** (FLOSI, Folha de São Paulo, 01/06/1978, p. 20, grifos nossos).

Diante do diálogo acima mencionado entre a “besta de Sobibor” e um dos ex-prisioneiros daquele campo de concentração, destacamos algumas questões necessárias: a primeira é o inicial melindroso tratamento que Gustav Franz Wagner dá à Szmajzner, inclusive

o reconhecendo e identificando-o. E, nesse contato, ele já apresenta a informação que havia o “separado” por ser ourives, convergindo com o que foi discutido no Capítulo 1, da utilização da mão-de-obra judaica e da seleção de prisioneiros entre os que trabalhariam e os que morreriam imediatamente. E assim, sendo melindroso, o ex-SS afirma desonestamente ter salvo a vida de Szmajzner.

A segunda, é que, quando o ex-prisioneiro retruca o argumento de ser sido salvo, Wagner usa a justificativa que na verdade estava apenas cumprindo ordens. “Destaca-se sua afirmação de que a Alemanha é que teria cometido os crimes, não ele” (ABAL, 2012, p. 99). Esse argumento é o mesmo que outros criminosos nazistas envolvidos no Holocausto utilizaram em suas defesas durante seus julgamentos, tentando desvincular-se das suas culpas enquanto assassinos e facínoras.

A terceira é sua negativa em relação a sua brutalidade e sadismo, que por fim “cai por terra” quando ameaça Szmajzner de que ele “pagará” pelo que esta fazendo, afirmando inclusive que teria pena do mesmo. Demonstrando seu total desprezo pelo sujeito que estava diante dele e sua covardia em assumir seus nefastos crimes.

Abal, analisando a repercussão midiática nos jornais do sudeste do Brasil da presença do ex-SS, destaca que “Wagner demonstrava uma estranha frieza e tranquilidade, e um fatalismo beirando o assustador. [...] A morte não parecia assustar o nazista [...]” (2012, p. 99). Essa frieza, que é perceptível diante do diálogo acima citado, fora colocada em xeque diante dos pedidos de extradição efetuados logo em sequência da sua descoberta, fundamentados quando da sua identificação. Já que quando dos pedidos,

o nazista tentava fugir desesperadamente do seu destino, não morreria julgado, culpado, criminoso, por mãos alheias, assim como ocorrera com suas vítimas, pretendia tomar o seu destino nas próprias mãos (ABAL, 2012, p. 101).

No início do mês de junho de 1978, Wagner tentou pela primeira vez suicídio. Nas semanas que se sucederam pelo menos mais duas vezes tentou tirar sua própria vida, o que acabou colocando-o em um hospital psiquiátrico em Brasília (ABAL, 2012).

Em sua análise supra citada, historiador Felipe C. Abal, destaca que a repercussão encontrada na mídia revela traços das permanências dos ideais extremistas, que tentavam proteger Wagner, ele comenta que

[...] havia, dentro da sociedade brasileira, pessoas que não viam motivos para a extradição e julgamento do nazista. Em um primeiro momento pode-se pensar que o fato de um genocida nazista ser encontrado em terras brasileiras causaria uma comoção nacional e um clamor por justiça, mas isso não foi uniforme. Diversas manifestações contrárias surgiram [...] (2012, p. 101).

Pouco mais de 30 anos do final da Segunda Guerra e frente a um nazista que havia participado ativamente do extermínio de centenas de milhares de judeus, ainda existiam posições contrárias ao seu julgamento (ABAL, 2012, p. 103).

Essas manifestações de apoio e de não condenação (e extradição) à Gustav F. Wagner não o viam como o assassino cruel – a “besta de Sobibor” – que fora, mas como um soldado que havia participado dos eventos da Segunda Guerra e havia servido ao seu país, pendendo para uma posição de perdão e/ou “segunda chance”. Ou seja, diante da repercussão da presença de um ex-oficial da SS nazista, alguns indivíduos brasileiros posicionavam-se favoráveis a sua proteção (equivalente a negar a extradição) e sua liberdade em território brasileiro.

Em sua dissertação, Felipe Abal analisa os processos de extradição perpetuados em relação à Gustav F. Wagner ao Brasil. Foram quatro: em 05 de julho de 1978, o Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu o pedido pela República Federal da Alemanha; em 29 de julho de 1978 foi protocolado o pedido de extradição formulado pelo Estado de Israel; em 7 de agosto de 1978, veio o pedido formal de extradição por parte da República da Áustria; em 12 de julho de 1978, ocorreu o pedido formal de extradição pela República Popular da Polônia.

Os quatro pedidos, analisados pelo STF, foram negados. Em julgamento, em junho de 1979, os principais argumentos, como aponta Abal (2012) foram relacionados a prescrição dos crimes cometidos e a falta de documentação comprobatória dos assassinatos. Além disso, em relação ao pedido israelense, argumentou-se que aquele Estado sequer existia à época dos crimes, o que tornava ilegítima sua solicitação. Conforme indica Abal (2012), Wagner foi liberado naquele mesmo mês.

Figura 17 - O suicida: a "besta de Sobibor"



Fonte: <http://www.holocaustresearchproject.org/survivor/raab.html>. Acesso em: 04 abr. 2022.

As tentativas de suicídio de Wagner continuaram. A Figura 17, expressa o seu ímpio fim:

Em 03 de outubro de 1980, Wagner conseguiu seu objetivo e se suicidou golpeando seu peito com uma faca, no sítio em Atibaia onde voltara a trabalhar como caseiro. A hipótese de homicídio foi rapidamente descartada pelo delegado de polícia que investigou o caso. **Wagner morria solitário, acompanhado somente pelas suas paranoias de perseguição**, agentes do Mossad invisíveis que viriam para assassiná-lo. No dia seguinte o nazista foi enterrado no cemitério de Atibaia, com apenas duas pessoas que não quiseram se identificar acompanhando seu corpo (ABAL, 2012, p. 167).

Morria a “besta de Sobibor”, autor de milhares de mortes cruéis e iníquas. Como indicado acima, sozinho e paranoico, seu sadismo e desumanidade findavam ali. Esse mesmo homem um dia foi orgulhoso de sua violência e também foi inspiração para outros. Outros que o defenderam quando da sua extradição, também lhe rendiam elogios. Gustav Franz Wagner não foi levado à julgamento pelos seus crimes cometidos, ele próprio pôs fim na sua existência.

### 3. ARNO OSWIN SUDBRACK CONTRA A “GRITARIA INTERNACIONAL” E A “POLÍTICA DE URUBU” POR UMA SAÍDA HONROSA AO BRASIL

O presente capítulo debruça-se sobre a argumentação que Arno Oswin Sudbrack tece em suas correspondências entre maio de 1978 e março de 1979, defendendo uma saída honrosa para o Brasil ao negar a extradição do ex-oficial nazista Gustav Franz Wagner diante da “gritaria internacional” e a “política de urubu”.

#### 3. 1. As correspondências se apresentam

O conjunto das cartas que utilizamos neste trabalho são fontes históricas, vestígios do passado e mais especificamente, da experiência e construções de Arno Oswin Sudbrack. O contato com as fontes deu-se através de uma visita ao Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF), o qual salvaguarda o conjunto documental relacionado a Arno O. Sudbrack, que pertence a sócia Fabiane Beltrami da Silva. Este conjunto é formado pelas correspondências, por documentos pessoais de familiares de Arno O. S. e por um processo de partilha de bens.

O IHPF salvaguarda essas cartas, o que nos indica alguns elementos: não existe uma intencionalidade de os copiadores chegarem à uma instituição de salvaguarda no momento de sua escrita, afinal a chegada ao IHPF dá-se através de uma não familiar; os familiares possivelmente não tinham conhecimento da importância e conteúdo da documentação e não se preocuparam na sua conservação; o conjunto da produção de missivas de Arno presumivelmente foi bem maior, além de outras manifestações que fez, que infelizmente devem ter sido eliminadas ou perdidas estão.

Ainda, ponderando em relação a possibilidade do conjunto ser maior, é importante destacar que quicá houve retorno das cartas enviadas. Em correspondência com Alfred Winkelmann, Arno escreve: *“Ih freundlieher Gruss kam an. Besten Dank. Zuem Andren: Bange nachen gilt nicht - un wnn der Kampf fruf uns entgegensehallt...[...]”* (SUDBRACK, 1978b, p. 1). Entendendo o escrito para “A vossa simpática saudação foi recebida. Muito obrigado. Por

outro lado, não há necessidade de ficar alarmado se o grito de batalha ecoa para nós...” em português, podemos considerar que houve, hipoteticamente, uma carta enviada por Alfred para Arno, já que o brasileiro afirma que recebeu a saudação do alemão e agradece-a. Ou seja, deve-se considerar que houveram retornos das cartas enviadas, todavia o conjunto não as salvaguarda, o que inclina nossa interpretação no arcabouço argumentativo de Arno em suas cartas enviadas, sem todavia, analisar os retornos.

Tratando das correspondências, foi feito o recorte das que estão relacionadas com a diligência de Arno pela não extradição de Gustav F. Wagner, entre maio de 1978 e março de 1979. Apesar da “idade” das cartas, elas estão conservadas e são legíveis. São consideradas nesse recorte, oito cartas, sendo que: quatro são manuscritas e outras quatro datilografadas, através da máquina datilográfica. Elas são o copião, ou seja, a via que permanece com o remetente e que é fidedigna a enviada ao destinatário. Apesar da grafia do nazista ser bastante melindrosa (nas cartas manuscritas) e algumas orações parecem desconexas, é compreensível o que ele disserta nas narrativas. Uma das cartas datilografadas está em idioma alemão.

Sete foram produzidas no ano de 1978. Uma em maio, direcionada ao proprietário do *Jornal da Produção*, de Carazinho, Sidenio J. Docena, três dias depois da matéria *fake news* de Mário Chimanovitch e Simon Wiesenthal no *Jornal do Brasil*, sobre a presença de Gustav F. W. no Brasil, na qual Mario já discorria sobre extradição. Nela Arno já se posicionava piamente contra a extradição, já denunciando a “política de urubu dos caçadores de nazistas” (SUDBRACK, 1978c, p. 1), ou seja, ele possivelmente nem sabia que Gustav F. Wagner estava em terras brasileiras e nem que no dia seguinte da expedição da carta que o ex-SS se entregaria ao DEOPS em São Paulo.

Outras seis foram produzidas no mês de junho, na esteira dos acontecimentos pós o ex-*Oberscharführer* entregar-se à polícia e os países europeus e Israel manifestarem interesse na solicitação de extradição. Por fim, a carta produzida em março de 1979, vai para João Xavier da Cruz, onde ele segue insistindo pela não extradição, reiterando a existência da “política de urubu” e tecendo críticas a perseguição aos “patriotas alemães” que seriam os ex-nazistas como Wagner (SUDBRACK, 1979). Assim verificando, percebe-se que Arno se envolveu com a questão desde de seu início até seu desfecho, afinal entre maio de 1978 e março de 1979, completaram-se dez meses do caso.

Para desenvolver as transcrições das missivas, seguimos as orientações presentes em Campos (2019, p. 3-4). Desta forma, ao reproduzir na monografia optou-se por conservar a estrutura de escrita e semântica quando em citações longas. Nessas, são indicadas as linhas quando ultrapassam a contagem de cinco. As citações curtas adaptaram-se ao corpo do texto. Tratando também da reprodução das cartas, quando se encontram colchetes com reticências antes ou após a citação, significa que a ideia indicada vem sendo desenvolvida e/ou tem continuidade e um recorte foi feito. Depois da transcrição, através dos “passos” metodológicos indicados em Malatian (2011), foi feita a leitura e análise crítica de seus conteúdos, ponderando os argumentos centrais avessos à “política do urubu” e ao processo de extradição e os viabilizadores de uma “saída honrosa” ao Brasil na questão.

### **3.2 Uma prosopografia das relações**

Em relação aos caminhos metodológicos, à luz da concepção de “documento monumento” de Le Goff (2003), tomamos as correspondências nas dimensões de seu contexto produção, nas relações estabelecidas e nas suas intencionalidades. Assim, considerando as cartas como fontes, conforme Malatian (2011) nos aponta, também se desenvolveu a crítica documental, acrescida da precaução baseada no caráter subjetivo das correspondências. Nesse sentido, considerando a indicação de Neves, em relação ao equívoco de considerar que o autor da carta é um "sujeito 'livre e instaurador de si'" (1988, p. 192) problematizamos as circunstâncias coletivas, sociais, individuais e subjetivas.

Conforme supra discutido, o ano de 1978 foi incomum às manifestações nazistas e neonazistas. Havia uma “onda de referência” (GERTZ, 2012, p. 20), desencadeada a partir do evento de comemoração do aniversário de Adolf Hitler em Itatiaia, de circulação de informações, de opiniões, ideias em relação ao nazismo, que, conforme aponta o Gertz dão maior visibilidade ao assunto e que, consoante ao que vimos no Subcapítulo 1.4, viabilizaram ocorrências públicas pró-nazismo naquele ano.

Além disso, a descoberta da presença de Gustav F. W. e os processos de extradição que foram instaurados, passaram a participar do imaginário relacionado ao nazismo. Essa agitação, devemos entender dentro dos quadros da Ditadura Militar: os militares controlavam de forma

autoritária a imprensa, censurando-a e perseguindo jornalistas que se opusessem ao regime, ou que publicassem matérias contra os ideais que os mesmos impunham (FICO, 2007; LONGHI, 2014). A ditadura também previa em suas pautas o nacionalismo, o retorno a um suposto Brasil onde o amor à pátria e a supervalorização dos símbolos nacionais serviam de mecanismo para legitimar o governo autoritário e violento, as perseguições políticas, emplacadas principalmente contra os políticos de esquerda e as censuras à liberdade de expressão e aos direitos humanos e sociais (NAPOLITANO, 2014).

O cotidiano nacional estava pautado nas imposições do regime. Em 1974, tomava posse o General presidente Ernesto Beckmann Geisel, eleito através do Colégio Eleitoral, tido como candidato da ala menos radical dos militares. O governo do General presidente Geisel deu, sutilmente e de forma autoritária, início ao processo “distensão-abertura-transição” (NAPOLITANO, 2014, p. 209), graças aos acontecimentos provocados pelos agentes sociais e políticos diante da realidade do regime ditatorial. Deve-se entendê-lo dentro das limitações e violências da ditadura, não como um saudoso libertador, conforme indica Napolitano:

Mandatário de um regime acusado de ser braço do imperialismo estadunidense, entrou em conflito com o “grande irmão do Norte” por conta do acordo nuclear com a Alemanha e por causa dos direitos humanos. Abusou da censura para controlar a oposição, mas patrocinou uma política cultural que beneficiou muitos artistas que eram notoriamente contra o regime. Essas políticas, longe de serem expressões de um governo hesitante ou indefinido, inscrevem-se em **uma estratégia clara de reforçar a autoridade do Estado e, conseqüentemente, dotar o regime e o governo de instrumentos para conduzir a transição para o governo civil com mão de ferro** (2014, p. 207, grifo nosso).

Essa estratégia e contradições indicadas, revelam um governo autoritário que não estava interessado em transacionar o poder democraticamente, mas que, conforme indica Napolitano, “controlou seu porão [referindo-se aos quartéis]” (2014, p. 228). Em 1974, uma derrota eleitoral da Aliança Nacional Renovadora (ARENA), que era o partido do governo ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que era o partido de oposição autorizado aborreceu o governo. Em 1976, o ministro da Justiça, Armando Falcão impunha a Lei Falcão<sup>29</sup>, que instituiu censura

---

<sup>29</sup> A legislação foi imposta, mesmo com a oposição do Movimento Democrático Brasileiro, sendo sancionada em 1º de julho de 1976, sob o nº 6.339. Está disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/l6339.htm#:~:text=Nas%20leis%C3%A7%C3%B5es%20gerais%2C%20de%20%C3%A2mbito,gratuita%2C%20sendo%20uma%20hora%20C3%A0](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6339.htm#:~:text=Nas%20leis%C3%A7%C3%B5es%20gerais%2C%20de%20%C3%A2mbito,gratuita%2C%20sendo%20uma%20hora%20C3%A0). Acesso em: 23 abr. 2022.

e limitações na imprensa em relação a campanha eleitoral, buscando conter o avanço da oposição institucionalizada, favorecendo candidatos pró-governo.

Sintomáticas desse contexto, as correspondências de Arno nos indicam sua posição e desempenho nos “micro-poderes” (FOUCAULT, 1984) diante da ditadura e dos fatos de 1978. Conforme já analisamos no Subcapítulo 2.1, em correspondência com Sideno João Docena, Arno afirmou ter sido, por volta de 1970-1971, interrogado no Quartel da Brigada Militar de Passo Fundo por militares (SUDBRACK, 1978c, p. 2). Supostamente, ele teria sido liberado pois suas posições ideológicas não prejudicavam o Brasil e declinavam ao comunismo. Ainda nesse sentido da ingerência militar, em correspondência com o João Manoel de Mena Barreto, que conforme Arno indica era Capitão do Exército na época de 1978, ele conduz a sua exposição destacando a questão:

- 30 Por isto hoje tomo a liberdade de me dirigir à **vossa pessoa como Militar, que me disse, que política é com os Militares** vós, dai ~~perço~~ perço tempo em jornaes de pequena tiragem, **que sem censura não publica materia minha nem pega** - nem terei gaita suficiente - **pois temem as represalias, si não de Autoridade**, então deste Internacionaes  
[...]  
(SUDBRACK, 1978a, p. 1, grifo nosso).

Destacamos, a partir da colocação dele, duas questões: primeira que, pelo que o nazista afirma, o Capitão Barreto tinha se afirmado para ele que as questões políticas deveriam ser conduzidas pelos militares. Não se sabe em quais meios ocorreu essa suposta afirmação do militar, mas podemos especular que Arno em alguma oportunidade esteve na presença do mesmo. A suposta afirmação indicada pelo remetente vai de encontro com o autoritarismo da ditadura, onde a centralidade política dava-se no meio militar, sendo estes responsáveis pela condução do país desde o Golpe de estado ocorrido em 1964.

E a segunda de que, Arno havia contatado jornais, solicitando a publicação de suas cartas contra a “política de urubu”, todavia os mesmos não haviam aceitado a publicação, nem de forma paga. Arno, em correspondência com Alfred Winkelmann, cita a tentativa de publicação no *Jornal da Produção*:

Hasenpanier. Unidade kostet es zu viel. Werde es no heinet kabere  
 Rodaktier feiger. Keinnt ihr es nicht mithelfen, dass die 5 seiten  
 Politika de urubú dert kommt?  
 [...]  
 (SUDBRACK, 1978b, p. 1).<sup>30</sup>

Dado que o periódico tinha circulação em Carazinho, possivelmente, na carta ao Capitão Barreto, é ao *Jornal da Produção* um dos jornais que se refere. Na carta com Alfred Winkelmann ele indica que a principal problemática seria a questão financeira de publicar: o *Jornal* pedia um valor maior que o nazista convicto poderia pagar. Quando escreve à Sideno João Docena, que era o diretor de redação do periódico, Arno se põe, conforme indicado no Subcapítulo 2.1, como uma pessoa que era referência na questão da extradição e se oferece para participar de publicações (SUDBRACK, 1978c, p. 2).

Ele também o acalenta: “Providencie pois. Não tenha medo de represália no caso, onde eu assino como sendo responsável único” (SUDBRACK, 1978c, p. 2). Ou seja, além de se colocar à disposição da redação para explicar os fatos a seu modo, ele também se dispunha para assumir as consequências que as publicações poderiam acarretar (censura, perseguição, prisão, interrogatório, tortura, etc.) afinal várias vezes ele estava a criticar o governo Geisel (e em muitas delas duramente) e a posição do Supremo Tribunal Federal (STF) frente ao processo de extradição.

Destarte, compreendemos a preocupação do revés da censura por autoridades na carta que Sudbrack envia ao Capitão João Manoel de Menna Barreto e ao Sideno João Docena, diretor do *Jornal da Produção* no contexto da ditadura militar brasileira. Afinal, matérias que pudessem representar algo não alinhado ao regime podiam ser boicotadas, bem como o periódico e o/a jornalista (FICO, 2007).

No que tange a solicitação de publicações de Arno nos jornais carazinhenses verificamos que entre maio e dezembro de 1978, não houve nenhuma publicação, nem se quer referências às comemorações de Itatiaia, nem ao processo de extradição de Gustav F. Wagner. Esta constatação foi feita nos exemplares do período dos jornais *O Noticioso*<sup>31</sup>, *A Unidade*<sup>32</sup>, *O*

<sup>30</sup> Transpondo para português: “Enfim, o *Jornal da Produção* poderia trazer carta gratuitamente, mas custa muito caro para as calças da *Unidade*. Você não pode ajudar que as 5 páginas da *Política de Urubu* venham?”.

<sup>31</sup> De circulação trissemanal, começou suas atividades em 1944.

<sup>32</sup> De circulação bissemanal.

*interior*<sup>33</sup> e *Jornal da Produção*<sup>34</sup>, que estão salvaguardados na Biblioteca Pública Guilherme Schultz Filho de Carazinho. Esse silenciamento da imprensa local pode indicar ora desinteresse pela questão, ora medo de censura pelo teor (pela possibilidade de uma matéria nesse sentido poder ser entendida como crítica à ditadura).

Fazendo “gancho” a questão das publicações jornalísticas, destacamos que Arno afirma nas correspondências relacionadas de seu contexto individual, destacando a sua situação financeira limitada. Na correspondência com o Capitão Barreto, ele afirma que nem teria a “gaita suficiente” (SUDBRACK, 1978a, p. 2) e com Alfred “*An Geld fehls mirs leider*”<sup>35</sup> (SUDBRACK, 1978b, p. 1), essas afirmações demandavam que ele não tinha condições financeiras de arcar com as publicações na imprensa, o que viabiliza interpretar que ele estava com dificuldades financeiras.

Além disso, em seu contexto individual, como já destacado no Subcapítulo 2.1, Sudbrack era agricultor e seus afazeres rurais demandavam tempo, bem como os cuidados com a esposa que estava em convalescença e com seu filho (SUDBRACK, 1978a, p. 2). Considerando sua exposição pública nos periódicos, como é o caso da sua matéria na *Isto é* em julho de 1978, devemos considera-lo como agente interessado, compreendendo-o dentro da sua proatividade e formador intencional de concepções nas suas missivas. Suas ambições e interesses se manifestam nas correspondências, sendo que Arno se projeta nelas como um “nazista convicto” (SUDBRACK, 1979, p. 1) e subjetivamente estava banalizando o mal (ARENDR, 1999) que foi cometido pelo nazismo e Gustav Franz Wagner, para conseguir atingir seu propósito que era desmascarar uma suposta conspiração internacional antialemã que ele indicava como “política de urubu”.

Nas indicações de Le Goff (2003) ainda, tratando das relações estabelecidas e das intencionalidades, recuperamos a proposta de Malatian (2011) de estabelecer uma prosopografia das pessoas relacionadas nas correspondências. Nesse sentido, organizamos pequenos relatos dos indivíduos destinatários:

---

<sup>33</sup> De circulação semanal.

<sup>34</sup> De circulação semanal, começou as atividades em 1971, seu diretor de redação era Sideno João Docena. Considerando correspondências com Capitão Menna Barreto, Alfred Winkelmann e com o diretor do periódico, Arno supostamente teria insistido para que este periódico publicasse um texto tratando sobre a “política de urubu” (SUDBRACK, 1978c).

<sup>35</sup> Transpondo para português: “Infelizmente não tenho dinheiro suficiente”.

- Alfred Winkelmann: era alemão e nazista. Quando jovem comercializava veículos militares alemães para o Exército brasileiro. Em 1978, organizou a comemoração do 90º aniversário de Adolf Hitler em seu Hotel Tyll em Itatiaia (O GLOBO, 25/04/1975).
- Ivo Sprandel: foi vereador e prefeito do município de Sarandi. Foi deputado estadual pelo MDB, entre 1975 e 1979 (CÂMARA MUNICIPAL de Sarandi...)
- João Manoel de Mena Barreto: não foi possível levantar informações sobre o mesmo. Partindo das missivas de Arno, era Capitão do Quartel da Brigada Militar de Passo Fundo em 1978 (SUDBRACK, 1978a, p. 1) e também conhecido dos deputados da região, pois em correspondências com Ivo Sprandel, Marcos Freire e Paulo Brossard, ele cita que tensionou ao mesmo para viabilizar a chegada de suas cartas.
- João Xavier da Cruz: era advogado carazinhense, conforme Arno indica em sua correspondência (SUDBRACK, 1979, p. 1).
- Marcos Freire: foi deputado federal (1971-1975) e senador por Pernambuco, entre 1975 e 1982, era filiado ao MDB no período da ditadura. (CÂMARA DOS DEPUTADOS Marcos Freire).
- Paulo Brossard: foi deputado estadual por três mandatos. Entre 1967 e 1971, foi deputado federal e entre 1975 e 1983, Senador pelo RS. Era filiado ao MDB no período da ditadura. Também foi Ministro da Justiça e ministro do Supremo Tribunal Federal (CÂMARA DOS DEPUTADOS Paulo Brossard).
- Sideno João Docena: era diretor de redação do *Jornal da Produção* de Carazinho (JORNAL DA PRODUÇÃO..., 1978).

Diante do quadro dos destinatários, percebemos que todos possuem alguma dimensão nos interesses de Arno, são pessoas influentes: políticos, militar, advogado e diretor de jornal. São sujeitos que participam do jogo político e social sendo que, no entendimento do nazista, poderiam contribuir para viabilizar seu objetivo que era evitar a extradição de Gustav F. W. desmascarar a “política de urubu”.

Diante disto, verificamos algumas relações e demandas que ele coloca aos destinatários: para Alfred Winkelmann, ele solicita ajuda financeira para publicar no *Jornal da Produção* e o

tranquiliza quanto a represálias que poderia sofrer em função da comemoração do aniversário de Hitler (SUDBRACK, 1978b).

Ao diretor do *Jornal da Produção*, o pedido de Arno era que ele divulgasse seus posicionamentos contra a “política de urubu” aos leitores, colocando as opiniões dele a disposição do mesmo (SUDBRACK, 1978c).

Ao advogado João Xavier da Cruz, ele demanda:

[...]  
 Por isto tenciono enviar ao mesmo os dizeres  
 da política de urubú na integra (menos carta Caldas). Não sabendo  
 por intermedio de quem isto deve ser em Brasília, confio à vossa  
 35 pessoa, tratar disto. Uma vez que chegue às mãos do novo Presiden-  
 te, este junto com nós pode conquistar uma grande vitoria moral.  
 [...]  
 (SUDBRACK, 1979, p. 1).

Destacamos que Arno estava interessado que seus escritos chegassem à Brasília, sede do poder federal onde o caso de Gustav Franz Wagner estava sendo julgado. E, do advogado, acreditava que ele tinha contatos lá os quais poderia acionar para que encaminhassem aos responsáveis pelo processo as missivas dele.

Nesse sentido, o pedido se repete também ao Capitão Barreto, ao qual ele insiste solicitude para a chegada das suas cartas ao legislativo estadual e federal, além de viabilizar a publicação dos mesmos em periódicos (SUDBRACK, 1978a). Arno indica na carta: “Aceite o enviado "sobre a política de urubú" na integra- retirei hontem novamente da Redação do sr. Sidenio, que se diz parente de sua pessoa” (SUDBRACK, 1978a, p. 1). O apelo ao Capitão também é condizente com seu relacionamento parental com o Diretor do *Jornal da Produção*, Sidenio J. Docena, havendo esta ligação entre ambos, segundo o nazista convicto.

O pedido ao deputado Ivo Sprandel é também nessa direção. Bem como nas correspondências a Paulo Brossard e Marcos Freire: que eles viabilizem a chegada das missivas do nazista através do poder legislativo estadual e federal, repercutindo-as ao âmbito responsável por julgar o caso da extradição de Wagner em Brasília e, sobretudo, como ele aponta nas cartas, de evitar que o governo Geisel seja desonrado pela “política de urubu” (SUDBRACK, 1978(?));

1978h; 1978e). Nas cartas aos políticos, Arno indica que também contactou Arnildo Sarturi<sup>36</sup> e o então Senador Tarso Dutra<sup>37</sup>, indicando que ambos eram familiares. Ele afirma ter enviado missivas sobre a “política de urubu” e que esses dois estariam à disposição dele para contribuir com a divulgação delas. Ele tensiona a Ivo, Marco, Paulo que contatem Arnildo e Tarso, inferindo entre eles uma relação de convergência e cooperação em relação ao assunto (SUDBRACK, 1978(?); 1978h; 1978e).

Diante do exposto, percebemos a importância da prosopografia que Arno constituiu: além de direcionar as cartas a sujeitos que lhe seriam pertinentes aos seus interesses, ele constituiu uma rede de relações entre eles, aproveitando das relações pessoais dos mesmos e principalmente, tencionando-os para que remetam suas críticas à extradição e a “política de urubu” para Brasília, evitando que o governo Geisel supostamente se degradasse frente a questão.

### 3. 3 Contra a “gritaria internacional” e contra a “política de urubu”

Em correspondência com Alfred Winkelmann, Sudbrack escreve: “*Zuem Andren: Bange nachen gilt nicht - un wenn der Kampf fruf uns entgegensehallt... [...]*”<sup>38</sup> (1978b, p. 1). Ele está tranquilizando o companheiro nazista em relação às possíveis retaliações e repercussões que sofreriam os participantes das comemorações do 90º aniversário de Hitler em Itatiaia e que sofreriam aqueles que, igual a eles, ainda acreditavam e defendiam a ideologia e utopia nazista publicamente. Essa “tranquilização” que o nazista faz também está atinando o que ele define como “gritaria internacional” e “política de urubu”, que seriam para ele uma conspiração de judeus, judeus comunistas, sionistas e pró-sionistas, em uma guerra antialemã, tentando flagelar o povo alemão e os ex-oficiais nazistas.

A partir dessas duas definições que Arno tece sua argumentação contra a extradição e a favor de uma “saída honrosa” para o Brasil no caso de Gustav F. Wagner. Partindo de suas cartas, a “gritaria internacional” estaria relacionada a presença incessante de judeus e sionistas

<sup>36</sup> Nascido em Tapera, era médico e era co-cunhado do Senador Tarso Dutra (MOMBELLI, 2010, p. 8).

<sup>37</sup> Foi deputado estadual e deputado federal do RS. Duas vezes foi Senador, também pelo RS. Era filiado à ARENA, no período da ditadura (CÂMARA DOS DEPUTADOS Tarso Dutra...)

<sup>38</sup> Transpondo ao português: “Por outro lado, não há necessidade de ficar alarmado se o grito de batalha ecoa para nós...”

na imprensa nacional “gritando” a favor da extradição do ex-SS, usando para isso inverdades sobre crimes de guerra que eles teriam cometido:

- 15           Estão os Sionistas, os pro-sionistas e comunistas polonezes de festa no Brasil, no "reino" de um não-pro-sionista. Dançam no Jardim e Pomar dele começando com criminoso de guerra nazista e agora já estão no carrasco nazista na T.V., nas Rádios e na imprensa  
[...]  
Estão aos sionistas abertas as Radios, as TV, a imprensa, os de fora  
[...]  
(SUDBRACK, 1978a, p. 1-2).

A referência que Arno faz de uma “festa” que estava sendo feita trata da repercussão na imprensa da descoberta de Gustav F. Wagner no Brasil, sua prisão e os pedidos de extradição sofridos. A referência “‘reino’ de um não-pro-sionista” (SUDBRACK, 1978a, p. 1) trata do Brasil, que em 1975 havia condenado o sionismo como racismo na Assembleia da ONU, pela Resolução 3379. A indicação “carrasco nazista” refere-se a Simon Wiesenthal, que naquele momento participou de diversas reportagens e publicações tratando do ex-*Oberscharführer* (ABAL, 2012). Essas repercussões midiáticas, entendia Arno que faziam parte do plano da “gritaria internacional” que ecoava cada vez mais dentro do Brasil.

Tomemos como exemplo a publicação que Abal (2012, p. 81) refere-se quando o ex-prisioneiro de Sobibor, Stanislaw Szmajzner, fica cara-a-cara com Gustav F. W.: como supra citado no Subcapítulo 2.2, esse encontro, teve grande repercussão nacional, sendo coberto pela revista *Veja* e mais tarde publicado por diversos outros meios de comunicação, como a *Folha de São Paulo*. Publicações sobre a presença da “besta de Sobibor”, trâmites da extradição e horrores praticados nos campos de concentração de extermínio pelos nazistas, se espalharam pelo país. Abal em sua dissertação analisa essas repercussões e indica que elas tiveram grandes repercussões internas, envolvendo a população (2012, p. 177).

Em relação a essas publicações, em correspondência com o então senador Marcos Freire, o nazista se refere ao que ele chama de “truque” em palavras alemães, Sudbrack (1978d, p. 1, grifo nosso) indica:

Arno Osvin Sudbrack

99500 Carasinho, Coqueiros – 8/6/1978

Bilhete Urgente

Ao Sndor Marcos Freire,

com copia ao Senador Paulo Brossard

5

70.000 – Brasília. D.F.

---

 Prezado Senhor Senador!

10 Sobre o “carrasco” nazista Gustav Franz Wagner: noticia hoje ouvida, terão impresso vós em jornais, em Treblinka teriam oferecido aos presos judeus carne de judeus para comer, não passa **dum**

15 **truque na tradução**, nem cito aquela vez de se ter fabricado sabão de gordura com graxa de judeus. “Judenfett” significa de fato gordura de judeus em para judeus, decerto da cozinha

20 deles, livre de banha de porcos. Certo? O mesmo truque é com “Judenfleisch”, decerto carne do os judeus prisioneiros terem para comer. Nenhum mal nisto pois tem.

25 Não peço, mas ofereço a vós do M.D.B. aproveitar lerem sem medo do **terror espiritual** **semeado pelos judeus sionistas** – e o prazer e nosso, onde atual Governo deveriam saber o alemão mas já capitularam a **gritaria internacional** “Amarela”. Providenciem - vós em primeira

30 mão o mais breve possível. O demais contra a politica de urubu com Virgem Maria, envia da a V. Excia. Dia 6.6.1978.

Aproveitem e abraços de Arno Osvin Sudbrack

Primeiramente vimos Arno colocando-se como entendido do caso, seja pelas traduções das expressões, seja pela acusação de os judeus sionistas estarem pregando terror espiritual com elas. Segundo: ele acusando a “gritaria internacional” de divulgar inverdades, pois para ele, as expressões de “*Judenfett*” e “*Judenfleisch*” eram um truque. Estavam sendo utilizadas propositalmente equivocadas e deslocadas para contribuir nas mentiras relacionadas aos campos de concentração de extermínio. Nesse caso, para ele, os nazistas não serviam carne e gordura humana de judeus para judeus, mas estariam eles respeitando a religiosidade dos judeus de não consumir carne de porco, por isso as expressões de carne de judeu e sabão de judeu: livres de proteína suína.

Com a correspondência, Arno contestava a acusação contra os nazistas, desvelando um suposto “truque de tradução” (SUDBRACK, 1978d, p. 1) que estava repercutindo na imprensa, como ele indica. Essa repercussão era, no entendimento dele, malícia conduzida pela “gritaria internacional”, que estaria falando esses supostos absurdos infundados para agitar a opinião pública e avançar a conspiração antialemã. Conforme o nazista convicto delineia no fim da

carta, ao ver dele, a “gritaria” já havia sido tanta que o Governo brasileiro, sem saber alemão, já tinha cedido a questão aos sionistas.

Em outra carta, aos senadores Marcos Freire e Paulo Brossard, Sudbrack também trata de outra reverberação da “gritaria”:

5 Este negocio de antropofagia em Campos de Concentração faz parte de uma propaganda suja contra o nacional - socialismo e nacionalismo do povo alemão.  
[...]  
Procurem jornais impressos sobre antropofagia em Treblinka e Sobibor e estragam propaganda.  
(SUDBRACK, 1978e, p. 1).

Referindo-se a publicações sobre a prática de antropofagia em campos de concentração de extermínio por parte dos nazistas, Arno indica que essa acusação é “suja”: por ser para ele falsa, conforme indica ao sugerir aos senadores que “estraguem”<sup>39</sup> a propaganda e por se tratar de outra falácia ludibriosa da “gritaria internacional” colocada contra o nacional-socialismo (NSDAP) e contra o nacionalismo alemão. Ou seja, Arno negava a antropofagia e estava acusando a propaganda de “gritaria” ao se estender também para os nacionalistas alemães, não apenas para ex-oficiais nazistas. Nesse sentido, em correspondência para Sideno J. Docena do *Jornal da Produção*, Arno exclama para que o governo brasileiro, nas suas palavras, não ouça

[...]  
á gritaria difamadora de Internacionaes "Amarelos"  
e "Vermelhos", que tem a mania de intrometter-se sobretudo em  
assuntos exclusivamente do povo alemão  
[...]  
(SUDBRACK, 1978c, p. 1).

Essa exclamação indica que, para Arno, a “gritaria internacional” também buscava vexar o povo alemão. Conjecturando que a expressão amarelos se refira aos judeus sionistas e vermelhos aos comunistas/socialistas, entendemos que o nazista estava acusando que esses

---

<sup>39</sup> Na carta ele escreve sem julgar adequadamente o verbo.

partícipes da suposta conspiração, que ele está buscando desmascarar, estão se colocando em questões que seriam exclusivamente de responsabilidade de serem julgadas pelos alemães. Não devendo judeus, sionistas e outros querer discutir os acontecidos do regime nazista, 2ª Guerra Mundial, Holocausto e, principalmente, os ex-oficiais nazistas, pois estes haviam sido soldados da Alemanha.

Portanto, para Arno, a “gritaria internacional” figurava malignos judeus, sionistas, comunistas e antialemães participando na imprensa e propagandeando imagens de nazistas cruéis, de situações de violência contra judeus. Isso para ele eram inverdades! Para ele, essa conspiração estava tentando escrachar e desmoralizar o povo alemão e, sobretudo, tratavam de questões que não deveriam estar na alçada desses! Essas questões eram, para o agricultor, questões que deveriam caber apenas ao povo alemão tratar.

E esse suposto intrometimento, junto com a “gritaria internacional”, exclamado por Arno, fazia parte da “política de urubu”. Para interpretarmos essa definição do nazista, discriminamos duas qualidades do pássaro urubu, o qual ele utiliza para denominar essa suposta conspiração antialemã que ele indica: são animais necrófagos e seu “bufar fortemente produz[...] um ruído forte ao bater ativamente as asas” (REIS, 2018, [adaptado]). Ao infamar os conspiradores de serem urubus, Arno Oswin Sudbrack buscava indicar que eles se alimentavam dos sobreviventes do nazismo, os ex-oficiais como Gustav F. Wagner. E que bufavam alto, através da “gritaria internacional” conforme discutido acima, parecendo uma conspiração forte, como o som do urubu é. Mas, que na verdade, como urubus, os conspiradores alimentavam-se principalmente de coisas que já morreram (não conseguem mais se defender) e não produz um “canto” real, apenas um bufar estarrecedor.

E, nessa compreensão da “política de urubu”, Arno escreve, tratando da intenção de extraditar Gustav Franz Wagner, em carta para Sideno J. D. do *Jornal da Produção*:

10 Si não obstante agora judeus, entre os  
 quaes um de nome carater detestavel com o nome Wiesenthal, surgem  
 com a exigencia de o Governo daqui deva fazer extradição dum ale-  
 mão de nome parece Franz Wagner, para fazer Governo daqui **se de-  
 gradar e submeter a política de urubu deles**, nao obstante assinatura  
 de armisticios em 1945 m/m;  
 [...]  
 (SUDBRACK, 1978c, p. 1, grifo nosso).

Ele está indicando que a “gritaria internacional” está agindo a favor da extradição do Gustav Franz Wagner e que ela quer sujeitar o governo brasileiro a ceder, o que seria muito negativo ao país, afinal estaria entregando-se a suposta conspiração da “política de urubu”. E, no centro dessa agitação, conforme nazista convicto indica, o “urubu” conhecido como “caçador de nazistas”, Simon Wiesenthal, estava procurando uma das “carcaças” remanescentes do nazismo para “alimentar-se”. Ou seja, na visão dele, pressionava para que Gustav Franz Wagner fosse extraditado, não para fins de julgamento e justiça, conforme ele indica na passagem que afirma “nao obstante assinatura de armisticios em 1945 m/m;” (SUDBRACK, 1978c, p. 1), já que por esses acordos militares, na compreensão dele, Gustav F. W. estaria liberado dos seus crimes, mas com o objetivo de “alimentar-se” dele: de insultar e vingar-se.

Nesse sentido, em correspondência com o Capitão João, Arno indica, se referindo a Wiesenthal: “Esse ‘carrasco’ é a ultima do crescente sionista”, e afirma “contra este tal de carrasco não tem defesa” (SUDBRACK, 1978a, p. 1). Ou seja, o “caçador de nazistas” Simon Wiesenthal, para ele era um urubu procurando “carcaça” para alimentar-se. E contra essa investida dele, segundo Arno, nada poderia se fazer para defesa, em função da “gritaria internacional” promovendo mentiras sobre o nazismo e o Holocausto, apenas seria possível revidar negando a extradição e calando a conspiração.

Tratando da “política de urubu”, com o advogado João Xavier da Cruz em relação a possibilidade de o governo brasileiro negar a extradição e dar um “golpe mortal” (SUDBRACK, 1979, p. 1) à política referida, em 1979, Arno indica:

Pode dar mesmo o golpe mortal á esta "eterna" questão ~~(de "crimas~~ de "criminosos de guerra nazistas", que nada mais é do que uma grande difamação internacional organizada, onde um particular só nada consegue. Nem alemães na Europa.  
(SUDBRACK, 1979, p. 1-2).

Ele assinala assim que a crença dele que a “caçada” aos ex-oficiais nazistas, que na carta ele se refere como “criminosos de guerra nazistas”, feita pela “política do urubu”, é parte de uma intentona que está mundialmente organizada para caluniar os alemães. Salienta também que, para derrotar essa “difamação internacional organizada” (SUDBRACK, 1979, p. 2), teriam que ser juntadas forças para desmobiliza-la, afinal nem os alemães europeus seriam suficientes

para fazer frente. E é esse apelo que o nazista está fazendo na correspondência: que o advogado possa dar caminho as missivas dele para que cheguem em Brasília. E assim que elas possam oferecer suporte ao governo Geisel, que teria sido, pela “política do urubu”, colocado em uma “emboscada” (SUDBRACK, 1978h, p. 1) através do caso de extradição de Gustav Franz Wagner.

Dessa forma, ele afirma que “uma saída honrosa” (SUDBRACK, 1979, p. 2) ao litígio seria negar a extradição, o que configuraria uma “linda oportunidade, com o que conquistará [o governo brasileiro] uma grande admiração [...]” (SUDBRACK, 1979, p. 2) e simultaneamente uma “derrota moral de 4 potencias de fora” (SUDBRACK, 1978h, p. 1), referindo-se aos, para ele, desonrosos Israel, Polônia, Áustria e Alemanha Ocidental, países cujos governos fariam parte dessa conspiração antialemã que ele afirma existir na “política de urubu”.

Destarte, a “política do urubu” representaria para Arno Oswin Sudbrack uma conspiração internacional organizada, pautada no sentimento antialemão, que com sua “gritaria internacional” buscava desmoralizar os ex-oficiais nazistas, o nazismo (enquanto partido e ideologia) e o povo alemão. Nessa alcunha depreciativa de urubu, ele indicava que esse suposto grupo de judeus, pró-sionistas, sionistas, judeus-comunistas internacionais e os países solicitantes da extradição – Israel, Polônia, Áustria e Alemanha Ocidental – almejavam destruir com o restante daqueles que foram servidores da Alemanha nazi.

### **3. 4 Uma “saída honrosa” aos pedidos de extradição de Gustav Franz Wagner e um golpe mortal na “política de urubu”**

Retomando o arcabouço do “grito de guerra” ao qual Arno e Winkelmann estariam convocados (SUDBRACK, 1978b, p. 1) levantar argumentos contra a extradição de Gustav Franz Wagner, foi uma batalha que Arno travou em suas correspondências analisadas. Nelas, a partir do conceito de “escrita de si” (FOUCAULT, 1992), compreendemos que ele levanta alegações subjetivas, as quais para ele, contribuiriam para legitimar a negativa e para desmascarar a “gritaria internacional” e, por fim, encerrar à guerra contra a “política do urubu”, com um “golpe mortal” (SUDBRACK, 1979, p. 1). Esse, representaria para o Brasil uma “saída honrosa” (SUDBRACK, 1979, p. 1) e uma possibilidade de ser gentil e sensível aos patriotas alemães, no caso Gustav F. Wagner. Nesse sentido, através das correspondências analisadas,

percebemos dois grandes grupos de argumentos: um relacionado aos que são pró-Gustav Franz Wagner e um segundo, que é dos elementos que invalidariam a extradição e a “política de urubu”.

Um primeiro argumento construído nas correspondências pelo nazista convicto era que Gustav Franz Wagner, a “besta de Sobibor” como ficou conhecido entre os prisioneiros do campo de concentração na Polônia ocupada, era um valoroso patriota alemão. Como ele indica em correspondência com Docena, do *Jornal da Produção*:

[...]  
para cometer junto com o  
Governo Provisorio de Bonn crime de genocidio **contra valorosos**  
**defensores dos de bandeira alemã,**  
[...]  
(SUDBRACK, 1978c, p. 1).

Apesar de discorrer se referindo ao grupo de ex-nazistas, Arno estava em defesa de Gustav Franz Wagner, indicando ele ser um verdadeiro patriota alemão, já que em tempos da 2ª Guerra Mundial, como soldado da Alemanha nazi foi defensor da bandeira alemã. Portanto, sua experiência militar não deveria ser tomada como assunto para julgamento e sim como um grande elemento de engrandecimento de sua figura.

Todavia, problematizando a indicação do nazista convicto, encontramos um lapso. Depois da morte do então presidente alemão Paul von Hindenburg, da assunção de Hitler como *Führer* e instituição total do regime nazista, a bandeira republicana alemã, até então a bandeira alemã, foi substituída em 1935 pela bandeira do NSDAP. O culto ao regime havia se tornado tremendamente autocrático que o símbolo pátrio da nação havia sido substituído pelo do Partido, idealizado por Hitler. Portanto, sem perceber, Arno indica que na verdade Gustav F. W. não era um valoroso defensor da Alemanha e sim do NSDAP e da Alemanha nazi, ambos cometedores de crimes de guerra e de um fracasso colossal diante dos Aliados ao final dos combates em 1945.

Na concepção de valoroso patriota, Arno também indica que “[...] Em politica um G. F. Wagner ha de ser bobo como alemães em geral” (SUDBRACK, 1978e, p. 1). Interpretando a indicação, temos que ele quer reforçar Gustav Franz Wagner como bom servidor da pátria alemã/nazista, pois como não entende de questão política, certamente não questionava e que ele

na verdade não seria o autor dos crimes que era acusado, mas era apenas um soldado eficiente e obediente.

Como Arno afirma em correspondência com o Capitão Menna Barreto: “proteger um elemento do povo alemão, que decerto era mandado ser guarda em campo de concentração” (SUDBRACK, 1978a, p. 2). No sentido de tomar Gustav Franz Wagner como um soldado obediente, Arno coloca-o como bom soldado, ordenado ser guarda em campo de concentração, sendo que ele não poderia desobedecer a ordens, pois era mandado.

Dessa forma, para ser bom oficial nazista da *Schutzstaffel* (SS), o *Oberscharführer* do campo de concentração de Sobibor, na Polônia ocupada, deveria executar o que lhe fosse mandado, ou seja, era passivo diante das ordens, mas ativo para executar elas. O que, como analisado no Subcapítulo 2.2, indicamos que Gustav Franz Wagner foi eficiente e além, agindo como um sádico assassino, já que suas ações lhe renderam o apelido de “Besta de Sobibor”, sendo um facínora, administrador cruel daquele campo de extermínio polonês.

Gustav Franz Wagner, o cruel ex-oficial da SS, que foi responsável pelo assassinato de mais de 200 mil vidas judias (ABAL, 2012), para Arno era na verdade um valoroso patriota alemão que estava seguindo as ordens de seus superiores, ou seja, sendo frutífero ao regime nazista e um bom soldado, sendo redimensionado por Arno proporcional a herói. Mas que, no contexto dos acontecimentos de 1978, pela “política de urubu”, estava sendo injustamente, pelos urubus, principalmente pelo “caçador de nazistas” Simon Wiesenthal, injuriado, injustiçado, caçado e iniquamente compreendido.

Essa argumentação de Sudbrack, de direcionar a culpa aos superiores de Wagner e de tentar diminuir sua culpa, colocando-o como um bom soldado, também é um argumento recorrente do agricultor. Esse posicionamento de Arno, tendo em vista as correspondências analisadas, o aporta em uma posição revisionista e negacionista.

Conforme indica Milman (2000), podemos entender o revisionismo e o negacionismo diante das permanências racistas e de mitos conspiratórios presentes na posterioridade da 2ª Guerra Mundial, principalmente nas últimas décadas do século XX. Partindo de Krause-Vilmar, para entender esses elementos na argumentação de Arno, indicamos um dos pontos que ela traz como recorrente:

[...] os crimes, inclusive os assassinatos nas câmaras de gás, não são negados, porém minimizados em suas dimensões. Afirma-se que os judeus estariam exagerando as cifras e, com isso, pressionando os alemães no sentido de obterem reparações financeiras. Neste tipo de afirmação, podemos reconhecer, sem dificuldade a figura anti-semita do chamado judeu ávido por dinheiro (2000, p. 100).

Isto é: um dos argumentos centrais de Arno trata de diminuir os números de judeus mortos e culpar os próprios judeus de estarem aumentando-os para tirar vantagens. Esse posicionamento revisionista acaba em seus fins sendo negacionista, afinal ao tentar reduzir os crimes acaba por negá-los ao passo que seriam entendidos como perseguições triviais, entendidas por essas pessoas como necessárias para o desenvolvimento da Alemanha nazi e do regime eugenista hitleriano.

Quanto a Gustav Franz Wagner e criminosos nazistas, Arno indica em correspondência com o João Barreto,

[...]  
 É que agora não exist-  
 15 tem Rotermunds, Oberackera, Hunsehes que se atrevam contrariar a ete-  
 te sionista/Bonnes proteger um elemento do povo alemão, que decerto  
 era mandado ser guarda em campo de concentração - si matou mais que  
 250.000 judeus, ou 1.000.000 ou apenas 100.000 como ontem noticia  
 veio de Duesseldorf, estes algarismos não me importam pelo simples  
 20 fato: devem existir ainda os Correio do Povo dos dias 24 e 25 de Maio  
 de 1974 m/m, onde um de nome Copstein respondeu, que **de fato a soma  
 de 6.000.000 não era certa, pois era a média de 4 e 7 milhões o mínimo  
 e máximo**, veja arredondar a soma de 3.000.000 e a diferença é tão enor-  
 me, não é como 250 rs arredondar em 500 rs. a parte, que sobra, também  
 25 **em grande parte está inventada. Mas não tem meio na propaganda interna-  
 cional povo alemão se defender-se sabe, 6 milhoes rende mais que  
 500.000 em indenizações. Sabias?**  
 (SUDBRACK, 1978a, p. 2, grifo nosso).

Partindo do escrito de Arno acima destacamos alguns elementos centrais: para ele a cifra de 6 milhões de judeus mortos no Holocausto era desonestamente inventada, falsa; essa desonestidade na verdade tratava de um interesse dos judeus em obter indenizações e diante dessas contradições possíveis, para ele, já nenhuma informação sobre os crimes de Gustav Franz Wagner fazia sentido e poderiam ser desprezados, inutilizados.

Ao falar sobre números, Arno indica uma publicação do jornal *O Correio do Povo*, que é um diário de Porto Alegre. Segundo ele, na publicação, o jornalista Jayme Copstein<sup>40</sup> respondeu a uma informação vinda da Alemanha Ocidental, de Duesseldorf, na qual, segundo Arno afirmava-se que não se podia tomar o número de 6 milhões como real. Diante da afirmação, Sudbrack, ironiza que, conforme indicava a matéria, a média de judeus na Europa à época dos acontecimentos era de entre 3 e 7 milhões. Ou seja, não era possível estabelecer o mínimo de judeus existentes. Dada a margem grande que se cogitava, então ao ver dele, seria impossível estabelecer o número de mortos. O que configurava para o nazista convicto um absurdo inviável tomar três ou sete milhões, pois caso fosse apenas três, a cifra de seis milhões representaria dobrar os números, portanto, inventar mortes.

Todavia, para ele, mesmo diante desses fatos que ele apresentava, a abordagem de seis milhões de judeus mortos era impossível questionar, pois a suposta “gritaria internacional” que ele designa estava consolidando esse número como plena verdade. Mas sua compreensão insistia que essa maquiagem de números servia para reivindicar indenizações financeiras. Retomando a concepção antissemítica de “judeu ávido por dinheiro” que Krause-Vilmar (2000, p. 100) indica na retórica revisionista, entendemos que Arno está se referindo ao Tratado de Luxemburgo, assinado em 1952 entre Alemanha Ocidental e Israel, no qual

o governo alemão ocidental se comprometia a pagar três bilhões de marcos ao recém-criado estado de Israel e 450 milhões de marcos a organizações judaicas como reparação pelos ‘danos materiais’ que os nazistas causaram aos judeus (GILBERT, 2014, p. 912).

Destarte, através de sua correspondência Arno manifesta que entende que os judeus, ao promoverem as cifras de mortos mais elevados, estariam beneficiando-se financeiramente. O que seria outro espólio para o povo alemão, entendido aqui por ele como os herdeiros derrotados do nazismo pós-Hitler, que além da desmoralização deveriam saldar pagamentos por crimes falsos.

Arno, ao exteriorizar essas manifestações, expressa o pilar do antisemitismo, um dos três centrais para a ideologia nazista, conforme indicado em Medeiros (2020). Esse esforço

---

<sup>40</sup> Foi jornalista sul-rio-grandense, passou por diversos veículos de imprensa da capital Porto Alegre como: Rádio Farroupilha, Rádio Gaúcha, Grupo RBS e pelo Jornal Correio do Povo (CORREIO DO POVO, 13/01/2017).

negacionista e minimizador relacionado aos números de assassinados pelo Holocausto, bem como a sugestão dele que se tratava na verdade de uma jogada judaica para ganhar dinheiro em indenizações, servia na sua argumentação de grande pretexto para também diminuir a culpa de Gustav Franz Wagner, como ele afirma:

[...]  
 si matou mais que  
 250.000 judeus, ou 1.000.000 ou apenas 100.000 como hontem noticia  
 veio de Duesseldorf, **estes algarismos não me importam pelo simples**  
 20 **fato:** devem existir ainda os Correio do Povo dos dias 24 e 25 de Maio  
 de 1974 m/m, onde um de nome Copstein respondeu, **que de fato a soma**  
**de 6.000.000 não era certa,**  
 [...]  
 (SUDBRACK, 1978a, p. 2, grifo nosso).

Ou seja, o simples fato de haver um questionamento, reproduzido em um periódico sul-rio-grandense, que negava o número de 6 milhões de judeus mortos no Holocausto e, por conseguinte, que possivelmente minimizava os números de assassinatos já era suficiente para o nazista convicto anular as atrocidades cometidas por Gustav Franz Wagner. Como afirma Krause-Vilmar “observa-se uma passagem fluída da relativização para negação” (2000, p. 99), nesse sentido, Arno fundamentando-se em uma relativização dos números, desconstrói a figura bestial dada à Gustav F. Wagner, nega-a, e constrói um contra argumento que é a anulação da sua culpa, baseado na concepção que o ex-SS era um soldado obediente e um valoroso patriota.

E nesse sentido, em suas correspondências, Arno levanta argumentação sugerindo que Gustav Franz Wagner estava, diante de todas essas falsas acusações (que ele também estendia à todos os ex-oficiais nazistas) e da “gritaria internacional” nas ações dos urubus na “política de urubu”, sendo injustiçado. Em correspondência com Sideno J. Docena, argumentando sobre a exigência dos “urubus” pela extradição, Sudbrack especifica

[...]  
 Si não obstante agora judeus, entre os  
 quaes um de nome carater detestavel com o nome Wiesenthal, surgem  
 com a exigencia de o Governo daqui deva fazer extradição dum ale-  
 10 mão de nome parece Franz Wagner, para fazer Governo daqui se de-  
 gradar e submeter a politica de urubu deles, **nao obstante assinatura**  
**de armisticios em 1945 m/m;**  
 [...]  
 (1978c, p. 1).

Retomando a suposta conspiração da “política de urubu”, na qual os “urubus”, principalmente Simon Wiesenthal, estariam procurando carcaça dos remanescentes nazistas, Arno indica que a extradição, além de ser parte desse complô sionista, era também ilegítima, afinal os armistícios assinados em 1945 pela Alemanha nazi em sua capitulação haviam, na análise dele, isentado Wagner de seus serviços como soldado alemão e de seus horrorosos crimes de guerra.

Além disso, na mesma correspondência, quando trata dos “valerosos defensores dos de bandeira alemã” (SUDBRACK, 1978c, p. 1), Arno cita que

[...]  
 nosso Governo Central não ceder  
 uma segunda vez á gritaria difamadora de Internacionaes "Amarelos"  
 e "Vermelhos", que tem a mania de intrometter-se sobretudo em  
 assuntos exclusivamente do povo alemão para cometer junto com o  
 20 Governo Provisorio de Bonn **crime de genocidio** contra valerosos  
 defensores dos de bandeira alemã, **que podemos conquistar simpa-**  
**thias e aplausos entre estes oprimidos e desarmados**, si nosso Go-  
 verno saiba recusar as tentativas judaicas.  
 (SUDBRACK, 1978c, p. 1)

Ao pleitear a não extradição, construindo que caso ela ocorra tratar-se-ia de um crime de genocídio, Arno expressa que o verdadeiro genocídio não era acerca dos crimes que Gustav Franz Wagner cometeu na Europa, nos cenários da Segunda Guerra Mundial e Holocausto, os quais para ele são falsos. Mas, sim os que ocorreriam ao ex-oficial nazista caso fosse extraditado. Segundo ele, oprimidos e desarmados, já que, como ele indicou, os armistícios de 1945 teriam liberado suas culpas durante a Guerra, eles estavam sendo vítimas de um processo iníquo, sem chances de se defender adequadamente, afinal os “urubus” e a suas “gritarias” estavam propagandeando inverdades e conduzindo o governo brasileiro a ceder a extradição.

Por este motivo, como já indicado no Subcapítulo 3.2, Arno está remetendo suas cartas para os indivíduos que analisamos, na tentativa de evitar que essa, na sua visão, injustiça ocorra e o governo Geisel seja equivocado com Gustav F. Wagner. E, como ele indica em correspondência para o Capitão Menna Barreto,

[...]  
 45 não obstante incoerências do Pres. Geisel,  
 agora ~~de~~ dentro e de fora - quem sabe, Deus o quiz assim, agora em  
 um beco sem saída especial -- acho eu que poder ser útil, eu me lembrar  
 dum ensinamento "cristão" não tanto cristão, de que um mal feito deve-  
 se pagar com o bom ou bem, quem sabe ele muito apreciaria obter um re-  
 médio contrar estes "carrascos", "caçadores" typo Aasgeier-urubú.  
 (SUDBRACK, 1978a, p. 1)

Isto é, diante das supostas incoerências que o governo Geisel apresentava, as quais para Arno relacionavam-se ao não revidar a “gritaria internacional” e parecer pender à “política de urubu” ele sugeria a realização de um suposto bem! O qual, para ele tratava-se de negar a extradição de Gustav Franz Wagner e remediar a “política de urubu” com um não. E, conforme ele apontou na correspondência com Sideno, conquistar assim “simpatia e aplausos” (SUDBRACK, 1978c, p. 1) dos ex-oficiais nazistas, referenciando-se a Gustav F. W., sendo dessa forma, além de hospitaleiro, o Brasil um país que respeitaria os soldados alemães valorosos que lutaram pela Alemanha nazi.

Apresentando em suas correspondências esses argumentos pró-Gustav, Arno constrói que ele era uma figura patriótica, que serviu bem a Alemanha nazi e tomava-o como um herói. Além disso, a negação, a anulação dos crimes de Wagner (e das cifras de assassinatos do Holocausto) e as indicações que ele estava na verdade sendo injustiçado perversamente pela suposta conspiração internacional da “política do urubu” compreendemos dentro dos quadros da banalidade do mal (ARENDDT, 1999): buscando argumentar pela negação à extradição, Arno expressa sua superficialidade e trivialidade diante da atrocidade que está cometendo ao defender um criminoso e facínora. Sudbrack banaliza toda a maldade, crueldade e violência dos crimes cometidos pelo nazismo e pelo ex-SS contra pessoas inocentes, sem perceber que ao passo que faz isso, em razão de sua futilidade, acaba por celebrar esses crimes.

Banalizando os crimes nazistas e de Gustav Franz Wagner e criando um perfil de suposto herói patriota alemão para ele, Arno cria precedentes para apresentar argumentos direcionados a evitar a sua extradição e para dismantelar a “política de urubu”.

Um argumento que seria fundamental para os juristas brasileiros, na concepção de Arno, é a das inexistências dos Estados solicitantes da extradição de Gustav Franz Wagner. Essa questão, discutida por Abal (2012) quando analisa do ponto de vista jurídico os pedidos, é conforme ele indica um dos principais elementos levados em conta pelos ministros do STF na

época do julgamento da questão. Do ponto de vista histórico, Israel foi oficialmente criado em 1948. Os governos austríaco e polônês, à época dos acontecimentos estavam ocupados e anexados a Alemanha nazi. Já o governo da Alemanha Ocidental, sediado em Bonn e que recebeu autonomia somente a partir de 1952, não representaria a sequência do governo do terceiro *Reich*, que era o Estado existente na época dos crimes.

Assim, em junho de 1978, quando já se falava da possibilidade dos pedidos de extradição de Gustav F. W., Arno advertia:

[...]  
 O estado de judeus o ministro Falcão já despachou como não ter existido na época Guerra, o Governo de Bonn também não existiu antes de 1949. Não tem competência alguma em julgar soldados e oficiais do Exército do Terceiro Reich que lutaram  
 [...]  
 (SUDBRACK, 1978h, p. 1).

Como ele descreve, supostamente o então Ministro da Justiça, Armando Falcão, teria se declinado a extraditar para Israel, por este Estado não ter existido nos anos da Segunda Guerra Mundial, quando Gustav Franz Wagner teria executado os crimes. E, usando essa linha de raciocínio, para Arno, deveria ser negada a solicitação alemã ocidental, afinal esse Estado também não existia naquela época, o que tornava a solicitação também ilegítima. Além disso, para o nazista, como os soldados e oficiais do Terceiro *Reich*, serviram a Alemanha nazi, não seria competente o governo alemão ocidental de Bonn, que não representa essa Alemanha nazi, julga-los.

Arno, em 1979, escrevendo para o advogado João Xavier da Cruz, insiste nesse argumento:

Mas isto cabe, á mim, oferecer, agora que recomeça o caso Wagner, uma vez eu “nosso” Geisel não mais tinha a coragem de entregar o sr. Wagner á vingança de "Bonn", oferecer ao Presidente Figueiredo uma saída honrosa no caso. **E' que, si o requerimento de Israel não [ser] atendido, por não existir o Estado de ~~Israel~~-Israel á época dos fatos atribuidos ao nazista**, como se deu, si o Procurador-Geral da Republica, parece de nome Henrique de Fonseca de Araújo, apenas a Alemanha (RFA) tem condições de obter a extradição, nisto á meu simples julgar, **tem uma contra-dição** no meio, típico que era do sr. Geisel também. **É que o ~~Gob~~ Governo de Bonn na época da guerra não existiu tampouco**. Como podem recusar á uma parte e concordar á outra? Alem disto: o Governo de Bonn é somente "Provi-

serio". **O Governo alemão e legítimo seria agora**, uma vez que com 90 anos de idade á fazer mez vindouro, dificilmente um Adolf Hitler não mais existir, **seria Rudolf Hess**. Alem disto o Governo de Bonn de forma algunm alguma tem qualidade (melhor dito seria: competência) de julgar acontecimentos da 2ª guerra mundial. (SUDBRACK, 1979, p. 2-3, grifo nosso)

Conforme Arno manifesta na carta, ele insiste na contradição de que se não é aceitável o pedido de Israel por este não existir à época dos crimes, então também o pedido da Alemanha Ocidental também não deve ser. E inclui também nessa contradição a questão de que o governo alemão de Bonn na verdade era apenas provisório, isto é, não era regular e por isso não poderia querer assumir questões de interesse geral dos alemães, pois representava uma Alemanha dividida e apenas uma parte dos alemães, ao mesmo passo que não era herdeiro do governo da Alemanha nazi.

Nesse sentido, ele também declara que no seu entendimento o arranjo entre as “Alemanhas” Ocidental e Oriental não era coerente e que nenhuma delas representaria a “verdadeira Alemanha”. Era Rudolf Hess<sup>41</sup>, que havia sido vice-*Führer* de Hitler, que estava preso em Spandau, que seria o verdadeiro governante da Alemanha, herdeira da Alemanha nazista, já que como Hitler estaria completando 90 anos, seria inviável ainda estar vivo. E nessa perspectiva de desconstruir a solicitação alemã ocidental, ele insiste no pedido ao advogado carazinhense para que seus escritos chegassem à Brasília, para que eles pudessem auxiliar o novo general presidente João Baptista Figueiredo.

Outro argumento relacionado ao governo de Bonn, que era sede da Alemanha Ocidental, não tratava de uma perspectiva jurídica, mas levava em conta uma consideração subjetiva de Arno, que partindo de suas análises entendia aquele governo como animoso ao povo alemão:

[...]  
 é minha obrigação, ser-lhe util numa  
 questão de repercussão internacional em assunto **do povo alemão  
 traído por dirigentes seus 30 anos para cá, que de testam amor  
 patrio/povo alemão.**  
 (SUDBRACK, 1979, p. 1, grifo nosso).

---

<sup>41</sup> Rudolf Walter Richard Hess, foi um político nazista que foi nomeado por Hitler Vice do Führer. Em 1941, pilotou um avião até a Escócia, com a esperança de negociar com autoridades do Reino Unido. Todavia, foi imediatamente preso, permanecendo assim até o fim da Segunda Guerra Mundial e depois dos julgamentos de guerra, foi condenado a prisão perpétua, morrendo apenas em 1988 (HASTINGS, 2011).

[...]

E' possível, que enfim lá também me escutam enfim para utilidade geral do povo de **Bismarck, de Hitler, de Hindenburg e Luedendorff, que não tinham genio entreguista dos atuais dirigentes** de tedescos em Bonn.

[...]

(SUDBRACK, 1978c, p. 2, grifo nosso)

Para ele, além da ilegitimidade do Estado e do governo, as autoridades alemãs ocidentais demonstravam ser traidoras do povo alemão. Interpretando essa passagem de Arno, percebemos que ele estava afirmando que como os derrotados alemães aceitaram as condições impostas pelos Aliados vencedores do conflito e cederam às suas decisões, os ideais de grandeza da germanidade e da sua suposta superioridade previstos pelo nazismo estavam rejeitados. E não apenas rejeitados, havia uma inversão, onde agora os alemães estavam subalternos aos vencedores. Para ele, isso era culpa da traição dos dirigentes alemães ocidentais que governaram a partir da década de 1950, que era além de traidores, entreguistas e não amavam o povo alemão. Diferentemente dos, para ele, saudosos líderes alemães anteriores os quais ele indica e exalta. Os novos dirigentes eram, para Sudbrack, imorais e não comprometidos, por isso não competentes para julgar ex-soldados e oficiais que lutaram pela grandiosidade alemã da Alemanha nazi.

Questionando o suposto entreguismo que o governo Geisel estava manifestando perante a “política de urubu”, Arno em carta ao Capitão Menna Barreto, acusa o presidente brasileiro de ter relacionado com o governo alemão ocidental, que para ele era uma corja:

[...]

E como ele quer recusar uma exigencia de "Bonn", si  
semanas atraz lá ainda esteve em almoços de confraternizações? com  
aquela gente, **verdadeiros elementos da casta dos traidores do povo alemão?** O Presidente Walter Scheel, que traiu seu juramento de soldado?  
Um Chancellor Helmuth Schmitt, que tanto do mesmo não vae quer se lembrar?

20

[...]

(SUDBRACK, 1978a, p. 1, grifo nosso)

Seguindo na argumentação da indignidade dos dirigentes alemães ocidentais, Arno ataca aos então Presidente e Chanceler. O então Presidente alemão ocidental Walter<sup>42</sup>, havia

---

<sup>42</sup> Foi presidente da Alemanha ocidental entre os anos de 1974 e 1979.

combatido nas fileiras da *Luftwaffe*<sup>43</sup> e seus esforços junto ao ex-chanceler Willy Brandt<sup>44</sup>, haviam dado os primeiros passos na retomada das relações com a Alemanha Oriental e os países do Leste Europeu, através da *Ostpolitik*<sup>45</sup>. O então chanceler Helmut Schmidt<sup>46</sup>, combateu nas fileiras do Exército na *Wehrmacht*<sup>47</sup>, deu continuidade à aproximação com a Alemanha Oriental, também estabelecendo relações com a União Soviética.

Dessa forma, Arno os acusava de traidores, primeiro por terem abdicado de sua luta enquanto ex-soldados da Alemanha nazi, segundo por ceder aos inimigos Aliados vencedores da Guerra e terceiro, por estabelecerem políticas entreguistas. Ou seja, ao invés de terem continuado na luta até o fim (morrer lutando) contra os Aliados e protegendo o regime nazista, se renderam e passaram a cooperar com os inimigos, configurando isso, para ele, uma traição inescrupulosa.

A citação também encaminha outro argumento presente nas correspondências de Arno: uma crítica crescente ao governo do General Geisel e sua tendência a ceder pela extradição, influenciado pela “política de urubu”. Nesse sentido, salientamos o aspecto de conspiração que essa definição de Arno trazia, sendo uma associação entre judeus e sionistas, mais comunistas e pró-sionistas. E contra o sionismo o nazista também se debruça:

10 [...] é visto, que o Presidente Geisel vae "engolir" o voto contra o sionismo na ONU nisso 2 anos atraz faz já que eles mandam. Visita em Bonn, provareis empréstimos de Bancos de lá [...]  
(SUDBRACK, 1978e, p. 1).

[...] Mesmo si houve fundamentação menos feliz- mas uma das poucas decisões certas do atual Governo em Brasilia foi, quando na O.N.U. votou contra o Sionismo.  
[...]  
(SUDBRACK, 1978c, p. 1)

<sup>43</sup> Força aérea da Alemanha nazi.

<sup>44</sup> Foi prefeito de Berlim, ministro das relações exteriores da Alemanha Ocidental e entre 1969 e 1974, foi Chanceler do país.

<sup>45</sup> Do alemão “política do Leste”, refere-se aos esforços políticos para viabilizar a aproximação e relações com a Alemanha Oriental (República Democrática Alemã) e com países do Leste Europeu, então sob influência soviética.

<sup>46</sup> Foi Chanceler da Alemanha ocidental entre 1974 e 1982.

<sup>47</sup> Eram as Forças Armadas da Alemanha Nazi de 1935 até 1945.

Em 1975, a diplomacia brasileira votou, na Assembleia das Nações Unidas, a favor da Resolução 3379, que passou condenar o sionismo como uma forma de racismo. O que para Arno havia sido uma decisão certa efetuada pelo governo Geisel. Todavia, esse posicionamento antissionista estava, na percepção dele, cedendo lugar a “gritaria internacional”, através da permissão dos sionistas e judeus estarem “gritando” pela extradição de Gustav F. Wagner no Brasil, também pela recente visita que o General Geisel havia feito à Alemanha Ocidental, onde havia celebrado diversos acordos e, como Arno escarnece, havia se sentido muito bem recepcionado.

Dessa forma, diante dessa suposta aproximação de Geisel aos alemães ocidentais, ele estaria esquecendo do seu posicionamento de três anos antes, já que a Alemanha Ocidental havia votado contra a Resolução e para Arno, estaria sob o jugo da conspiração dos “urubus”. E é nessa logicidade de que Geisel estaria cedendo, que o nazista convicto também adverte em suas correspondências os destinatários que o presidente estaria caindo em uma “emboscada” e precisava ser acautelado:

[...]  
 Ministro  
 Falcao ja se submeteu à vontade de "extrangeiros" e nem Presidente Geisel não vae querer-se lembrar mais do voto contra o sionismo. Trairá da mesma maneira si, não lhe fôr oferecido saída da emboscada, o que nos cabe fazer, cum objetivo, de ele ser menos arrogante, saiba escutar a vossas vontades e desejos tambem. Pois Governos provisorios desde 1964 aqui são também. Assunto Nacional-socialismo sou uma Autoridade, que também deve ser ouvido - mas os "evangelicos", "luteranos" não o querem mesmo em Brasilia. Assim haverá a genuflexão "Geisiliana" que teme a oposição ficar apoiada pelos "sionistas".  
 (SUDBRACK, 1978h, p. 1)

Destacamos que mesmo situado no contexto da Ditadura militar, Arno está estabelecendo uma crítica ao presidente Geisel, conforme indica Foucault (1984), dentro da genealogia do poder, o nazista estaria exercitando junto aos “micro-poderes” sua agência de crítica. Faz ela, mobilizando correspondências junto a pessoas que julga importantes e ativos no processo político. Essa dissonância com a ideia da impossibilidade de se opor à ditadura, é uma das margens de compreensão que a História política renovada permite, pois nessa

perspectiva é possível a dinamicidade política: um agricultor, nazista, pai de família, não político eleito, através de seus meios, estar manifestando sua contrariedade ao governo estabelecido: Arno em suas correspondência desaprova o presidente General Geisel e acusa-o de estar transigindo com os conspiradores da “política do urubu”, abandonando sua anterior posição contrária ao sionismo. Magoado por essa posição do ditador, ele também direciona sua crítica ao governo como um todo, equiparando ao governo provisório de Bonn: ambos terão fim e serão substituídos.

Essa dissonância ao presidente Geisel se esvai, quando da sua substituição: em março de 1979 era empossado presidente o General João Baptista de Oliveira Figueiredo, que seria o último dos militares na presidência da ditadura. Autoritário e repressor, deu continuidade a abertura e redemocratização por vias ditatoriais. Nele Arno depositava grande esperança de que ele declinaria à “política do urubu”, por isso insistia a seu destinatário João Xavier da Cruz que diligenciasse a chegada da missiva dele aos competentes em Brasília:

[...]  
 25 De  
 um Presidente Ernesto Geisel nem o esperava, sabeis as razões tão  
 bem como eu. Mas como agora temos um Presidente novo na pessoa do  
 General João Baptista de Figueiredo, que assume uma herança feia  
 30 desde hontem  
 [...]  
 35 Uma vez que chegue ás mãos do novo Presiden-  
 te, este junto com nós pode conquistar uma grande vitoria moral.  
 Pode dar mesmo o golpe mortal á esta "eterna" questão ~~de "crimas~~  
 1 de "criminoso de guerra nazistas", que nada mais é do que uma grande  
 difamação internacional organizada, onde um particular só nada conse-  
 gue. Nem alemães na Europa.  
 [...]  
 Mas isto cabe, á mim, oferecer, agora que recomeça o  
 caso Wagner, uma vez eu “nosso” Geisel não mais tinha a coragem de  
 entregar o sr. Wagner á vingança de "Bonn", **oferecer ao Presidente**  
**Figueiredo uma saída honrosa no caso.**  
 (SUDBRACK, 1979, p. 1-2).

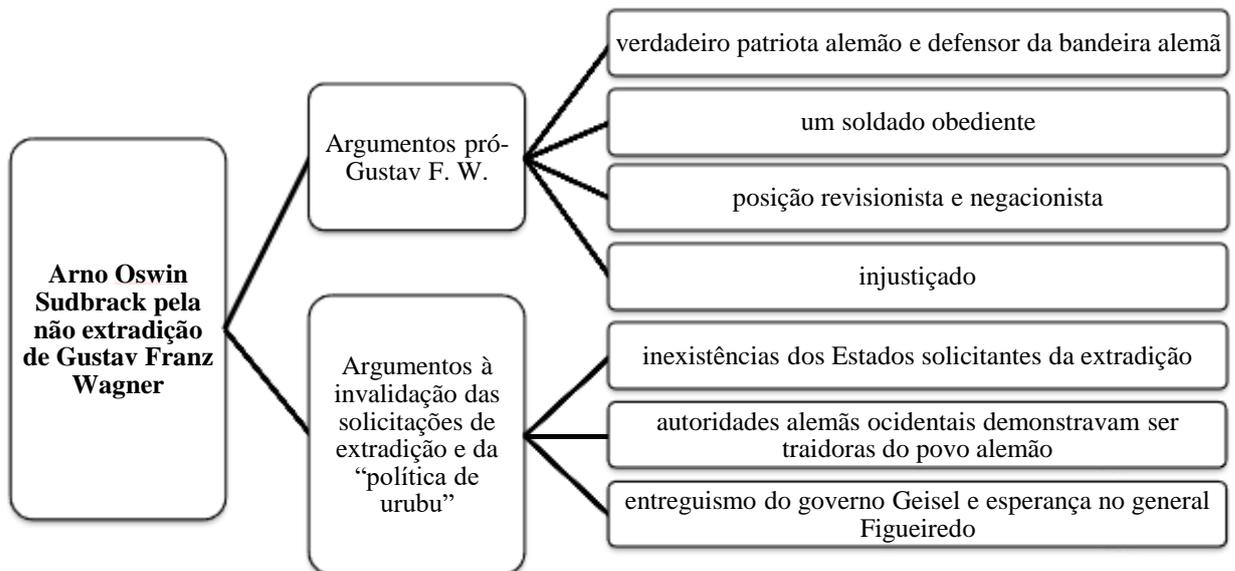
Diante dessa esperança que o nazista convicto encontrava no General Figueiredo, estava ele colocando seu esforço e suas habilidades para “iluminar” o novo presidente, “amarrando” sua argumentação pró-Gustav e contra os países solicitantes da extradição, como ele indica, “seria derrota moral de 4 potencias de fora” (SUDBRACK, 1978h, p. 1). Com a negação da extradição, o novo governo se subtrairia da cilada criada pelos conspiradores

sionistas através da “política de urubu” à qual Geisel havia pendido e estava manchando a posição do Brasil.

Assim, para Arno, negando os pedidos de extradição para Figueiredo e ao Brasil dar-se-ia uma “saída honrosa” (SUDBRACK, 1979, p. 2): golpeando mortalmente a “política de urubu” e dignificando a política externa nacional diante daqueles que para ele eram os valorosos defensores da bandeira alemã (SUDBRACK, 1978c, p. 1), que na sua subjetividade confundia-se com a bandeira do NSDAP, ou seja, eram os nazistas e ex-oficiais daquele cruel regime que foi responsável pela morte de milhões na Europa e no mundo.

Debruçamo-nos diante dos argumentos principais que Arno apresenta para evitar a extradição de Gustav Franz Wagner e para desmascarar e dar um “golpe mortal” na “política de urubu”, conforme indicamos na Figura abaixo:

Figura 18 - Grupos de argumentos pela não extradição



Fonte: elaborado pelo autor.

A partir deles, percebemos dois grupos de argumentos: o primeiro pró-Wagner, onde Arno coloca a “Besta de Sobibor” como um valoroso patriota, um bom soldado, relativiza e nega as mortes judaicas no Holocausto e vitimiza o ex-oficial nazista por estar sendo injustiçado. E um segundo grupo, que trata de argumentos políticos: das inexistências dos

Estados solicitantes da extradição, da ilegitimidade do governo alemão ocidental seja por não ser herdeiro da Alemanha nazi e por isto não ter competência de julgar ex-soldados nazistas, seja por seus dirigentes serem traidores do povo alemão. Além disso, nesse segundo grupo ainda há os argumentos relacionados a política interna, onde Arno critica o governo do General Geisel pela cedência aos “urubus” e sua deslembração do voto contra o sionismo e por fim deposita sua esperança em Figueiredo para que seu governo vete a extradição e saia honrosamente da questão.

Diante desse quadro analítico, interpretamos o âmago da argumentação de Arno Oswin Sudbrack que, no objetivo de evitar a extradição de Gustav Franz Wagner, lograria desmascarar e desmobilizar uma suposta conspiração internacional sionista que estaria, para ele, desmoralizando o povo alemão e os remanescentes nazistas, através da “política de urubu”. E ao fazê-las, simultaneamente, sairia o Brasil honrosamente da questão ao negar os pedidos, afinal como o nazista demanda em suas correspondências, o país teria assim simpatia dos ex-oficiais e soldados nazistas.

## CONCLUSÃO

Entendendo o nazismo como o nefasto projeto político e ideológico responsável pela morte de milhões de pessoas, através da Segunda Guerra Mundial e do Holocausto, percebemos a partir das discussões estabelecidas, que suas ideias circularam pelo mundo todo. Chegando inclusive ao Brasil, onde teve suas características próprias através da “tropicalização” que sofreu, conforme indicado por Dietrich (2007).

A partir do conceito de Visentini, do “bulbo que hiberna em baixo da terra” (2000, p. 20) e da indicação de Gertz em relação as “ondas de referências” (2013), verificamos que o ano de 1978, conforme as discussões estabelecidas, foi sintomático da permanências da ideologia nazista: iniciando com as comemorações pelo aniversário de Adolf Hitler, ocorridas em Itatiaia, no Rio de Janeiro; seguido da descoberta e prisão do ex-oficial nazista Gustav Franz Wagner e de manifestações neonazistas pelo país como desdobramento desses fatos.

Gustav Franz Wagner, como analisado, havia sido oficial nazista da *Schutzstaffel* (SS), sendo *Oberscharführer* do campo de concentração de Sobibor, na Polônia ocupada. De acordo com o exposto e analisado, sua crueldade e violência com os prisioneiros, principalmente judeus, lhe foi capaz de render o apelido de “Besta de Sobibor”. E, após sua entrega ao DEOPS, sofreu quatro pedidos de extradição, vindos de Israel, Alemanha Ocidental, Áustria e Polônia.

E é a “Besta de Sobibor” que o agricultor, coqueirense Arno Oswin Sudbrack, nas suas correspondências que utilizamos como fonte principal, passa a defender. Entendendo sua produção epistolar a partir da “escrita de si” em Foucault (1992), Arno se declarava um nazista convicto, afirmando ter sido membro do NSDAP e ativo partícipe das atividades partidárias em Carazinho. E, de acordo com suas manifestações que analisamos, indicamos sua proatividade a favor da ideologia nazista.

E no sentido de reagir a prisão do ex-oficial nazista Gustav Franz Wagner e os pedidos de extradição, Arno passa a agir enviando cartas para personagens que considerava importantes e ativos no processo político do contexto de 1978. Direcionadas para políticos, militar, advogado e diretor de jornal, Arno buscava nos “micro-poderes” (FOUCAULT, 1984) atingir

as autoridades da Ditadura Militar, tecendo críticas ao então presidente Geisel, por uma suposta pendência para extraditar.

Além disso, nas suas correspondências, conforme a pesquisa estabeleceu, Arno indica, a partir de suas compreensões subjetivas a existência de uma conspiração internacional, organizada para desmoralizar e prejudicar o povo alemão: a “política de urubu”, a qual seria formada por sionistas, judeus, pró-sionistas e judeus comunistas. Ao alunhar esse suposto conluio com a ave urubu, Arno tentava indicar suas qualidades: alimentar-se de “carcaça” que seriam os nazistas remanescentes e fazer um barulho alto, similar ao som que o urubu faz, através da “gritaria internacional”, que seria responsável por disseminar mentiras sobre o nazismo, sobre os crimes de guerra e Holocausto.

Com essas definições, em sua argumentação contrária a extradição de Gustav Franz Wagner, Arno traz dois grandes grupos de argumentos, os quais foram agrupados em pró-Gustav F. W., ou seja, defender o ex-oficial, inocentando-o e inclusive negando seus crimes e os argumentos objetivos que inviabilizariam a extradição, relacionados a inexistência dos Estados solicitantes, a suposta traição dos dirigentes do governo alemão ocidental ao povo alemão e a contradição do governo brasileiro, do presidente Geisel, em mudar de posição frente ao voto na Organização das Nações Unidas, condenando o sionismo como racismo e pender para a suposta conspiração sionista.

Entendendo nesse sentido a argumentação de Arno, reportamo-nos ao conceito da banalidade do mal de Arendt (1999), sob o qual compreendemos o nazista como um indivíduo tão superficial e tão preocupado em executar a defesa de seus interesses argumentativos que não é capaz de perceber que está celebrando os horrores cometidos pela “Besta de Sobibor”, como era conhecido Gustav Franz Wagner e pela própria experiência que foi o nazismo e sua ideologia na Europa e mundo, banalizando o mal.

Assim, a partir das interpretações das correspondências de Arno Oswin Sudbrack, considerando seus argumentos centrais e sua própria proatividade nazista, o presente estudo avançou na compreensão de que ele foi capaz de defender um facínora (Gustav Franz Wagner) e um regime/partido/ideologia perverso e assassino (NSDAP e o nazismo) para supostamente desmascarar um suposto arranjo sionista e antialemão internacional conspirando e tramando contra os ex-oficiais nazistas e o próprio povo alemão.

A pesquisa avançou na compreensão da singularidade da manifestação de Arno Oswin Sudbrack através das correspondências que estabeleceu e seu arcabouço argumentativo, onde dar uma negativa a extradição de Gustav Franz Wagner, representaria para o nazista convicto, capitular a “política de urubu” e, ao mesmo passo, viabilizar uma “saída honrosa” ao Brasil no caso. Nesse sentido, demanda seguir na pesquisa tratando da própria figura de Arno, sua trajetória e seus posicionamentos: crítica de Arno ao General Geisel, seu governo e a suposta existência da conspiração que ele indica. Suas declarações públicas e a seara do negacionismo aos crimes nazistas que ele manifesta, também suscitam avançar em pesquisas vindouras.

## FONTES

ÁLBUM DE FOTOGRAFIAS da família de Arno e Rosa Sudbrack. [Sem título]. S.l., 1941-1990. Acervo de Irmgard Leonhardt. Em papel, fotografias impressas e coladas; anotações descritivas manuscritas.

ÁLBUM DE FOTOGRAFIAS de Arno Oswin Sudbrack. [Sem título]. S.l., 1920-1940. Acervo de Irmgard Leonhardt. Em papel, fotografias impressas e anotações descritivas manuscritas.

CARAZINHO (RS). Cartório do Cível e Crime do Juizado de Direito da Comarca de Carazinho. *Formal de Partilha [de] Fernando Jacob Sudbrack*. Registro em: 31 jul. 1957. Acervo de Fabiana Beltrami da Silva em salvaguarda no IHPF.

CEMITÉRIO COMUNITÁRIO DE COQUEIROS DO SUL. Visita realizada em 15 dez. 2021. *Lápides de Arno Osvino Sudbrack e Rosa Frida Sudbrack*. Cemitério protestante, fundos andar superior.

CORREIO BRASILIENSE, *DOPS ouve suspeitos nazistas - Falcão acompanha investigações no Rio Grande do Sul*. Brasília, 27 jul. 1978, p. 8. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

FLOSI, Edson. “Você separava judeus a porretada”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 01 jun. 1978. p. 20. In: ABAL, Felipe C. *Visitantes indesejados: os pedidos de extradição de Franz Stangl e Gustav Wagner em uma análise histórico jurídica*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós- Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2012. p. 81- 82.

FOTOGRAFIA Clinique Alexandre. [Sem título]. Leysin (Suíça), 1930-1931. Acervo de Irmgard Leonhardt. Impressa em cartão fotografia; preto e branco, verso da fotografia anotação manuscrita descritiva.

FOTOGRAFIA lápide de Elisabeth Sudbrack. [Sem título]. S.l., s. d. Acervo de Irmgard Leonhardt. Impressa em cartão fotografia; preto e branco;

JORNAL DA PRODUÇÃO. Carazinho, edições consultadas: maio a dezembro de 1978. Acervo da Biblioteca Pública Guilherme Schultz Filho de Carazinho.

JORNAL DO BRASIL, *Em Itatiaia, o 90º aniversário de Hitler - Nazismo como nos velhos tempos*. Rio de Janeiro, 24 abr. 1978, p. 1. In: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Dossiê Encontro*

*de organizadores neonazistas da Alemanha, Brasil, Inglaterra e Argentina no Hotel Tyll em Itatiaia-RJ*. Centro de Informações do Distrito Feral. Arquivo Nacional, acessado via SIAN, em 27 mar. 2022.

JORNAL DO BRASIL, *Os nazistas invisíveis*. Rio de Janeiro, 29 jul. 1979, p. 4, cad. B. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

JORNAL DO BRASIL. *Este homem é um criminoso de guerra*. Rio de Janeiro, 26 maio 1978, p. 1 - caderno B. Disponível em: <https://www.jb.com.br/pais/2019/02/980445-pai-de-ministro-protegeu-nazista.html>. Acesso em: 27 mar. 2022.

MANCHETE, *Guazzelli ouve reclamações de judeus e começa a investigar o neonazismo*. Rio de Janeiro, 12 ago. 1978, p. 126. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. *Recenseamento geral do Brasil: relação dos proprietários dos estabelecimentos rurais recenseados no estado do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Typ. de Estatística, v. 2. 1927. Biblioteca IBGE. p. 328. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv16383\\_v2.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv16383_v2.pdf). Acesso em: 15 abr. 2022.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Dossiê Encontro de organizadores neonazistas da Alemanha, Brasil, Inglaterra e Argentina no Hotel Tyll em Itatiaia-RJ*. Centro de Informações do Distrito Feral. 1978. Arquivo Nacional, acessado via SIAN, em 27 mar. 2022.

O GLOBO, *Dono de hotel em Resende confirma reunião de nazistas: "Sou grande admirador de Adolf Hitler"*, Rio de Janeiro, 25 abr. 1978. In: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Dossiê Encontro de organizadores neonazistas da Alemanha, Brasil, Inglaterra e Argentina no Hotel Tyll em Itatiaia-RJ*. Centro de Informações do Distrito Feral. Arquivo Nacional, acessado via SIAN, em 27 mar. 2022.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES. *Atividade subversiva - propaganda Nazista na cidade de Santa Rosa*. Agência Central. 1978. Arquivo Nacional, acessado via SIAN, em 27 mar. 2022.

SUDBRACK, Arno O. [*Correspondência*]. Destinatário: Alfred Winkelmann. Carazinho, 1 jun. 1978b. 1 página, copiador, datilografada, em idioma alemão. Tradução: Vítor Mateus Viebrantz. Acervo de Fabiana Beltrami da Silva em salvaguarda no IHPF.

SUDBRACK, Arno O. [*Correspondência*]. Destinatário: Ivo Sprandel. Carazinho, s.d (1978?) g. bilhete, 1 página, copiador, manuscrita. Acervo de Fabiana Beltrami da Silva em salvaguarda no IHPF.

SUDBRACK, Arno O. [*Correspondência*]. Destinatário: João Manoel de Mena Barreto. Carazinho, 2 jun. 1978a. 2 páginas, datilografada e manuscrita. Acervo de Fabiana Beltrami da Silva em salvaguarda no IHPF.

SUDBRACK, Arno O. [*Correspondência*]. Destinatário: João Xavier da Cruz. Carazinho, 16 mar. 1979. 3 páginas, datilografada. Acervo de Fabiana Beltrami da Silva em salvaguarda no IHPF.

SUDBRACK, Arno O. [*Correspondência*]. Destinatário: Marcos Freire, com cópia para Paulo Brossard. Carazinho, 08 jun. 1978d. 1 página, copiador, manuscrita. Acervo de Fabiana Beltrami da Silva em salvaguarda no IHPF.

SUDBRACK, Arno O. [*Correspondência*]. Destinatário: Marcos Freire. Carazinho, 5 jun. 1978h. 1 página, copiador, manuscrita. Acervo de Fabiana Beltrami da Silva em salvaguarda no IHPF.

SUDBRACK, Arno O. [*Correspondência*]. Destinatário: Sideno João Docena. Carazinho, 29 maio 1978c. 2 páginas, datilografada. Acervo de Fabiana Beltrami da Silva em salvaguarda no IHPF.

SUDBRACK, Arno O. [*Correspondência*]. Destinatários: Marcos Freire e Paulo Brossard. Carazinho, 08 jun. 1978e. 1 página, copiador, manuscrita. Acervo de Fabiana Beltrami da Silva em salvaguarda no IHPF.

VEJA, *O carrasco errou*. São Paulo, 7 jun. 1978, ed. 509, p. 30-32. In: ABAL, Felipe C. *Visitantes indesejados: os pedidos de extradição de Franz Stangl e Gustav Wagner em uma análise histórico jurídica*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós- Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2012. p. 81- 82.

## REFERÊNCIAS

ABAL, Felipe C. *Visitantes indesejados: os pedidos de extradição de Franz Stangl e Gustav Wagner em uma análise histórico jurídica*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós- Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2012.

ANDRADE, Marcelo. A banalidade do mal e as possibilidades da educação moral: contribuições arendtianas. *Revista Brasileira de Educação, Scielo*, v. 15, n. 43, jan-abr., 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/ByLpxkpQTJk4LGSR4SgHhVr/?lang=pt>. Acesso em: 16 de abr. 2022.

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Trad.: José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BERTONHA, João F. *Sobre a direita: estudos sobre o fascismo, o nazismo e o integralismo*. Maringá: Eduem, 2008.

CÂMARA DOS DEPUTADOS Marcos Freire. *Biografia do parlamentar*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/131461/biografia>. Acesso em: 12 abr. 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS Paulo Brossard. *Biografia do parlamentar*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/131334>. Acesso em: 12 abr. 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS Tarso Dutra. *Biografia do parlamentar*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/131370>. Acesso em: 12 abr. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL de Sarandi. *História política de Sarandi*. Disponível em: <https://www.cmsarandi.rs.gov.br/a-camara/historia-politica.html>. Acesso em: 12 abr. 2022.

CAMPOS, Vanessa G. Oficina Patrimônio documental e paleografia: sobre a leitura de manuscritos e as relações entre história e arquivos. *Instituto Histórico de Passo Fundo, Passo Fundo*, 22 e 23 ago. 2019 [material da oficina].

CORREIO DO POVO. *Morre o jornalista Jayme Copstein*. [Online]. Porto Alegre, 13 jan. 2017. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/morre-o-jornalista-jayme-copstein-1.221517>. Acesso em: 20 maio 2022.

DIETRICH, Ana M. *Nazismo tropical? O partido nazista no Brasil*. 2007. Tese (Doutorado em História Social) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: \_\_\_\_\_. *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, 1992. p. 129-160.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 4. ed. 1984.

FICO, Carlo. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila A. N. (Org.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, coleção O Brasil republicano, v. 4.

GERTZ, René. De Otto Von Bismarck à Angela Merkel: do “perigo alemão” ao “neonazismo” no Brasil. *História: questões & debates*, Curitiba, n. 58, p. 89-112, jan./jun., 2013.

\_\_\_\_\_. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado aberto, 1987.

\_\_\_\_\_. *O neonazismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2012.

GILBERT, Martin. *A história do século XX*. Trad. Carolina Barcellos; Ebreia de Castro Alves. São Paulo: Planeta, 2016.

GILBERT, Martin. *A Segunda Guerra Mundial: os 2.174 dias que mudaram o mundo*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014.

GOMES, Ângela C. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: \_\_\_\_\_. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004. p. 7-25.

HASTINGS, Max. *Inferno: o mundo em guerra 1939-1945*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011.

JESUS, Carlos G. N. Neonazismo: nova roupagem para um velho problema. *Akrópolis*, Umuarama, v. 11, n. 2, p. 67-73, abr./jun., 2003.

KRAUSE-VILMAR, Dietfrid. A negação dos assassinatos em massa do nacional-socialismo: desafios para a ciência e para a educação política. In: MILMAN, Luis; VIZENTINI, Paulo F (Orgs.). *Neonazismo, negacionismo e extremismo político*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 2000. p. 97-113.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003, p. 530.

LONGHI, Carla. Vigilância e visibilidade: estratégias de controle da ditadura civil-militar. *Cadernos de História*. Belo Horizonte, v. 15, n. 22, p. 92-113, 2014.

LUCAS, Taís C. *Nazismo d'além mar: conflitos e esquecimento (Rio Grande do Sul, Brasil)*. 2011. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

LIMA, Henrique P. História política: trajetória e significados. *Semina*, Passo Fundo, v. 11, n. 1, 2012. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/4373/2864>. Acesso em: 20 de nov. 2021.

MALATIAN, Teresa. Cartas. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 195-221.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996, p. 73-98.

MEDEIROS, Fabrício F. A nova história política. *Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 9, n. 3, ed. 35, p. 258-269, set./dez., 2017.

MEDEIROS, Gabriel S. L. A mentalidade hitlerista como se formou o ideário político nazista. *Id online Revista de Psicologia*, [S.l.], v. 14, n. 49, p. 615-633, fevereiro/2020.

MILMAN, Luis. Negacionismo: gênese e desenvolvimento do extermínio conceitual. In: MILMAN, Luis; VIZENTINI, Paulo F (Orgs.). *Neonazismo, negacionismo e extremismo político*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 2000. p. 115-154.

MOMBELLI, Cecilia. *Couro é ouro: as políticas paternalistas do Cortume Mombelli e a construção da identidade social de seus trabalhadores (Tapera/RS, décadas de 1930 e 1950)*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2010. Porto Alegre.

MORAES, Luís E. S. *Ein volk, ein reich, ein führer!* A seção brasileira do partido nazista e a questão nacional. 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

NAPOLITANO, Marcos. *História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

NEVES, Luiz F. B. Para uma teoria da carta. In: \_\_\_\_\_. *As máscaras da totalidade totalitária: memória e produções sociais*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1988. p. 191-195.

PINHEIRO, Nuno. Fotografia e História social: utilização da fotografia como fonte para a História. *Estudos do século XX*. v. 11. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011. Coleção Fazer História contemporânea.

REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REIS, Viviane R. Comum, mas não menos especial o urubu não é uma unanimidade. *Projeto Aves, Pick-upau*, 2018. Disponível em: [https://pick-upau.org.br/projeto\\_aves/especies/2018.06.09\\_ong-materia-urubus/materia-projeto-aves-especies-urubus-new.htm](https://pick-upau.org.br/projeto_aves/especies/2018.06.09_ong-materia-urubus/materia-projeto-aves-especies-urubus-new.htm). Acesso em: 25 abr. 2022.

SCHILLING, Voltaire. *O nazismo: breve história ilustrada*. 3. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1995.

SCHMITZ, Kalinka de O. *Colonização no planalto rio-grandense: as colônias dos Coqueiros (1928) e Xadrez (1938)*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em História.

SOARES, Luiz F. M. Nazismo no Brasil meridional durante o Estado Novo. *Missões*, São Borja, v. 2, n. 2, p. 124-132, set./dez., 2016.

TRINDADE, Héliogio. Fascismo e neofascismo na América Latina. MILMAN, Luis; VIZENTINI, Paulo F (Orgs.). *Neonazismo, negacionismo e extremismo político*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 2000. p. 47-53.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM a. *Sobibor*. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/sobibor-abridged-article>. Acesso em: 25 mar. 2022.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM b. *Tomasz (Toivi) Blatt descreve as operações com uso de gás venenoso no campo de extermínio de Sobibor*. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/oral-history/tomasz-toivi-blatt-describes-gassing-operations-in-the-sobibor-killing-center>. Acesso em: 25 mar. 2022.

VISENTINI, Paulo F. *As guerras mundiais (1914-1945)*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.

\_\_\_\_\_. O ressurgimento da extrema-direita e do neonazismo: a dimensão história e internacional. In: MILMAN, Luis; VIZENTINI, Paulo F (Orgs.). *Neonazismo, negacionismo e extremismo político*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 2000. p. 17-46.